



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Renata da Silva Fernandes Silva

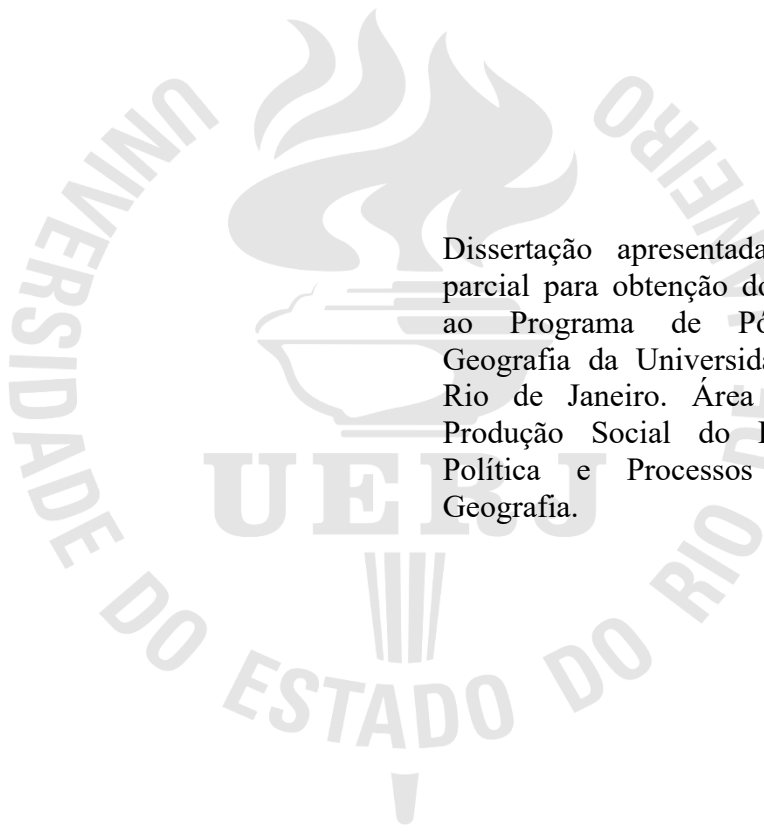
**Geografia e questões epistemológicas: a totalidade homem-meio e a  
superação do arquétipo N-H-E**

São Gonçalo

2022

Renata da Silva Fernandes Silva

**Geografia e questões epistemológicas: a totalidade homem-meio e a superação do  
arquétipo N-H-E**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Produção Social do Espaço: Natureza, Política e Processos Formativos em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Charlles da França Antunes

São Gonçalo

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

S586  
TESE

Silva, Renata da Silva Fernandes.  
Geografia e questões epistemológicas : a totalidade homem-meio e a superação do arquétipo N-H-E / Renata da Silva Fernandes Silva. - 2022.  
99f.

Orientador: Prof. Dr. Charles da França Antunes.  
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Moreira, Ruy – Teses. 2. Geografia – Estudo e ensino – Teses. I. Antunes, Charles da França. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB/7 – 6150

CDU 911

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Renata da Silva Fernandes Silva

**Geografia e questões epistemológicas: a totalidade homem-meio e a superação do  
arquétipo N-H-E**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Produção Social do Espaço: Natureza, Política e Processos Formativos em Geografia.

Aprovada em 19 de dezembro de 2022.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Charlles da França Antunes (Orientador)  
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Prof. Dr. Marcos Antônio Campos Couto (Orientador)  
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Prof. Dr. Janeide Bispo dos Santos  
Universidade do Estado da Bahia

São Gonçalo

2022

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho aos meus pais: Ivan Fernandes e Marli Conceição Gomes da Silva.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos meus pais que mesmo sem terem vivenciado a Educação acadêmica, permitiram que eu a trilhasse podendo afirmar que a Educação salva vidas. Ao meu esposo e companheiro de vida, Janderson por sempre ter compreendido as ausências na trajetória não só da escrita, mas também da formação. Aos meus filhos Rafael e Livia, por terem me amparado de todas as formas possíveis nos momentos mais difíceis do caminho não só acadêmico, sobretudo o de vidas e, às minhas Ronda e Calica (cadelas), que sempre estiveram ao pé da mesa nas madrugadas de escrita dizendo com seus olhinhos de amor que eu não estava ali sozinha.

Os meus mais sinceros e profundos agradecimentos ao Ruy Moreira que inspirou-me a escrever sobre o assunto em pauta, bem como os diálogos e ensinamentos em todas as oportunidades de encontro ou de aulas pelas Universidades. Através dele, alguns questionamentos afloraram e despertaram em mim a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre o papel da Geografia e dos geógrafos, bem como as barreiras que o ensino desta disciplina tem enfrentado no contexto político, social, cultural e econômico que o país tem atravessado.

Muitos agradecimentos ao meu Orientador Charlles da França Antunes que antes de tudo, tornou-se um franco amigo onde tive a honra de poder em alguns momentos conversar como orientanda e em outros, como professora, geógrafa e/ou docente da rede pública. Sobretudo, por me deixar voar em minhas possibilidades, inquietudes e ideias, mas sempre me trazendo de volta ao chão quando preciso e mostrando o caminho a seguir quando necessário. Com ele, pude perceber o meu objeto de estudo e entender que embora fosse um desafio, nós iríamos conseguir finalizar. Como ele sempre diz: “Calma... não é para consumo imediato!” e sem ele saber, essa frase me trouxe reflexões e perseverança para prosseguir com a pesquisa.

A todos os professores que tive, desde a Escola Municipal David Perez, pela professora Leny, até os da Academia: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/Faculdade de Formação de Professores - FFP pelas valiosas contribuições. Não conseguiria citar neste momento todos os nomes, pois convivo nesta Universidade desde o início da minha formação universitária (1997) e todos sem exceção, trago em minha memória e coração.

Aos companheiros docentes pelos diálogos e parcerias durante minha jornada nas redes privada e pública de ensino, sobretudo nos Centros Integrados de Educação Pública - CIEP's que estive e ainda permaneço. Também aos meus tantos alunos que certamente muito me ensinaram e me permitiram errar e acertar enquanto professora. Aos amigos tão importantes das escolas que fiz e ainda faço parte, desde a galera da limpeza, porteiros, amigas da cozinha, merendeiras, inspetores/auxiliares até a administrativa: equipe diretiva, coordenadores pedagógicos/orientadores educacionais, animadores culturais, secretários escolares, amigos da escola, bibliotecários, recursos humanos e tantos outros que mesmo por trás dos bastidores, fazem toda a diferença. Eu sou fruto de todas essas pessoas que passaram por mim, todavia, por esses atravessamentos contínuos e diários que permitem a minha construção enquanto ser humano.

À espiritualidade que em tempos difíceis me ofereceu abrigo e a certeza que nunca estivera só. Aos Orixás e seus mensageiros, Almas benditas, Boiadeiros, Caboclos, Pretos Velhos, Ibejada, Povo Cigano e Exús. Ao candomblé e à Umbanda ensinados a mim pela Yalorixá, minha Mãe amada, Carmem Lúcia, no terreiro que fui iniciada há mais de 20 anos e onde posso junto aos meus mais novos e mais velhos, professar a minha fé.

Quase tudo dito, para finalizar, agradecer a quem financeiramente me deu o primordial pontapé para que eu pudesse custear a inscrição para o vestibular da UERJ em 1996, o tio Ivo. Ele perguntou à minha mãe o que eu desejava ganhar de presente de casamento e ela prontamente respondeu: “O valor da inscrição do vestibular da UERJ”. Ali iniciava a minha trajetória acadêmica.

Eppure se muove!

*Galileu Galilei*



## RESUMO

SILVA, Renata da Silva Fernandes. *Geografia e questões epistemológicas: a totalidade homem-meio e a superação do arquétipo N-H-E*. 2022. 99f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2022.

O modelo de sítio-situação estrutura N-H-E é o padrão de ciência que no correr do século XX se consolida como discurso geográfico em todo o mundo. Forma de acomodação destinada a impedir ou minimizar a pulverização fragmentária que contém dentro de si mesmo, esse modelo se sustenta, todavia, numa espécie de arquétipo que vem das fundações originárias da Geografia (Moreira, 2014, p. 57). É sabido que a Geografia nasce para atender aos governos e parece que assim tem permanecido até os dias atuais, uma vez que seus conteúdos muito pouco levam à transformação dos alunos no que diz respeito aos seus entendimentos sobre os que são repassados em sala de aula. Essa forma estrutural do saber fragmentado e arquetípico na Geografia, intitulado pelo autor Ruy Moreira como N-H-E, tem se materializado em Currículos e Livros didáticos por séculos, contribuindo incisivamente para a perda do objeto de estudo da disciplina ao longo dos séculos. Sendo assim, a pesquisa tem como objetivo, delinear a trajetória do arquétipo N-H-E na geografia desde Estrabão e Ptolomeu até os dias atuais, balizada pelo autor Ruy Moreira, bem como apresentar as perspectivas de arquétipo pelo autor, desde o lançamento na década de 1980 do texto: *Geografia, ecologia, ideologia: a “Totalidade Homem-Meio”* Hoje até o texto do ano de 2019 intitulado: *A torre, o palimpsesto e a expropriação: olhando Tricart, Ab’Saber e Quaini pelos olhos da totalidade homem-meio*. A metodologia utilizada foi o levantamento bibliográfico das obras do autor Ruy Moreira nos últimos quarenta anos, ao que tange o arquétipo em suas distintas reflexões acerca do assunto. O arquétipo N-H-E, é considerado um modelo classificatório que tem se mantido sob o modelo de fragmentação das partes pertencentes a um todo, bem como o “engavetamento” dos elementos da tríade por muitos séculos. A partir da evolução do pensamento geográfico permeado por pesquisas e diálogos ao longo do tempo, o N-H-E neste trabalho, será entendido como uma forma estrutural de se apresentar que se materializa principalmente em alguns livros didáticos que são utilizados no país. Como forma, seus elementos (Natureza, Homem e Economia) mesmo que atendam à uma estrutura, estão dispostos pela compartimentação e fragmentação que a classificação tem oferecido. Após a realização desta dissertação os resultados obtidos foram satisfatórios, uma vez que através dos diálogos e reflexões do autor, uma categoria será proposta como um eixo estrutural dos elementos da tríade podendo minimizar os impactos do arquétipo visto atualmente como modelo classificatório, e aqui tratado como modelo estrutural para a geografia enquanto ciência dos dias atuais.

Palavras-chave: N-H-E. Ruy Moreira. Ensino de Geografia. Geografia. Epistemologia geográfica.

## ABSTRACT

SILVA, Renata da Silva Fernandes. *Geography and epistemological issues: the man-environment totality and overcoming the N-H-E archetype*. 2022. 99f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2022.

The site-situation model N-H-E structure is the standard of science that in the course of the 20th century is consolidated as a geographic discourse all over the world. A form of accommodation designed to prevent or minimize the fragmentary spraying that it contains within itself, this model is based, however, on a kind of archetype that comes from the original foundations of Geography (Moreira, 2014, p. 57). It is known that Geography was born to serve governments and it seems that it has remained so until the present day, since its contents very little lead to the transformation of students with regard to their understandings about what is passed on in the classroom. This structural form of fragmented and archetypal knowledge in Geography, titled by the author Ruy Moreira as N-H-E, has been materialized in Curricula and Textbooks for centuries, incisively contributing to the loss of the discipline's object of study over the centuries. Therefore, the research aims to outline the trajectory of the N-H-E archetype in geography from Strabo and Ptolemy to the present day, marked out by the author Ruy Moreira, as well as to present the perspectives of the archetype by the author, since the launch in the 1980s of the text: *Geography, ecology, ideology: the "Middle-Man Totality"* Today until the text of the year 2019 entitled: *The tower, the palimpsest and expropriation: looking at Tricart, Ab'Saber and Quaini through the eyes of the middle-man totality*. The methodology used was the bibliographical survey of the works of the author Ruy Moreira in the last forty years, regarding the archetype in his different reflections on the subject. The N-H-E archetype is considered a classificatory model that has been maintained under the model of fragmentation of the parts belonging to a whole, as well as the "shelving" of the elements of the triad for many centuries. From the evolution of geographic thought permeated by research and dialogues over time, the N-H-E in this work will be understood as a structural way of presenting itself that materializes mainly in some textbooks that are used in the country. As a form, its elements (Nature, Man and Economy) even if they meet a structure, are arranged by the compartmentalization and fragmentation that the classification has offered. After carrying out this dissertation, the results obtained were satisfactory, since through the author's dialogues and reflections, a category will be proposed as a structural axis of the elements of the triad, being able to minimize the impacts of the archetype currently seen as a classificatory model, and treated here as structural model for geography as a modern-day science.

Keywords: N-H-E. Ruy Moreira. Teaching Geography. Geography. Geographical epistemology.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1	<b>“N-H-E” – PRIMEIRAS IMPRESSÕES SOBRE SEUS SIGNIFICADOS.....</b>	<b>13</b>
1.1	<b>Fundamentando o N-H-E epistemologicamente.....</b>	<b>16</b>
1.1.1	<u>Geografia da civilização.....</u>	<b>18</b>
1.2	<b>Fundamentando o N-H-E metodologicamente.....</b>	<b>21</b>
1.3	<b>O N-H-E presente em livros didáticos.....</b>	<b>24</b>
1.4	<b>Reflexões sobre o N-H-E – a necessidade de compreensão.....</b>	<b>26</b>
1.5	<b>As nuances do N-H-E sob o prisma do Autor.....</b>	<b>29</b>
1.5.1	<u>Natureza-recurso.....</u>	<b>30</b>
1.5.2	<u>O homem: ferramenta de expropriação.....</u>	<b>31</b>
1.5.3	<u>A economia: o elo aglutinador da tríade.....</u>	<b>32</b>
1.6	<b>Arquétipo, modelo e geografia: diálogos com Ruy Moreira.....</b>	<b>33</b>
1.6.1	<u>Arquétipo: de conjunto de representações ao modelo de classificação.....</u>	<b>35</b>
1.6.2	<u>O arquétipo e sua concepção clássica: da filosofia à psicologia.....</u>	<b>37</b>
1.7	<b>O arquétipo vira modelo.....</b>	<b>42</b>
2	<b>A CIÊNCIA MODERNA E A VISÃO DE MUNDO.....</b>	<b>50</b>
2.1	<b>A ciência moderna e a fragmentação do saber.....</b>	<b>64</b>
3	<b>SOBRE O TEXTO TOTALIDADE HOMEM MEIO: ALGUMAS INQUIETAÇÕES.....</b>	<b>68</b>
3.1	<b>A epistemologia presente em seus pensamentos: pensar e ser em geografia.....</b>	<b>70</b>
3.2	<b>De volta ao passado: a torre, o palimpsesto e a expropriação: olhando Tricart, Ab`Saber e Quaini pelos olhos da totalidade homem-meio.....</b>	<b>75</b>
3.2.1	<u>Jean Tricart.....</u>	<b>77</b>
3.2.2	<u>Aziz Ab`Saber.....</u>	<b>79</b>
3.2.3	<u>Quaini – a reprodução.....</u>	<b>81</b>
3.3	<b>Debate contemporâneo: geografias ou geografia? fragmentação ou totalização?.....</b>	<b>83</b>
3.3.1	<u>Fragmentação e totalização.....</u>	<b>84</b>

3.3.2	<u>Geografias ou geografia</u> .....	86
3.4	<b>Os caminhos e atravessamentos do arquétipo N-H-E</b> .....	87
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	90
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	95

## INTRODUÇÃO

O nascimento da Geografia traz consigo uma ambiguidade em relação à sua epistemologia, desde quando Estrabão (século I) em seus estudos, descreve a paisagem como uma leitura da superfície terrestre e em Ptolomeu (século II) quando observa a paisagem com variedades de formas, a fim de fornecer registros cartográficos e relatos aos viajantes, mercadores e Estados em suas relações com povos e territórios. (MOREIRA, 2006).

A Geografia já foi definida como o estudo descritivo da Paisagem, o estudo da relação homem-meio e o estudo da organização do espaço pelo homem. É hoje apresentada como a ciência que sintetiza o mundo a partir do espaço global, e sobre essa base epistemológica vem sendo erguida desde os gregos no século I.

A Geografia será considerada uma ciência de tudo, mas sem conteúdo, no momento que perde seu rigor conceitual, mais parecendo uma colcha de retalhos, transformando-se segundo De Martonne, 1953, p. 17 como charneira entre as ciências da natureza e as ciências do homem. Ruy Moreira em seu livro “Para onde vai o pensamento geográfico – Por uma epistemologia crítica”, lançado em 2004, pela editora Contexto, retrata um modelo de terço ou arquétipo: N-H-E – que segundo ele, seria uma tentativa malograda de rearrumar a geografia fragmentada pelo positivismo no momento que se exigia uma nova roupagem para a ciência geográfica. Fora o momento em que a geografia tentou reunir os cacos de uma ciência de síntese e instituir como parâmetro, a relação entre homem e natureza com referência no conceito da geografia da civilização do final do século XIX.

A fragmentação da Geografia encontrava-se pautada ainda na geografia da civilização de Ratzel do final do século XX e do paradigma do positivismo de Auguste Comte – onde o mesmo concebia o entendimento humano pelo paradigma das leis físico-matemáticas, dividindo-o em Teologia (religião), Metafísica (Filosofia) e Positiva (ciência). Daí a Geografia estar amparada pelo Positivismo e pela matemática de Descartes, considerada assim uma Ciência. Sobre essa frouxidão e separação em cacos dos saberes geográficos, bem como a fragmentação da geografia, identificam-se derivados problemas nessa ciência.

No arquétipo N-H-E, a letra N simboliza a natureza que aparece como o primeiro terço do modelo e servirá ao homem e à economia, o arranjo corológico. Já a letra H, representará o homem que na tríade, estará inserido e em interação com a base física, tratada neste momento como superfície terrestre. Por fim, o autor traz como terceiro elemento, a economia, simbolizada pela letra E. Uma economia já analisada sob a lógica do mercado, sendo

responsável por unir os dois elementos anteriores, que compõem a estrutura N-H-E. Moreira, 2014, p. 32, afirma assim, que é impossível o discurso geográfico não parecer um armário repleto de gavetas, representadas pelo homem, natureza e economia - arquétipo N-H-E – distribuídos isoladamente um do outro. Tal crítica revela uma crise epistemológica da geografia. Ainda nesta obra, o autor analisa alguns livros didáticos de ensino no Brasil, nos últimos cem anos, descrevendo e apontando de que forma o N-H-E ainda continua sendo trazido nestes materiais editoriais. Segundo Moreira, 2014, a geografia tem um problema do método, uma ciência de tudo, mas sem conteúdo, uma imagem fotográfica, mas opaca, uma ciência do real, mas cingida à aparência, ciência de relação, mas sob o primado das coisas, com intenção de explicar, mas presa à dependência das ciências da fronteira, com problemas, mas sem questões, porém que busca uma superação unitária.

No capítulo primeiro, as reflexões são acerca da fundamentação epistemológica e metodológica da geografia, bem como do arquétipo N-H-E, sobretudo, da transição que o modelo passa: de um conjunto de representações ao modelo de classificação.

No capítulo segundo, tornou-se necessário o retorno à epistemologia da geografia desde Estrabão e Ptolomeu, até a sistematização de Varenius, desembocando em Forters, Kant, Ritter e Humboldt, chegando aos dias presentes pois este passeio pela cronologia da disciplina conduzirá o leitor mais facilmente sobre os momentos históricos por quais a disciplina vivencia, sobretudo a permanência do arquétipo como estrutura e forma de se pensar o ensino geográfico materializado em alguns livros didáticos e discursos acadêmicos, bem como reproduzidos no ensino de geografia do país ainda nesta década.

No capítulo terceiro, uma análise discorrida após a jornada bibliográfica do autor que embasa bibliograficamente este trabalho, Ruy Moreira, onde em sua última publicação sobre o assunto, lança um artigo que aponta uma aproximação para caminhos que sinalizam a possibilidade de uma minimização de um dos problemas mais pontuais da geografia – a fragmentação – vinda desde o tempo da geografia clássica. Esse último artigo sobretudo, é uma retomada ao artigo também publicado pelo autor na década de 1980 sobre a Totalidade Homem-Meio, um retorno ao início e direcionamento oferecido para uma nova visão sobre o ensino da disciplina. Essa varredura que irá da pirâmide positivista até os dias atuais, desembocará na Torre de Ruy Moreira, como uma dialética que oferece talvez não a resposta ou saída para essa fragilidade enfrentada pela geografia, mas certamente um campo muito fértil para a discussão sobre Ensino de Geografia – que vale ressaltar, não tem como objetivo romper com o N-H-E, mas permitir um outro entendimento sobre o arquétipo.

## 1 “N-H-E” – PRIMEIRAS IMPRESSÕES SOBRE SEUS SIGNIFICADOS

A ciência geográfica atual se apresenta como um armário estante, fragmentado e desconexo em sua dialética e prática. Uma ciência repleta de descrições e classificações em seus conteúdos que mais parecem uma paisagem superficial do que realmente a disciplina poderia oferecer. A prática de se pensar a Geografia segundo o padrão N-H-E encontra-se presente até os dias atuais principalmente em livros didáticos e discursos acadêmicos e tem promovido o entrave para a evolução do pensamento geográfico em suas bases epistemológicas.

O modelo de sítio-situação-estrutura, denominado N-H-E é o padrão de ciência que no decorrer do século XX se instituiu como discurso geográfico em todo o mundo.

Forma de acomodação destinada a impedir ou minimizar a pulverização fragmentária que contém dentro de si mesmo, esse modelo se sustenta, todavia, numa espécie de arquétipo que vem das fundações originárias da Geografia. (MOREIRA, 2014, p. 57).

Um dos autores a denunciar essa prática é Yves Lacoste que ao escrever o livro, intitulado: “A Geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra”, de 1976, com edição posterior para “A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, de 1989, retrata essa carência epistemológica da disciplina, fornecendo a outros autores a possibilidade de se debruçarem em seus escritos e realizarem um paralelo sobre todas as questões que vinham ocorrendo com a disciplina e práticas escolares não só do momento, mas sobretudo de tempos remotos (tempo de construção e evolução do pensamento geográfico). A década de 70 para o campo das ciências é um momento de efervescência dos pensamentos e discussões que contribuíram para o painel científico das disciplinas denominadas ciências humanas, bem como para a geografia.

Ao denunciar a geografia acadêmica, o autor ressalta a falta de interesse dos alunos pela disciplina uma vez que, a mesma não desperta o interesse, pois se mostra simplória e enfadonha quando “em geografia nada há para entender, mas é preciso ter memória...” (LACOSTE, 2012, p. 21) e compartimentada, sem um “único tipo de configuração espacial digno de interesse” (LACOSTE, 2012, p. 68) e compartimentada enquanto uma inculcação “dos elementos de conhecimento enumerados sem ligação entre si (o relevo – o clima – a vegetação – a população...)”. (LACOSTE, 2012, p. 32-33).

Lacoste (2012) já oferecera as bases alicerçadas sobre o caminho tortuoso e árduo pelo qual a geografia passara. E ao ressaltar tantos vieses que a geografia apresenta, o autor despertou em autores presentes, o arroubo acerca dos caminhos que a ciência poderia trilhar e sobre os inúmeros problemas epistemológicos que surgiram desde o início desta disciplina escolar.

Quanto aos jovens mandarins que se lançam na epistemologia, eles chegam a ousar questionar se a geografia é mesmo uma ciência, se esse acúmulo de elementos do conhecimento “emprestados” da geologia, da economia política ou da pedologia, se tudo isso pode pretender constituir uma verdadeira ciência, autônoma, de corpo inteiro. (LACOSTE, 2012, p. 22).

Pensar sobre o padrão N-H-E é trazer à tona uma série de problemas e entraves epistemológicos que a geografia apresenta desde os alicerces de sua construção. Sinalizado por Lacoste e motivo de discursos do autor Ruy Moreira em sua trajetória, o N-H-E alerta para um problema que desencadeia vários outros advindos de tempos pretéritos da disciplina.

A sucessão dos cacos, bem como dos capítulos que quebram sua dialética, permeavam os pensamentos de Lacoste:

Na universidade, onde contudo se ignoram as “dificuldades pedagógicas” dos professores de história e de geografia do secundário, os mestres mais avançados constatam que a geografia conhece “certo mal-estar”; um dos reitores da corporação declara, não sem solenidade, que ela “entrou na era dos quebras”<sup>1</sup>. (LACOSTE, 2012, p. 22).

Assim como Lacoste, Ruy Moreira afirma que a “Geografia do professor” é a prática social de uma ciência, por sinal o único momento amplo de prática social da Geografia (1987, p. 103) em consonância com uma das formas de geografia apresentadas em Lacoste: “aquela dos pesquisadores universitários e dos professores, das teses e monografias, das lições de sala e da aula e dos livros didáticos”. (LACOSTE, 2012, p. 8). Este autor ainda aponta outras geografias, porém, o ponto de encontro entre esses dois autores, bifurcam nesse aspecto. Essa “Geografia do professor” é caracterizada pelo autor Ruy Moreira como sendo uma ‘colagem de partes’ agrupado em módulos nos livros didáticos, que segundo Lacoste teria surgido há menos de um século, se tornando “um discurso ideológico no qual uma das funções inconscientes é a de mascarar a importância estratégica dos raciocínios centrados no espaço”. (LACOSTE, 2012, p. 31). Já por esse aspecto, a relevância do tema torna-se mais que necessário.

---

<sup>1</sup> André Meynier, *História do pensamento geográfico na França*, PUF, 1969.



Não é preciso grande exercício de reflexão para se ver que o Brasil da “Geografia do Brasil que se ensina” é uma representação em almanaque, um armário, um todo fragmentário, a negação da dialética da unidade do diverso. Todavia, embora exprimindo concepções pouco diferenciadas de organização de sociedade, e isso evita-se que se explique porque formuladas sob a mesma precariedade de assimilação epistemológica e ideológica, na “Geografia dos professores, as ideias de Brasil seguem duas linhas de montagem diferentes do ponto de vista expositiva. Por falta de nomenclatura mais apropriada, e considerando a diferenciação sobretudo de superfície e pouco de fundo, as designaremos por “abordagem “espaço-formal” e “abordagem histórico-formal”. (MOREIRA, 1987, p. 104).

Numa primeira apresentação breve, o padrão N-H-E consiste em três elementos distintos: o primeiro elemento está representado pela (N) natureza, o segundo, (H) homem e por fim, o terceiro, (E) economia quando estruturalmente, em forma organizativa, retratam a tríade materializado nos livros e pela forma de ensinar aos discentes durante a etapa do Ensino Médio das Escolas públicas e privadas brasileiras. Os elementos são apresentados como se estivessem dispostos em gavetas estanques, separados e sem conexões válidas ao entendimento dos discentes. São partes de um todo que deveriam aparecer conectadas e explicadas de forma singular aos expectadores que tanto necessitam compreender o funcionamento dialético do assunto (tão relevante a estes) e que, desconexos e apresentados em cacos, só dificulta o real interesse e motivo para o aprendizado por tais discursos, no todo, acadêmico.

O N-H-E apresenta-se em vários formatos e em diferentes lugares. Dois ao menos, uma vez explicitados, já demonstraram a sua existência e permanência até os dias atuais na geografia. Os formatos sinalizados são estes: o epistemológico e o metodológico. Pelo entendimento epistemológico, o padrão N-H-E segue cadenciando suas características (desde as mais remotas), uma vez que durante toda a história da geografia desde seu nascimento, ela tem se mostrado corológica e fragmentada e essas questões tem sido repassadas a futuras gerações. Uma vez fragmentando os elementos e compartimentado uma base (a sua), a dialética da geografia vai ritmicamente se pautando e cada vez mais se afastando do seu objeto de estudo, impossibilitando uma leitura espacial, sobretudo as nuances da produção deste durante o processo.

Pelo formato metodológico, o N-H-E aparece de forma bem explícita ao se fazer presente principalmente nos livros didáticos e discursos acadêmicos como uma inculcação também desconexa de seus elementos, como se os mesmos estivesse literalmente distribuídos em gavetas distintas e sem relação, levando aos alunos e professores uma perda da totalidade de tais elementos, conseqüentemente, uma perda também do entendimento de que tais elementos são partes de um todo epistemológico.

## 1.1 Fundamentando o N-H-E epistemologicamente

Neste tópico, a obra do Ruy Moreira: Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica, 2 edição, de 2014 atravessará toda a discussão e pensamento a fim de embasar e esclarecer as ideias propostas.

Já no início do livro, o autor apresenta uma narrativa, ou seja, uma passagem pela epistemologia da geografia. O autor inicia seu raciocínio afirmando que “o ponto seminal da geografia moderna é a obra do geógrafo J.R. Forster e do filósofo Immanuel Kant”. (MOREIRA, 2014, p. 14).

Forster receberá discursos variados de seus antecessores, como o geográfico regional de Estrabão até os mais práticos-empíricos da antiguidade clássica do século XVIII. Esses discursos somados aos de Forster (sistemático-regional), serão atravessados pela matemática precisa da cosmografia de Ptolomeu advinda de Cluverius.

Por Estrabão retorna-se ao Renascimento pelo método duplo das geografias sistemáticas e regionais, chamadas de geografia especial, vertendo para uma geografia escalar advinda de Varenius. Porém, será Forster o grande sistematizador, empiricista da geografia moderna no campo teórico-metodológico com suas explicações acerca das relações da paisagem e natureza, bem como na relação homem e meio, tendo a superfície como o objeto da geografia, através do modelo comparativo e descritivo, chegando ao século XIX, já pelo seu filho, a geografia alemã. Faltará à Forster a elaboração da teoria, conceito e sistematização da geografia, no entanto, o filósofo prussiano, nascido em Königsberg (então na Prússia Oriental) Immanuel Kant (1724-1804) realizará esta tarefa.

O iluminista Kant leciona geografia a fim de exercitar os seus conhecimentos empíricos como prática de suas ideias. Sobretudo, utilizando-se muito das ideias de Isaac Newton para entender o mundo através da sensibilidade e entendimento e descrição do cosmos, utilizando inclusive a primeira obra de classificação dos fenômenos da natureza de Lineus: Systema Naturae. Será ele o grande sistematizador epistemológico da geografia moderna, sob o viés da teoria e metodologia herdadas de Forster pai. [...] “põe à disposição do pensamento científico uma massa de referências novas para o entendimento da realidade do mundo, pedindo a ultrapassagem das velhas formas de representação”. [...] “Kant leva estes sistemas de classificação ao plano lógico para o plano real da superfície terrestre, considerando-os como um sistema geográfico” (MOREIRA, 2014, p. 17). “Kant relaciona a geografia, portanto, à percepção espacial dos fenômenos”. (MOREIRA, 2014, p. 19). Ainda

falta-lhe a ideia da sistematização teórico-metodológica, inclusive para Karl Ritter (1779-1859) e Alexander Von Humboldt (1769-1859). Estes dois últimos considerados holistas, sem abandonar os pensamentos neste momento, ainda iluministas, conseguirão executar esta tarefa:

Ritter reitera o princípio corológico e aperfeiçoa o método comparativo, estabelecendo o perfil e o rigor científico que ainda faltava à geografia. O método comparativo consiste, segundo Ritter, em 'ir da observação à observação', numa formulação que ao mesmo tempo reafirma e supera a tradição descritiva de Forster e Kant. (MOREIRA, 2014, p. 21).

Humboldt observará as superfícies terrestres, agora pelo viés das individualidades regionais, ou seja, pelo todo a partir das interações entre o inorgânico – A geografia das plantas, livro de 1807, orgânico e humano. Tendo esta última, a ação de mediar o processo. Ambos verão o homem como ator central, a diferença é que em Ritter, o homem será visto como o centro e para Humboldt um homem que interage em todas as esferas do orgânico e inorgânico.

Pela chegada do positivismo, a fragmentação alcança a geografia, mesmo que gradativamente. No dizer de Moreira, [...] “Começa com uma forte crítica que desmonta o edifício holista antecedente, até que progressivamente o substitui”. (2014, p. 24). Uma segunda fase de fragmentação generalizada, pulverizando-a em geografias sistemáticas (desagregada e dividida) e o da aglutinação das setorizações ou sistemáticas (sem referência de unidade), campos agregados por assuntos semelhantes, desembocando no problema da dicotomia entre geografia física e humana e regional que tão bem o século XX e XXI conhecem e dela fazem uso. O inorgânico se tornará o físico, o orgânico o homem, abandonado e o regional – regiões as especificidades abstratas. O corológico se perde e o abandono de todas as teorias passadas é inevitável.

E a esfera humana é simplesmente abandonada. Uma mudança no conceito de homem então se dá em paralelo, excluído da natureza. Excluído o homem da natureza, todos os fenômenos saem definitivamente do contexto holístico. Muda, assim, por extensão, o conceito de geografia, seu campo e seu objeto. E todo um novo discurso aparece. O abandono do conceito holista é seguido do abandono do conceito de região. Depois, abandona-se o caráter espacial da geografia estabelecido desde Kant. E, por fim, o método comparativo formulado por Ritter. Desta forma, vêm a desaparecer todos os conceitos e fundamentos que constituíam o discurso geográfico dos séculos XVIII e XIX, tornando-se daí em diante 'impossível realizar um sistema geográfico coerente' no campo da geografia, conforme arremata Tatham. (MOREIRA, 2014, p. 26).

A geografia de hoje, se dará a partir de Paul Vidal de La Blache, autor do “Quadros de Geografia da França”, de 1903, bem como, “A França de Leste de 1917”. Por fim e obra póstuma: Princípios da geografia humana de 1922, sendo considerado um texto que fundou a geografia da civilização, por estudar as paisagens de diversas civilizações e a interação do homem com o seu meio.

### 1.1.1 Geografia da civilização

A geografia da civilização é a união da geografia física com a geografia humana, contendo o terceiro campo – o da aglutinação – que não é a geografia regional. A Geografia física levada ao N-H-E, representa a natureza, como o orgânico da situação. A humana, o homem com o seu teor humano e a aglutinação, o inorgânico ficando a cargo da economia da tríade ou padrão em xeque. Ou seja, a antropogeografia presente em La Blache e Ratzel: o homem interagindo no meio/natureza, a fim de sobreviver já numa era industrial do tempo.

Contribuições de pensadores da geografia, formarão o modelo de se pensar e entender a ciência geográfica. De um lado, o geógrafo francês Emmanuel de Martonne (1873 – 1955), em 1953, apresenta sob molde arquetípico ptolomaico a obra: o Tratado de Geografia Física. Por outro lado, o geógrafo francês Paul Vidal de La Blache (1845 – 1918), em 1954, sob o modelo de padrão pelo formato estraboniano, apresenta a obra: Princípios da Geografia Humana. Da junção desses materiais, os manuais utilizados nas escolas e universidades, primeiramente na França, no século XIX, aparecerão em formato/estrutura conhecido hoje como arquetipo N-H-E. Esses manuais foram amplamente divulgados na França pós derrotas ocorridas no século XIX, inspirados na educação oferecida pelo governo alemão a seus alunos e a pertinência da geografia como disciplina de ensino.

Para além da fragmentação das disciplinas e campo do momento, as geografias físicas sistemáticas tornam-se o suporte da geografia da civilização, tendo a geomorfologia como carro chefe e todas as outras (biogeografia, hidrologia, climatologia) seguindo-a. Há também o desenho triangular presente no positivismo que se instaura neste período, permanecendo até os dias atuais - a pirâmide como a forma de se entender e explicar a geografia tão presente ainda em livros didáticos das escolas e discursos geográficos brasileiros. Em relação aos moldes do Positivismo - classificação como ação ou efeito de classificar, reunir em classes e grupos distintos segundo um sistema ou método, a geografia clássica será levada ao moldes

da pirâmide do modelo positivista e posteriormente, uma sistematização interna que será imposto a ela. Eis presente na epistemologia da Geografia, o padrão N-H-E, explicitado principalmente pelo autor Ruy Moreira.

É a geografia da civilização (a do segundo La Blache e a antropogeografia de Ratzel) – chamada por uns de geografia da relação homem-meio e por outros de geografia da terra e do homem – o último rebento antifragmentária dentro do próprio paradigma da ciência fragmentária. Uma alternativa que então se oferece a aglutinações do tipo geografia física, geografia humana e geografia regional, que seguiam sendo uma reiteração ao conhecimento fragmentário e fracionário da realidade. É um propósito de retorno, à visão integrada da superfície terrestre como objeto de estudo da geografia, até que sobrevenha a crise do paradigma fragmentário. (MOREIRA, 2014, p. 38-39).

Estrabão e Ptolomeu – (modelo estraboniano-ptolomaico), antecessores a esse tempo, já haviam contribuído com o padrão da geografia, o arquétipo: De Martonne-La Blache. Este fornecerá as bases para o novo padrão desta contemporânea geração de geógrafos. Como dito anteriormente, a janela que serve de vitrine para a visão de mundo de cada tempo, atravessa e é atravessado pelos “arquétipos” de tempos mais remotos, presentes no inconsciente pessoal e ou coletivo da humanidade. Esse segundo arquétipo é composto, quando Vidal de La Blache ao criar o curso universitário da geografia, recebe os materiais literários a partir destes formatos, agora não os dele e de De Martonne, mas também de Jean Brunhes (1869 - 1930), Maximilien Sorre (1880 - 1962), Élisée Reclus (1830 – 1905), Évariste Galois (1811 - 1832), Carl Ritter (1779 – 1859) e Alexander von Humboldt (1769 – 1859). Os materiais revistos e acrescidos por ares novos e frescos do padrão de ciência dessa visão de mundo, trarão roupagem nova em corpos velhos. Os arquétipos – estraboniano-ptolomaico mais o De Martonne-La Blache atravessarão o tempo formando novas paisagens nesta janela de visões de mundo, assistidas pela humanidade. Serão esses manuais, com exceção de dois: “Geografia Humana de Brunhes” e “A Terra” de Reclus” que nortearão os currículos de geografia adotados atualmente pelas escolas brasileiras.

A predileção da palavra arquétipo justifica-se quando há a percepção dos moldes estraboniano-ptolomaicos que aderem pela visão do Ruy Moreira, “O arquétipo estraboniano-ptolomaico” – subtítulo do seu livro “O Discurso do Averso” de 2014, presente na página 57: “[...] a geografia varenusiana de corte estraboniano-ptolomaico é a forma como o modo do ver-fazer geográfico entra pelas portas contemporâneas da universidade e, por meio desta, da escola e seus livros didáticos.” (p. 59). Seguindo o pensamento que toda escolha carrega, o sentido de arquétipo que representou e persiste até os dias atuais para

explicar sobre as asserções da epistemologia da geografia, é de cunho junguiano, derivado da Psicologia Analítica, quando arquétipo assim, aplica-se à seguinte definição:

Os arquétipos são vivenciados na forma de representações ou imagens arquetípicas, entendidas por Jung como imagens internas que se mostram em sonhos, fantasias e mitos e, por sua vez, tanto trazem emoções sob determinadas formas quanto tornam possível um novo comportamento para compensar o já conhecido. Porém, compõem uma estrutura. Pertencem à nossa configuração biológica básica, mas também são remodeladas do ponto de vista cultural. Imagens arquetípicas têm de ser formadas e traduzidas na linguagem do presente. A verdade eterna necessita da linguagem humana, que se altera com o espírito da época. As imagens primordiais são capazes de se transformar em inúmeras vezes, sempre permanecendo as mesmas: porém, quando reconfiguradas, podem ser compreendidas de novo. Sempre requerem uma nova interpretação, caso não percam seu fascínio devido à obsolência crescente de seu conceito. (KAST, 2019, p. 34).

Somadas estas geografias, o cenário atual é de um discurso geográfico que ainda não rompeu com as amarras epistemológicas e metodológicas, sobretudo de uma disciplina que a todo custo tenta e busca se enquadrar aos moldes científicos que foram-lhe exigidos ao decorrer dos séculos e que até hoje, tem sentido os impactos pela sua perda de objeto e confusão em seus discursos enquanto disciplina escolar durante o percurso. O discurso atual apresenta-se sucintamente da seguinte forma: Uma natureza (primeiro elemento) simplória e serviente, vista como recursos e possibilidades para um homem (segundo elemento) desnaturalizado (agente demográfico e expropriador) que para sobreviver, precisará retirar desta “natureza-recurso” tudo que a mesma possa fornecer para que haja a transformação da matéria prima através da venda de sua força de trabalho ao burguês (dono da propriedade e do seu trabalho), movimentando a economia (terceiro elemento), quase que como um elo aglutinador das duas anteriores, pois é por ela que os dois anteriores se justificarão. “Processo histórico-concreto em que o natural se torna o social se torna o natural, isto é, natureza historicizada e história naturalizada, a relação homem-meio é a sociedade em perpétua construção”. (MOREIRA, 1987, p. 164).

A estrutura na forma de se ensinar geografia atualmente e no passado tem seguido esta “receita” e por isso, o nome arquétipo, inspiração do termo utilizado pelo psiquiatra Carl Gustav Jung (1875-1961), uma vez que a transmissão dos conteúdos que cabiam e ainda cabem à disciplina pouco tem sido alterada. O discurso tem sido materializado desta forma aos livros e manuais como sendo mais uma forma de permanência da estrutura arquetípica.

O método que se usa na “Geografia do Brasil que se ensina” é o método geral da Geografia, e este é o método predominante nas ciências contemporâneas. Como se pode ver, é um método fragmentário-descritivo, cujo processo resume-se essencialmente nos seguintes

pontos: (1) tira-se da paisagem um conceito de totalidade em tudo semelhante a um sistema taxonômico (sistema de classificação): uma soma de partes; (2) faz-se a lista das partes que compõem esse todo fragmentário e se coloca essas partes na ordem consagrada de sucessão classificatória do sistema taxonômico, isto é, a ordem do padrão fixo N-H-E; (3) recolhem-se os “dados” das informações estatísticas e teóricas para preencher-se de “conteúdo” o esqueleto taxonômico; (4) leva-se uma parte a ligar-se na síntese, e assim sucessivamente, até chegar-se à “totalidade síntese”. (MOREIRA, 1987, p. 116-117).

## 1.2 Fundamentando o N-H-E metodologicamente

Pelo N-H-E, entende-se como N de natureza, H de homem e E de economia no método, ou seja, na forma de se ensinar geografia nas escolas do Brasil, ainda se materializa sob a estrutura do pensamento geográfico, bem como na organização de livros didáticos e até de programas universitários do país. A primeira letra das palavras natureza, homem e economia, serviram para o nome dado pelo autor Ruy Moreira ao padrão N-H-E. O autor nas duas versões do livro “O Discurso do Averso (para a crítica da Geografia que se ensina)”, 1ª versão em 1987 e 2ª versão com o mesmo título, lançado em 2014, explica como esta tríade se apresenta em suas versões de cada época que a geografia vivenciara.

A Natureza é o primeiro componente da tríade do padrão N-H-E. Através do assoalho que é o relevo, esta natureza desnaturalizada se compõe com todos os outros elementos naturais possíveis. Uma natureza que fora abandonada, pois o homem encontra-se separado desta natureza, como uma espécie de órfão do seu ambiente natural. E a natureza, portanto, como uma composição matemática, ou seja, regida por tais leis, como corpos observados, medidos e ordenados. Uma natureza desumanizada ao homem desumanizado. (MOREIRA, 2014, p. 58). Corpos esses com tudo que nela for possível adicionar: fauna, flora, relevo, camadas internas da terra, clima, solo, chuva, entre outros. “Sua referência segue sendo o *Tratado de geografia física*, clássico de Emanuel de Martonne, de 1909, no qual a natureza é retratada em capítulos sempre na mesma ordem de sucessão, começando-se ora pelo relevo e ora pelo clima”. (MOREIRA, 2014, p. 48). Nesta gaveta chamada natureza, tudo de orgânico parece caber: o relevo, a geologia, o clima, as bacias fluviais e o solo. “Natureza é, para Kant, o que nos vêm à percepção por meio da experiência sensível. Um conceito que mantém o mundo como uma coleção de corpos organizados por leis físico-matemáticas, mas explicados pelos conceitos *a priori* da razão”. (MOREIRA, 2014, p. 65).

O Homem, segundo elemento da tríade N-H-E, retratado como demografia, dados estatísticos, dados matemáticos, ou seja, números; um homem desnaturalizado no sentido que

ele estará sozinho, isolado como uma segunda gaveta, uma vez que todos os aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais, dentre outros, serão deixados de lado, para seguir o modelo positivista (forma aceita por ciência), onde a metrificação e os números comandam o contexto do que se desejam tratar. O “ritmo populacional” estará pautado pelos números a partir da explosão ou repulsão demográfica e esses números falarão mais alto ou estarão em lugares de destaques para se discutir tais proporções. “A conversão da natureza num campo de forças físicas leva ao homem-máquina, e o homem-máquina a converter-se num homem-força-de-trabalho”. (MOREIRA, 2014, p. 87).

Curiosamente, apesar de todo trabalho de Geografia seguir a estrutura padrão N-H-E (natureza-homem-economia), em que o capítulo da população sempre é o segundo, posto entre o da natureza e o da economia, ele é o âmbito da gestação do fio das ideias, que darão certa unidade de conjunto à “visão caótica”. Este fio é, não raro, a visão neomalthusiana de relação homem-meio, entendida como relação necessidade x recursos, em que a categoria homem, antes excluída pela categoria população, agora é reduzida a volume de necessidades, e em que a categoria natureza é reduzida a estoque de recursos naturais. (MOREIRA, 1987, p. 29-30).

Este terceiro elemento (a economia) é apresentado sem a verdadeira compreensão e possibilidades que o tema exige. Caberá nele: Indústria, agricultura, cidade, entre outros aspectos. “O conceito de economia da geografia econômica é o que melhor exprime mimetismo da fronteira. São as ideias das teorias neoclássica e keynesiana que saem direto da economia para a geografia econômica.” (MOREIRA, 2014, p. 108).

Uma economia pautada na necessidade de expropriar desta natureza-máquina por esse homem-estatístico tudo o que a humanidade necessitar para seu desenvolvimento e progresso. A economia segue a lógica do mercado de precisão, ou seja, retira-se da natureza suas matérias primas para que a economia possa transformar essa matéria prima em produto industrializado que será inserido na lógica do capitalismo através dos mercados econômicos e financeiros, tudo isso seguindo uma engrenagem cada vez mais rápida e dinâmica para que o desenvolvimento econômico progrida incessantemente.

Tal presença mediadora que faz da moeda – não da natureza e do trabalho – um valor equivalente do valor real de cada bem acaba por fazer dela a viga mestra da organização da própria sociedade alicerçada numa economia do mercado. De modo que a economia dos fatores de produção se transfigura no mercado como uma economia comandada pelo preço do dinheiro. Surge assim a noção da economia como uma atividade dinâmica de trocas, organizada no mercado pelo valor simbólico do dinheiro, a moeda, que vira sinônimo da própria riqueza, e a racionalidade monetária assumindo a própria lógica imanente da história perante os homens. (MOREIRA, 2014, p. 111).



Esses elementos ao se materializarem nos livros didáticos, predominantemente na década de 80 e 90, aparecem com pequenas alternâncias ao serem distribuídos pelos anos/séries escolares. Ora a natureza aparece nos livros do primeiro ano, ora aparece nos livros do segundo ano e assim seguem alternando aos demais elementos do arquétipo. São estas as variações seguidas de modelos estrabonianos e ptolomaicos advindos desde o século I e II quando Estrabão e Ptolomeu oferecem essas formas epistêmicas de descreverem e narrarem o mundo visto pelas janelas daquele tempo (corologia e corografia): uma sobreposição em camadas que tentam explicar não só o visto, mas o apreendido pelos seus olhares, desembocando no modelo de se ensinar Geografia, denominado pelo Ruy Moreira como o padrão N-H-E.

Na Geografia desde muito tempo, a estrutura de ensinar e pensar a disciplina tem seguido esse modelo classificatório e esta forma e/ou modelo de se pensar e ensinar geografia (pela desconexão de seus elementos e objetos e categorias) favorecendo a perda de suas bases epistêmicas e ontológicas.

Todo mundo acredita que a geografia não passa de uma disciplina escolar e universitária, cuja função seria a de fornecer elementos de uma descrição do mundo, numa certa concepção “desinteressada” da cultura diga geral... Pois, qual pode ser de fato a utilidade dessas obras heteróclitas das lições que foi necessário aprender no colégio? (LACOSTE, 2012, p. 21).

Seria mesmo a geografia uma disciplina incumbida de fornecer elementos e responsável por descrever o mundo de forma desinteressada? Ou estaria a geografia retratando o mundo e seus elementos de forma simplória? Ao responder segundo o padrão N-H-E, sim, uma vez que os elementos aqui descritos imprimem a forma que a disciplina até os dias atuais, tem sido atravessada pelo formato da tríade. Problemas estes que mesmo após o advento de diversos documentos (leis, diretrizes, parâmetros, currículos, base) educacionais ainda não tem conseguido dar conta de resolver, quando através dos discursos e livros, os elementos parecem não fazerem sentido em sua totalidade e/ou quando são trazidos e expostos, são repassados de forma enfadonha e sem conexão entre os elementos da tríade: natureza, homem e economia-

O padrão ainda persiste nos manuais geográficos quase como uma receita para se explicar os conteúdos e conceitos tão caros à geografia e tem permanecido como classificação para a transmissão dos conteúdos até mesmo em discursos acadêmicos. Esse misto de descrições fora repassado a gerações de pensadores mais recentes como “La Blache e Levasseur, ambos, historiadores que, irão aprender geografia através dos manuais alemães.”

(MOREIRA, 1987, p. 152). Embora as ideologias que permeassem a geografia recebessem influência das chamadas escolas alemãs e francesas, chegará à geografia moderna, a escola alemã em predominância, estando os elementos da tríade conceituadas e explicadas sob as contribuições de tais escolas.

Ademais, conforme Lacoste (2012) há também duas geografias existentes desde o fim do século XIX: uma, de origem antiga, a geografia dos Estados-maiores e a outra geografia, a dos professores:

[...] geografia dos Estados-maiores, é um conjunto de representações cartográficas e de conhecimentos variados referentes ao espaço [...]. Socialmente, apesar do seu caráter elementar caricatural ou insignificante, as lições aprendidas no livro de geografia, os resumos ditados pelo mestre, tais reproduções caricaturais e mutilantes têm uma influência consideravelmente maior, porque tudo isso contribui para influenciar permanentemente, desde sua juventude, milhões de indivíduos. (LACOSTE, 2012, p. 31-32).

As coleções que chegam ao mercado tem como objetivo atender às necessidades temporais que seguem a cada curso: Leis, Diretrizes, Planos e Currículos que são impostos a cada tempo e as editoras bibliográficas, lançam conteúdos “novos” (ou com novos conceitos) em formatos velhos a fim de contemplar a “demanda” de cada documento educacional de sua época.

### 1.3 O N-H-E presente em livros didáticos

O texto não tem a pretensão, a análise de obras publicadas no mercado editorial, tampouco discutir as características predominantes em cada livro didático. Porém, torna-se importante apontar algumas coleções que estiveram nas prateleiras para venda e utilização como livros didáticos em escolas públicas e privadas do país. Para o ensino médio de escolas públicas e privadas do país, uma coleção que prevaleceu na década de 1990, chegando aos anos de 2018 a 2020 com forte aceitação pelas escolas, é a coleção dos autores didáticos João Carlos Moreira e Eustáquio de Sene.

Em uma breve análise desta coleção, percebe-se logo na primeira seção (livro direcionado ao primeiro ano do ensino médio), o padrão N-H-E. Nela, a primeira tríade elementar do N-H-E se apresenta fortemente com uma natureza dissolvida (pelo viés Ptolomaico – por ter a linguagem cartográfica presente) em unidades distribuídas em espaço e

paisagem, Planeta Terra, coordenadas, movimentos, fusos horários, mapas temáticos, representações cartográficas. Na unidade 2 a Geografia Física (pelo viés Estraboniano – fenômenos regionais) bem presente e distribuída pelos capítulos nomeados por estrutura geológica, estruturas e formas do relevo, solos, climas, fenômenos climáticos, hidrografia, biomas e conferências ambientais. E seguindo a “previsão” do autor Ruy Moreira, ao final, um box recheado de questões que fazem parte de conteúdos dos editais dos principais vestibulares do país.

Na seção 2 (livro direcionado ao segundo ano do ensino médio), a última tríade do N-H-E, encontra-se a economia como responsável pela manutenção da economia mundial, com seus capítulos sobre o capitalismo e seu desenvolvimento, globalização, ordem internacional gerida nitidamente pela ordem econômica mundial (G-6 ao G-20), conflitos armados mundiais, industrialização (com todas as suas gavetas), blocos econômicos, organizações comerciais e economias emergentes. Não faltará o box com questões de vestibulares ao final.

Finalmente na seção 3 (livro direcionado ao terceiro ano do ensino médio) – o elemento homem misturado pelo seu habitat e pelo seu trabalho que é a indústria, o homem antes fabril, agora trabalhador proletariado da indústria que é um dos agentes que rege a economia. Logo na unidade 1, a indústria brasileira aparece para justificar o trabalho do homem, energia/fontes energéticas mundiais e meio ambiente com o intuito de embasar os combustíveis e energias que moverão as máquinas e automóveis do país, bem como, uma unidade 3 intitulada de População com seus conceitos básicos, teorias demográficas, fluxos migratórios, pirâmides etárias, população economicamente ativa, distribuição de renda, crescimento econômico e desenvolvimento social, formação e diversidade cultura da população brasileira, crescimento vegetativo, mortalidade, natalidade, Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, participação dos afrodescendentes, desigualdade social, entre outros. Aparece também o espaço urbano e urbanização, espaço rural e agropecuária (espaços que o homem vive – palco espacial deste) e ao final, o box recheado de questões intituladas: Vestibulares de Norte a Sul e “Caiu no Enem”.

Informações que são repassadas exatamente como no padrão N-H-E: gavetas compartimentadas que não permitem a relação entre os conteúdos, tampouco o uso de escalas espaciais acerca dos acontecimentos e fatos descritos durante as seções. Essa forma fragmentada que o arquétipo oferece, impossibilita a percepção do aluno (dentro da esfera escolar) de como a produção do espaço social é desenhado e produzido ao longo do tempo, bem como os acontecimentos em escala espacial para uma leitura ampla e contextualizada de tudo apreendido pelo discente.

Mesmo que de formas alternadas, o N-H-E ainda permanece representando a estrutura dos conteúdos materializados nos livros didáticos do país, ou seja, tal padrão ainda se materializa sob a forma de organização metodológica de conteúdos em materiais, livros e atlas sob a estrutura do pensamento de organização da geografia brasileira, bem como na organização de currículos baseados nesse padrão que ensinam os estudantes das escolas públicas e privadas do país, desnudando o problema epistemológico que a disciplina enfrenta desde suas bases ontológicas.

#### 1.4 Reflexões sobre o N-H-E – a necessidade de compreensão

Refletir sobre o N-H-E é tomar para si a responsabilidade de parte dos problemas epistemológicos que a ciência geográfica vem enfrentando há décadas. Segundo Moreira (2014), “o próprio modelo N-H-E é em si parte da tentativa malograda ocorrida quando da criação da geografia da civilização como campo de aglutinação (união das Geografias física e humana) no final do século XIX”. (MOREIRA, 2014, p. 117).

Tratava-se, então, de rearrumar a geografia fragmentada pelo paradigma do positivismo, buscando-se cumprir duas exigências: por um lado, de reunir a fragmentação numa geografia de síntese – nasce aí o conceito moderno de geografia como ciência de síntese ou charneira entre a geografia humana e a geografia física -, referenciada num retorno neokantiano ao parâmetro reitteriano e humboldtiano; por outro lado, de tomar a relação entre o homem e a natureza como parâmetro, referenciado no conceito de civilização. (MOREIRA, 2014, p. 117).

Quando o autor Ruy Moreira em seu livro “O Discurso do Averso (para a crítica da Geografia que se ensina)”, primeira versão de 1987, inicia com palavras provocativas sobre as definições da geografia ele já demonstra algumas de suas narrativas:

A Geografia tem sido tradicionalmente definida como sendo o *estudo descritivo da paisagem, o estudo da relação homem-meio e o estudo da organização do espaço pelo homem*. Tem a particularidade, portanto, de ser uma *ciência de síntese* e dotada de um *método descritivo*. Sobre tais bases teóricas-metodológicas vem sendo erguido o edifício da geografia que se ensina. Quais são as características, virtudes, pecados e poder de tal forma de saber?. (MOREIRA, 1987, p. 13).

O autor em suas análises epistemológicas sobre o papel da geografia durante os anos que a mesma se consolida como disciplina escolar, chama atenção para nuances que a

geografia passa durante décadas. A relação homem e meio atrelados à dicotomia Geografia Humana versus Geografia Física balizadas pelo conceito de totalidade, onde as partes mesmo que se encontrem ainda permanecem distintas e paralelas (MOREIRA, 1987, p. 16), dando o tom do que virá a ser a dicotomia homem (Geografia Humana) e natureza (Geografia Física).

Por isto, cada ‘parte’ dá origem a uma ciência ou ramo de uma ciência, dividindo-se a Geografia em Geografia Física, para o estudo da natureza, e em Geografia Humana, para o estudo do homem. (MOREIRA, 1987, p. 17).

Mas que Geografia se ensina no Brasil? São perguntas sempre presentes na cabeça do autor e tema de seus livros uma vez que pensar que geografia se quer ensinar e que professor ensinam essas geografias, não resolvem todos os problemas que a disciplina vem enfrentando, mas já anuncia que através de ideias e diálogos, novos caminhos possam ser descobertos para que as fragilidades desta ciência possam ser dirimidos e apontamentos para novas possibilidades surjam. Sendo a Geografia uma disciplina escolar e com grande responsabilidade social, não cabem nela, discursos imaturos (no melhor sentido da palavra) como os apresentados até hoje, não só pela perda de objeto da disciplina, mas também pela confusão epistemológica arrastada por décadas que ainda permeiam os assentos escolares e acadêmicos. Não há na disciplina a totalidade entre a forma e o conteúdo (metodologia e epistemologia), pois em seus discursos, não há “relação sem a qual o verbo não se instrumenta”. (MOREIRA, 1987, p. 103). O que se apresenta hoje na Geografia Brasileira:

É uma “colagem de ‘partes’, que se grupa em quatro módulos nos livros didáticos: o quadro geopolítico/histórico, o palco, os atores e a ação dos atores no palco. Isto é, em linguagem de aula e livros didáticos: o painel introdutório, o meio natural, a população e a economia. Há os que acrescentam um quinto módulo: síntese final, que pode ser a regionalização ou um leque de ‘questões’”. (MOREIRA, 1987, p. 104-105).

O fundamento estruturante de se ensinar geografia no Brasil parece seguir uma receita culinária, onde os livros e materiais didáticos seguem, ora alternando as ordens de aparecimento em tais manuais, mas nunca diferindo a forma e estrutura de se fazer e ensinar Geografia de fato. O N-H-E já se faz presente desde sempre quando o meio natural era nada mais que a natureza, a população representada pelo homem demográfico e a economia balizando os demais elementos. Para arrematar a inculcação conteudista, de quebra se dá ao final, a regionalização (uma tentativa frustrada de totalidade das partes fragmentadas dispostas em armários) e/ou uma bateria de questões para que o conteúdo seja fixado (e desta forma desconexa) pelo aluno que durante todo o ano letivo se servira destes conteúdos.

Segundo Ruy Moreira, uma Geografia brasileira que valoriza as descrições das aparências, bem como das colagens que transformam em conteúdo do que é atributo. (MOREIRA, 1987, p. 120-121). Uma imagem de nação descritiva, narrativa como em uma imagem arquetípica da corologia e corografia dos primeiros séculos da geografia.

Na década que o autor escreve o livro “O Discurso do Averso (para a crítica da Geografia que se ensina)”, a geografia crítica estava presente (até mesmo na década anterior), servindo de contraponto à geografia positivista e também Quantitativa advinda até a sua chegada ao Brasil, mais fortemente no estado de São Paulo. É um momento histórico muito importante para o Brasil e para os autores que pensavam a geografia, principalmente Milton Santos, Ruy Moreira, Jean Tricart e Manoel Correia de Andrade, dentre outros. O Brasil assistira as “Diretas Já” em 1984 (movimento político popular no mesmo ano, para retomada das eleições diretas para presidência da República do Brasil, pós ditadura militar brasileira), o crescimento do capitalismo selvagem que, presente em um mundo agora globalizado, só gerava cada vez mais problemas sociais e ambientais principalmente nos países mais pobres, ainda chamados de países subdesenvolvidos ou de terceiro Mundo.

Será um momento propício para autores de todas as ciências. E a geografia não ficará de fora de tudo isso: Exemplificando, o autor Jean Tricart passará este momento de mundo que tanto retratará: assuntos como poluição, desmatamento, ocupação de encostas, acidentes nucleares (Chernobyl – Ucrânia, 1986), meio ambiente, homem e meio, relações naturais e físicas da Geografia, pensando e escrevendo sobre os assuntos. Com todo esse movimento, Tricart lançará sobre a geografia a Corrente Ecológica, como uma lupa de aumento para tais assuntos imprescindíveis neste contexto histórico-geográfico, contribuindo fortemente para a disciplina escolar.

Ruy Moreira, lançará o livro o “Discurso do Averso - para a crítica da Geografia que se ensina”, versão 1987, demonstrando de forma clara, a visão do padrão N-H-E advinda do formato estraboniano-ptolomaico – modelo e/ou forma que os assuntos aparecem e são retratados em livros didáticos e acadêmicos das escolas e academias brasileiras. A palavra arquetipo advém da corrente da psicologia – outra ciência que se despontara entre as décadas de 70 e 80, inspirando até mesmo o que viria a se chamar de Geografia do Comportamento e Percepção. Inspirado pela Psicologia Analítica de Jung, o autor confirma a percepção de arquetipo como um padrão de método para a Geografia e mais uma vez compreende que as formas epistemológicas e metodológicas da ciência passavam por problemas estruturais há muito tempo.

O aspecto em função do tempo e espaço – assuntos muito presentes nesta década, também inspiraram o autor Ruy Moreira que os retratam em seu livro, quando: “a abordagem espaço-formal é a forma sem o conteúdo (o objeto sem o sujeito) e a ‘abordagem histórico formal’ é o conteúdo sem a forma (o sujeito sem o objeto). (MOREIRA, 1987, p. 119), referindo-se:

Aparentemente, o “enfoque espaço-formal” seria o que, pela preocupação em embasar a exposição nos “princípios por excelência geográficos”, cumpre o ritual epistemológico. [...] Por seu turno, se esta preocupação mínima com a epistemologia inexistente na ‘abordagem histórico-formal’, tem-se aqui a preocupação com o conteúdo. (MOREIRA, 1987, p. 106 -107).

Tais assuntos somados a contribuições de outras ciências e conhecimento da história epistemológica da geografia, desembocará no que conheceremos como “arquetipo” N-H-E. Outros encontros virão e inspirarão diversos autores que surgirão no futuro com a confecção de amplos e vastos escritos sobre o assunto.

### 1.5 As nuances do N-H-E sob o prisma do autor

Ruy Moreira afirma que realizar um novo discurso dentro da ciência Geográfica e na construção das palavras e fundamentos epistemológicos teóricos e ideológicas observando contextos e imbricações, dependerá de um profundo mergulho crítico aos próprios fundamentos epistemológicos da disciplina. (MOREIRA, 1987, p. 155). Esse mergulho torna-se necessário uma vez que a geografia veio ao longo dos anos se perdendo nas suas próprias concepções teóricas e conceituais de temas e assuntos tão imprescindíveis em sua categoria disciplinar. Exemplificando: categorias como paisagem, espaço, região, território, homem, natureza, economia, foram se adaptando de acordo com as necessidades de cada época e a cada passagem de tempo cronológico (sem a percepção), os termos foram sendo modificados e elevados à categorias talvez muito distantes dos seus reais significados primários.

Quando o autor cita que houve “a morte da classe operária como sujeito na história” (MOREIRA, 1987, p. 157), que “a natureza se inclui como ‘recursos naturais”, (MOREIRA, 1987, p. 159) e que “a relação homem-meio é medida pela relação privada de propriedade social das condições de existência” (MOREIRA, 1987), (presença respectiva dos elementos

do N-H-E) ele revela as nuances de um N-H-E repleto de pobreza epistêmica: “Operar uma ruptura num saber de rico acervo linguístico como a Geografia não pareceria difícil, se não fosse tão opaco o significado que se tem emprestado aos vocábulos”. (MOREIRA, 1987, p. 156). Ou seja, mesmo sendo conceitos diferentes, eles transformam-se em termos sem sentido, pois não se conceitua na geografia e sustenta-se a conceituação. “Ora como dizendo a mesma coisa, ora como dizendo escalas diferentes de espaço”. (MOREIRA, 1987, p. 156). Com toda essa grande confusão de palavras vai se construindo essa perda de personalidade que tanto a geografia tem carecido desde sua consolidação em disciplina científica. Nuances que desembocam nesta forma organizacional e estrutural do pensamento geográfico, presentes nos discursos e estrutura de ensino do país.

O método que se usa na “Geografia do Brasil que se ensina” é o método geral da Geografia e este é o método predominante nas ciências contemporâneas. Como se pôde ver, é um método fragmentário-descritivo, cujo processo resume-se essencialmente aos seguintes pontos: (1) tira-se da paisagem um conceito de totalidade em tudo semelhante a um sistema taxonômico (sistema de classificação): uma soma de partes; (2) faz-se a lista das partes que compõem esse todo fragmentário e se coloca essas partes na ordem consagrada de sucessão classificatória do sistema taxonômico, isto é, a ordem do padrão fixo N-H-E; (3) recolhem-se os “dados” das informações estatísticas e teóricas para preencher-se de “conteúdo” o esqueleto taxonômico; (4) leva-se uma parte a ligar-se na síntese, e assim sucessivamente, até chegar-se à “totalidade síntese”. (MOREIRA, 1987, p. 116-117).

### 1.5.1 Natureza-recurso

Aqui, com o primeiro elemento – a natureza inicia o desfile das gavetas (MOREIRA, 1987, p. 108) quando divide-se a geografia em “Geografia Física”, separadas por disciplinas acadêmicas de Universidades, chegando neste formato em livros didáticos e também acadêmicos com algumas modificações, porém com o mesmo sentido (natureza “física”): Hidrologia, Geologia, Paleontologia, Ecologia, Oceanografia, Climatologia, Vegetação, entre outros. A natureza tratada como o inorgânico da tríade trazendo um leque de assuntos e “coisas” (como ela será vista) naturais como o solo, rochas, relevo, fenômenos atmosféricos, clima, vegetação, potencialidades hídricas, interior da terra e uma infinidade de recursos disponíveis para exploração do homem, ou seja, como um estoque de recursos da natureza seguindo uma ordem de sucessão sem fim. Tudo isso pelo viés de Emanuel De Martonne (1873 – 1955), em seu “Tratado de Geografia Física”, de 1909, e seguindo uma ordem de



sucessão corográfica. Segundo Moreira, “o Planeta Terra é, assim, um conjunto de partes autônomas, reunidas pela lei da gravidade, lei da unidade do planeta, extensiva à unidade do universo”. (2014, p. 54)

Esta visão de que a natureza fornece bens naturais, medida por quantidades destes recursos, bem como ao ponto da sua capacidade de servir ao homem em sua relação com o “natural” tem sido o discurso-chefe em livros didáticos e discursos acadêmicos até os dias atuais. Uma natureza quase que como um espaço cartesiano. Uma natureza-máquina seria a lógica perfeita para caber na tríade do N-H-E.

### 1.5.2 O homem: ferramenta de expropriação

Pelo N-H-E, o homem representa quantidade/demografia, descrito nos livros pelos assuntos: demografia, teorias demográficas, homem-consumidor, êxodo rural, migração, expectativa de vida, culturas distintas, religiosidades, etnias, cores, línguas, distribuídos pelos setores da economia entre outros. Um homem que segundo Moreira (1987, p. 110), na “abordagem espaço-formal” (distribuído espacialmente) população vista demograficamente”, isto é, sendo regida em sua dinâmica por leis demográficas.

Aqui ter-se-à igualmente um desfile de segmentos paralelos, os capítulos desse módulo: “crescimento”, “estrutura”, “mobilidade populacional” e “distribuição territorial”. O capítulo do crescimento nucleariza o módulo, uma vez que concebe-se que ele decorre a estrutura, interfere no movimento da mobilidade territorial, e, através deste, na repartição territorial. Por isso, normalmente se começa por ela, puxando-se, então, o fio da meada. (MOREIRA, 1987, p. 110).

Pela abordagem positivista, ao retratar o capítulo que fala sobre homem, o espaço que se reserva ao assunto, é geralmente mais curto, por ser justamente um assunto menos valorizado epistemologicamente no sentido de comprovações e previsões estatísticas dos acontecimentos futuros, sobretudo o padrão ciência que se instituía no mundo neste período. É um capítulo destinado ao orgânico, o da Geografia Humana. Em uma tentativa de enquadrar o segundo elemento na ciência positivista, o homem é levado aos patamares gráficos, representados por pirâmides, fluxos migratórios esquematizados e transformados em teorias demográficas matemáticas, dentre outros, a fim de legitimar essa entrada do homem pela corrente positivista do século XVIII.

Alguns capítulos apresentam maior ênfase em detrimento aos de estrutura orgânica que podem ser matematizados, quantificados e contabilizados. Já a partir da década de 1970, a natureza será retratada pelo termo “meio”, ganhando maior espaço nos livros, pois o assunto meio/meio ambiente encontrava-se neste momento em alta, o que trará à tona, os temas homem e natureza atrelados aos “estoques” e “reservas” da natureza, bem como um homem que pelo capitalismo (outro assunto presente nesta década) explorará o meio ambiente em que vive e tudo o que mais vier deste discurso, recheando o capítulo com assuntos perimetrais como países subdesenvolvidos e desenvolvidos (pobreza e riqueza de um povo), ocupação de moradias em encostas (pelo homem), lixo, poluição e degradação do “meio ambiente” (voltados ao segundo elemento da tríade – homem).

Surge um homem que estará sempre sendo contabilizado pelo Estado, visando o planejamento a partir da proporção de população e estoque de comida para todos, ou seja, os discursos e obras literárias estarão repletos de teorias demográficas e explosões demográficas (taxas de natalidade e mortalidade), revolução verde, transgênicos, entre outros – assuntos mais que batidos durante as décadas de 70 e 80, onde gráficos e pirâmides etárias coloriam o cenário editorial dos materiais confeccionados para as escolas brasileiras: discursos muito vistos em livros didáticos na virada do século XX para o XXI. “A natureza e a população são vistas como ‘fatores’ do processo econômico e as atividades econômicas são a reprodução pura e simples dos ramos da divisão técnica do trabalho”. (MOREIRA, 1987, p. 114).

Pensa-se, ademais, que ficam assim mais “lógicas” as sucessivas descrições com que se procedeu ao longo das gavetas e das suas interligações desde o primeiro módulo; a compreensão retroativa de tudo que se vira no módulo de população sobre aceleração demográfica, êxodo rural/urbanização e reestruturação da população ativa; e, sobretudo, a extração dos fundamentos explicativos do atual estágio e características do subdesenvolvimento brasileiro, quando, então, fica transparente por que o Brasil é um país “capitalista dependente”. (MOREIRA, 1987, p. 115-116).

### 1.5.3 A economia: o elo aglutinador da tríade

Segundo Ruy Moreira, “a natureza e a população são vistas como ‘fatores’ do processo econômico e as atividades econômicas são a reprodução pura e simples dos ramos da divisão técnica do trabalho”. (MOREIRA, 1987, p. 114). Neste módulo: economia, terceiro elemento da tríade é quase que um “*dejà vu*” dos elementos anteriores, uma vez que retoma-se a população através da População Economicamente Ativa - PEA, êxodo rural, urbanização,

industrialização, capitalismo e organizações mundiais do comércio. É o universo propriamente dito entre homem e natureza, pois o homem retirará da natureza o que precisa desembocando conseqüentemente no elemento economia (aos moldes capitalistas). As atividades econômicas cabem neste box, uma vez que a técnica do trabalho e tudo que nele há (agricultura e indústria) estão presentes neste. A divisão interna do trabalho é outro fator importante presente na tríade economia neste contexto, pois é por ela que tudo acontece, uma vez que o despojamento das terras aos camponeses, que permanecem de posse apenas de sua própria força de trabalho e de cuja troca (venda) por salário dependerá agora seu acesso aos meios de subsistência.

Eclético de tudo, a Geografia possui uma estrutura discursiva interna fortemente desintegrada. Por sua extrema divisão dicotômica, abraça uma totalidade sistêmica que a faz mais parecer a própria interdisciplinaridade do sistema de ciências. Organizada nesses moldes, o molde funcionalista-evolucionista, a Geografia mais lembra um armário-taxonômico, repleto de gavetas designadas pelos sub-ramos. No seu todo, essa Geografia-armário é um rigoroso e completo sistema de classificação. Quando muito. (MOREIRA, 1987, p. 153).

## 1.6 **Arquétipo, modelo e geografia: diálogos com Ruy Moreira**

O padrão ou padrões que a Geografia incorporou desde os tempos primórdios dominam em tempos recentes, as práticas educacionais e estudos epistemológicos desta recém ciência engendrada aos moldes e padrões que as épocas exigiam, perdurando até este tempo de ciência contemporânea. O dizer do geógrafo brasileiro Milton Almeida dos Santos “O espaço dos geógrafos acabou por ficar tão fragmentário quanto o espaço fetichizado e a Geografia tornou-se ideológica, hostil ao real.” (SANTOS, 2012, p. 40). Essa complacência exigida e aceita pela geografia admite seu lugar mesmo que sem conteúdos, formas únicas e próprias no sentido epistemológico da palavra, no pódio do mundo da ciência padronizada pelo rigor científico.

Desde os primeiros séculos, a descrição tem sido instrumento de pensar e servir a diferentes aparelhos ideológicos que requisitem essa habilidade adquirida à geografia, advinda desde Estrabão, Ptolomeu, Alexander von Humboldt, Carl Ritter, Friedrich Ratzel (1844 - 1904) e La Blache. O arquétipo que a ciência geográfica herdará, expressará a fonte da pluralidade das incertezas epistemológicas em suas bases uma vez que “no âmbito fragmentário, a Geografia vai conhecer as certezas e percalços da vertente positivista

triunfante” (MOREIRA, 2015, p. 20) reproduzido por múltiplos períodos, essa fonte seminal revestida de outros padrões exigidos aos tempos. As incorporações aos moldes de Kant, aos “neo-kantianos”, de Newton e os de Descartes até este século, expressam o recorte da Geografia em dois ramos distintos: uma Geografia Física aos moldes naturalistas empiricistas, pautados pela física e experimentações e outra humana, segundo Moreira, pura.

O grande problema da fragmentação setorial e da dicotomização somadas é tanto a supressão do que seriam pares dialéticos e nem tanto a separação formal, mas o esvaziamento que de um lado responde por hoje fazermos uma Geografia Física pura (a-natureza-sem-o-homem) e de outro lado uma Geografia Humana pura (o-homem-sem-a-natureza), sem a possibilidade teórica de nenhuma ponte de entrecruzamento. (MOREIRA, 2015, p. 46).

Com Delgado de Carvalho, vieram os preceitos modernos que produziram materiais literários reproduzidos, modelados, sob arquétipos, padronizados, estruturados, esquematizados, formatados, acamados, sequenciados, agregados, arranjados, arrumados, alinhados, classificados e engendrados em circuitos que desembocam em nossas escolas até os dias atuais. Meras descrições esvaziadas e desconexas que impossibilitam e anulam a possibilidade do sentido de totalidade a partir de um eixo estruturante e que promova a leitura sócio espacial dos alunos dos diferentes níveis em hierarquia nos projetos, obras (livros didáticos) e currículos no Brasil.

A geografia respeitando e seguindo o berço do padrão que fora inserida, pela necessidade de sobrevivência enquanto padrão-ciência, como denuncia Yves Lacoste (1929 - 1952), servira aos deleites do Estado sem nenhuma inocência ou casualidade. O aparelho do Estado a utiliza a fim de sua manutenção e prevalência sob as demais classes. Um diálogo com o autor Ruy Moreira, suscita múltiplas dialogicidades de todos os outros autores que o mesmo carrega e lança em suas reflexões em extensa e robusta abordagem do pensamento geográfico, sobretudo da formação espacial de todo o enredo envolvido nas propostas assumidas. Ao ler Moreira (2014), o leitor é transportado para as raízes do pensamento geográfico em sua totalidade no sentido mais amplo que a palavra possa expressar.

De modo que a geografia raramente é vista por seus próprios teóricos como uma *praxis* governada pela consciência do ser-estar do homem-no-mundo e, assim tal como o marxismo, como uma teoria da ação (não confundamos como militância). (MOREIRA, 2004, p. 23).

Destarte, a geografia ora cunhada sob os moldes positivistas, funcionais do aparelho do Estado, bem como padronizada, vem tentando manter-se como disciplina que não nega

seus entraves epistemológicos, porém, busca renovar-se a cada dia para apresentar-se como ferramenta de transformação nas relações de poder da sociedade atual. Tem resistido enquanto ciência, diante dos discursos e atrocidades proferidos e cometidos pelas políticas neoliberais deste século XXI.

#### 1.6.1 Arquétipo: de conjunto de representações à modelo de classificação

O psiquiatra e psicoterapeuta suíço, Carl Jung, suíço, nascido em 1875, fundou a Psicologia Analítica ou como também é chamada, Psicologia junguiana ou Psicologia Complexa (primeiro nome dado à Psicologia Analítica de Carl Jung), ramo da Psicologia, diferente da Psicanálise iniciada pelo médico neurologista e psiquiatra, o inglês Sigmund Schlomo Freud (1856 – 1939). Jung identificou-se com as obras deste e o conheceu pessoalmente em Viena, na Áustria, em 1906, onde estudaram juntos por aproximadamente seis anos, fundando a Associação Psicanalítica Internacional, quando Jung tornou-se o primeiro presidente. Porém, por divergências de ideias, uma vez que defendiam teorias diferentes: Freud com sua teoria da libido e de traumas, a Psicologia Psicanalítica e Jung com sua Psicologia do Inconsciente, levando-os ao rompimento da parceria em 1913.

Para Jung, a mente humana é representada por três esferas a seguir:

- a) Consciência – superficial (ego)
- b) Inconsciente Pessoal – intermediária
- c) Inconsciente Coletivo – Interior (arquétipo)

Em sua base teórica, o inconsciente é dividido em duas partes: o pessoal e o coletivo. O campo do pessoal é composto pelo material reprimido, complexos e local onde está presente o “eu” - que tem como função, mediar o consciente e o inconsciente, servindo como uma espécie de vigia da consciência. Neste lugar estão presentes também, os diversos traços de personalidade ainda ocultos e o coletivo composto, bem como depósito das imagens principais e primordiais, vezes ocupados por materiais arquetípicos comuns advindos dos nossos ancestrais.

O aprofundamento das ideias para Jung se dará no Inconsciente Coletivo, onde o arquétipo estará inserido e definido por ele como representações que fazem parte deste

inconsciente coletivo, pelo viés do arquétipo como padrão de comportamento. Jung desenvolve o conceito da palavra arquétipo como imagens primeiras, sendo um conjunto de imagens e comportamentos padrões herdados no nascimento de cada homem individualmente, independente da cultura, lugar ou meio que este nasça.

Ressalta ainda que estas imagens são o resultado das experiências básicas de diversas gerações antepassadas que retornam como uma contínua representação, todas advindas e anteriores do inconsciente pessoal de cada um, formando a consciência à medida que este homem experimenta, vivencia e somatiza suas experiências.

Jung e Freud diferem principalmente neste contexto e também, na forma de entender e definir seus conceitos e pesquisas. Embora sejam estudiosos do ramo da Psicologia, Freud demonstrava certa resistência à ciência ao pensar suas ideias. Todavia, Jung é um acadêmico reconhecido por associações da época, auto afirmando-se fenomenológico com trabalhos totalmente voltados para o campo empírico chancelado pelo ramo da Ciência, inclusive, utilizando-se da técnica do polígrafo em sua jornada acadêmica no ramo da Psicologia. Na época de sua Psicologia Complexa, depois chamada de Analítica, não se podia comprovar cientificamente as suas teorias, vindo posteriormente a Neurociência atestando e embasando cientificamente os estudos e afirmativas de Carl Jung.

O homem sente-se isolado no cosmos, porque, já não estando envolvido com a natureza, perdeu a sua “identificação emocional inconsciente” como os fenômenos naturais. E estes, por sua vez, perderam aos poucos as suas implicações simbólicas. O trovão já não é a voz de um deus irado, nem o raio o seu projétil vingador. Nenhum rio abriga mais um espírito, nenhuma árvore é o princípio de vida do homem, serpente alguma encarna a sabedoria e nenhuma caverna é habitada por demônios. Pedras, plantas e animais já não têm vozes para falar ao homem, e ele não se dirige mais a eles na natureza, e com ele foi-se também a profunda energia emocional que esta conexão simbólica alimentava. (JUNG, 2008, p. 120 apud HUBER, 2015, p. 16).

“Arquétipos são entendidos como efeitos do inconsciente coletivo, como padrões fundamentais da vida, que atuam em todo indivíduo e por ele são sonhados, descritos e moldados; são a precondição da história da civilização”. (KAST, 2019, p. 31). E como padrão, o arquétipo serviu aos moldes de um modelo classificatório que a ciência moderna tanto exigia com seu advento. Para Kast, as estruturas universais e idênticas da psique (que Jung designou primeiramente de arquétipo e depois de inconsciente coletivo) “correspondem ao conceito biológico de ‘pattern of behaviour’ (padrão de comportamento)” (2019, p. 32). Para padrão de comportamento, a classificação que agora necessário se torna, estará em

consonância com o arquétipo, regulando os modelos e matrizes deste novo real visto desta janela – a nova forma de ver e perceber o mundo científico e racional.

### 1.6.2 O Arquétipo e sua concepção clássica: da filosofia à psicologia

Acerca da palavra arquétipo, será tomada de início com a sua morfologia grega ἀρχή - arché: "ponta", "posição superior", "princípio", e τύπος - tipós: "impressão", "marca", "tipo" apresentando sutis diferenças no que tange ao conceito entre as correntes da filosofia e psicologia.

Arquétipo pelo viés filosófico permeia os meandros desse campo vasto desde o filósofo do período clássico, Platão (428 a.C – 348 a.C), engendrando pelos neoplatônicos como Plotino, médios platônicos presentes nas Cartas de Cícero (Marco Túlio Cícero, escritor, advogado e filósofo. Cônsul romano que viveu entre os anos de 106 d.C e 43 d.C.) e em Lúcio Máestrio Plutarco ou Plutarco (46 d.C – 120 d.C), grego filósofo médio platônico grego e também biógrafo, desembocando na Filosofia teísta até a chegada em Aurélio Agostinho de Hipona, o Santo Agostinho (354 d.C – 430 d.C.). Alguns filósofos traduzem a palavra arquétipo como “essência”, preferindo não utilizar “forma” para que não se revisite o conceito utilizado por Platão. Para os neoplatônicos, a palavra e conceito de arquétipo remetem ao campo das ideias, a percepção do mundo como uma representação do que antes existia no mundo superior.

Platão começa a afastar-se do pensamento de seu antigo mestre, desenvolvendo sua própria filosofia, na qual a teoria das Formas ou Ideias, ocupa um lugar central. (MARCONDES, 2011. p. 19). Afirma que os objetos têm formas ou estruturas ideais, sendo estas formas objetos de matemática pura ou outro conhecimento conceitual. O autor nasce em uma família tipicamente aristocrata rural em 428 ou 427 a.C, desejoso de seguir a política, segue seus estudos. Aos 20 anos de idade conhece Sócrates e o tem como seu mestre acadêmico, desgostando-se da política sem deixar de contribuir para tal. Tem como um de seus fundamentos iniciais, o fim da propriedade privada para a classe dos guerreiros em prol de uma comunidade de bens, embrião do comunismo que etimologicamente recebe a denominação: “comum”, sob uma ótica futura conhecida como comunismo. Adentra pelo ramo das ideias e formula a Teoria das Ideias ou *eidós plantônicos*.

Ao frequentar os centros de estudos, recebe como discípulo, o também filósofo grego, Aristóteles (384 a.C – 322 a.C) que anos depois mesmo discordando de seu mestre, o faz de forma ponderada e respeitosa. Várias correntes sofreram influência de Platão e um deles foi Aristóteles, fundador do Liceu, [...] “gostava de lecionar e discutir com seus discípulos dando caminhadas, daí a origem do nome “escola peripatética” (de peripagos, caminho), como também ficou conhecida sua escola.” (MARCONDES, 2011, p. 45).

Na concepção Filosófica, Plotino (205-270) é o último filósofo da tradição helenística e o principal representante da corrente filosófica neoplatônica, que vai exercer uma influência marcante no pensamento ocidental. Suas asserções acerca da alma são referências básicas para o estudioso da história da psicologia e da psicanálise, pois suas idéias repercutiram posteriormente na obra de teóricos do porte de Freud e Jung. Pois Plotino é considerado por alguns autores (Schwyzer, 1960; Hillman, 1981) como o "descobridor do inconsciente" e o seu conceito de psyche como similar ao de inconsciente coletivo. E dentre as teorizações junguianas a respeito do inconsciente coletivo a noção que surge como central é a de arquétipo. (RAFAELLI, 2001, p. 3).

As formas para Platão são consideradas independentes da mente humana e não como pensavam alguns filósofos, a forma sendo a própria entidade mental – ideias (existência apenas nas mentes humanas). Estas ideias são consideradas coletivas, pois adquiriam características de uma qualidade ou coisa e não suas particularidades e especificidades. Em Parmênides, Sócrates (470 a. C – 399 a. C.), mestre de Platão, nomina as Ideias Primordiais como “paradigmas”: “São como padrões (*παραδείγματα*) estabelecidos na natureza e outras coisas assemelham-se a eles e são semelhanças; e essa participação das Formas é, por outras coisas, simplesmente estar modelado nelas.” - Parmênides 132 d. Amônio Sacas (175 d.C – 242 d.C), de Alexandria, fundador da escola alexandrina, é considerado o fundador da escola neoplatônica, que existira durante os séculos III e IV, tendo como seu principal representante, o egípcio Plotino (204/205 – 270), que promove uma espécie de renovação ou releitura da doutrina platônica. O neoplatonismo é considerado uma filosofia metafísica e epistemológica com elementos do monismo com panteísmo e politeísmo. Dentre inovações pertinentes de Plotino, destaca-se a *Enéada* de Plotino (*Plotini Opera omnia*), onde Friedrich Creuzer (1771-1858) apresenta-se como editor da *Enéada*, impressa em 1835. Plotino é nomeado por alguns autores (Schwyzer, 1960; Hillman, 1981) como o "descobridor do inconsciente", e o seu conceito de psyche como similar ao de inconsciente coletivo (RAFAELLI, 2001, p.3), uma proximidade com o campo da Psicologia, e a Psicologia analítica de Carl Jung.

Entretanto, apesar de não ser mencionada explicitamente, a filosofia plotiniana aproxima-se da psicologia junguiana quanto à questão da imaginação e do si-mesmo



(self). Pois Plotino já emprega o termo arquétipo (αρχετυπον) num sentido propriamente psicológico, ao supor que a elevação do self das imagens aos arquétipos é a meta do ser, que atingiria, assim, o não-ser.<sup>2</sup> (RAFAELLI, 2001. p. 5).

Carl Gustav Jung (1875 - 1961), psiquiatra contemporâneo, pautado no método empírico naturalista, estudou a psique humana investigando-a através dos sonhos e símbolos sem deixar de considerar a filosofia e o ocultismo pelo seu interesse em variados ramos da ciência como antropologia, sociologia, religião, mitologia, astrologia e alquimia. Leitor de Platão, Kant, Pitágoras, Goethe entre outros, funda a Psicologia dos Complexos, mais tarde denominada de Psicologia Analítica e desenvolve variados conceitos, como: inconsciente coletivo, complexo, sombra, individuação, sincronicidade, anima e animus e o que será capitulado neste trabalho, o arquétipo. Carl Gustav Jung identificou as ideias platônicas como a versão filosófica daquilo que ele incorporou como arquétipos do inconsciente.

Nascido no século XIX (26 de julho de 1875), na Suíça, Turgóvia, desde jovem apresentava sonhos e visões peculiares que ele considerava, advindos da mitologia e relacionados à fé, o que levou a crer que teria herdado de sua mãe o dom de perceber as pessoas e as coisas que pairavam no mundo em sua essência. Sentia ter em seu interior, duas personalidades distintas: o que mantinha relações com a sociedade e o seu interno em contato com sua fé pautada em Deus, o que aguçou sua incursão nos temas estudados por ele. Inclusive a falta do rigor científico que as Escrituras forneciam e o empirismo que a ciência era dotada, fizeram com que seus pensamentos e atenção se voltassem para as questões não resolvidas, segundo sua intelectualidade.

Fatos revelados na tentativa de salientar a justificativa de sua inserção no curso de medicina e especialização em psiquiatria e formação na Universidade, após o mesmo ter tido contato com o intrigante livro do psiquiatra e professor da Universidade de Estrasburgo, o alemão, Krafft-Ebing (1840 – 1902). Na década de XX (1900) torna-se estagiário na Clínica Psiquiátrica Burgholzli em Zurique e adota postura humanista em seus atendimentos com pacientes enquanto psiquiatra, preocupando-se na totalidade humana, utilizando o diálogo e não apenas os sintomas como caminho para a conclusão do diagnóstico do paciente.

As obras de Sigmund Freud lhes chamam atenção e o incentiva a trocar cartas com Freud totalizando em média quase 360 escritos, bem como envio de trabalhos desenvolvidos por ele onde admitia as concepções de Freud no que tangia ao recalque e repressão. Jung já estabelecera-se em 1902, no hospital que trabalhara em 1900, como chefe após ter tido

---

<sup>2</sup> Plotino,1993:VI,9,11.

contato com um dos fundadores da Psicologia, até então, ramo da Filosofia, o psiquiatra, neurologista e psicólogo, francês Pierre Marie Félix Janet (1859, 1947). Porém, ambos, Jung e Freud, não compartilhavam totalmente das ideias, uma vez que Jung não acatava com bom grado a ideia que Freud apresentava sobre a relação de traumas relacionados com o aspecto sexual. Porquanto, Freud não concordava com o lado espiritual e religioso de Jung quando o mesmo encontrava no campo espiritual, respostas que ao ver de Freud, só seriam possíveis se adquiridas pelo campo científico.

A teoria junguiana sobre os arquétipos inicia-se em 1912, quando relata a manifestação de imagens primordiais em pacientes e em sua auto-análise, cujas temáticas centrais repetiam-se nos mitos de diversas culturas. Foi influenciado pelas ideias do historiador neoplatônico Friedrich Creuzer (1771-1858), como ele mesmo coloca: “*O acaso me conduziu ao Simbolismo e Mitologia dos Povos Antigos, de Friedrich Creuzer, e esse livro me entusiasmou*”<sup>3</sup>. (RAFAELLI, 2001, p. 3).

Essas divergências não foram capazes de mantê-los unidos em continuidade profissional. Inevitavelmente, romperam laços ideológicos em 1930 e a proibição dos livros de Freud pelos nazistas e seu exílio em Londres, propiciou a ascensão de Jung como psiquiatra na Alemanha, principalmente no ano de 1933, como presidente da Sociedade Médica Internacional Geral para a Psicoterapia, mesmo sob a égide de acusação de simpatizante ao nazismo. No ano de 1934 lança um artigo que discutia acerca da situação da psicoterapia da época promovendo declarações antisemitistas, (ainda que seus discípulos tivessem origem semita, inclusive tendo no cargo de seu administrador na Sociedade, o alemão, Hermann Göring - 1893 - 1946). Porém, com o lançamento do livro *Psicologia e Religião*, publicado em 1940 adicionado pelo obscurantismo de suas obras, os nazistas e Gestapo respectivamente, ordenam a interdição e queima de toda sua obra por todo o território ocupado pelos nazistas e destruição das traduções francesas das obras de Jung.

Em 1939 Jung renuncia o cargo de presidente encerrando essa trajetória no campo nazista aos olhos do mundo. Em 1946, o então presidente dos Estados Unidos da América, Harry S. Truman (1884 – 1972), em uma cerimônia realizada em Zurique o convida para fazer parte da mesa, sentado-se ao seu lado. Fase que não o eximiu de conflitos internos e novas decisões, pois encontrava-se permeado pela busca de respostas e conceitos que o revelassem toda a leitura íntima de seus pensamentos. A fim de encontrar consolo aos seus desígnios, inspira-se na técnica alquimista – imaginação ativa, reinventando-a concretamente, como método capaz de promover uma leitura relacional entre os acontecimentos do inconsciente,

---

<sup>3</sup> Jung, 1975:145.

através da personificação. Buscava a partir dos sentimentos, conflitos e experiências interiores, a compreensão do inconsciente. Esta busca por sua vez, ativaria o que ele denominou de função transcendente.

A partir dessa reinvenção, Jung foi capaz de explicar suas angústias, pautado pela metodologia que a imaginação ativa lhe fosse capaz. A sistematizada metodologia afirmará que a consciência humana poderá ser expandida, uma vez que ocorra o confronto dos conteúdos que estão incutidos no inconsciente, ou seja, a partir da esfera efetiva ou imagem que essa proporcione, integrará o inconsciente com a consciência (ego). A partir desses dois elementos, um terceiro surgirá denominado por Jung de função transcendente desdobrado de duas tendências que são: a formulação criativa e a compreensão. Esta função transcendente será ativada pela imaginação ativa e junta, aplicada aos pacientes em análise psiquiátrica.

De acordo com Jung, a psique inconsciente é composta pelo inconsciente pessoal e o coletivo. O primeiro é permeado por imagens que o indivíduo armazenou em sua mente durante a sua vida, enquanto que o segundo representa sentimentos, imagens e símbolos herdados da humanidade ao longo de anos, compondo os arquétipos.

Para Jung o arquétipo é uma aptidão imaginária da psique, que reaviva imagens coletivas de significância biológica e histórica como "categorias herdadas".<sup>4</sup> (RAFAELLI, 2001, p. 3). Segundo a Psicologia Analítica de Jung, arquétipos “Não se trata, obviamente, de representações herdadas, e sim de uma disposição inata para formar representações paralelas, ou melhor, estruturas universais e idênticas da psique que mais tarde designei como inconsciente coletivo. (KAST, 2019, p. 32). Ou seja, não uma mera repetição dos acontecimentos de tempos históricos passados, mas uma maneira de representar as ideias e imagens que se são repassadas por gerações, contidas no inconsciente coletivo da humanidade.

A denominação *arquétipos*, atribuída aos padrões do inconsciente coletivo, foi escolhido por Jung a partir da expressão utilizada por Santo Agostinho, no qual arquétipos significam um “*typos* (impressão, marca-impressão), um agrupamento definido com caracteres arcaicos, que em forma e significado encerra motivos mitológicos, os quais surgem em forma pura nos contos de fadas, nos mitos, nas lendas e no folclore”. (JUNG, 1972, p. 60 apud HUBER, 2015, p. 7).

---

<sup>4</sup> Jung, 1981:127;VII, 220.

## 1.7 O arquétipo vira modelo

“[...] O arquétipo é uma figura, seja ela demônio, homem ou processo, que se repete ao longo da história quando a imaginação criativa atua sem limites”<sup>5</sup> (KAST, 2019, p. 39).

O arquétipo é uma espécie de disposição para reproduzir sempre as mesmas representações míticas ou outras semelhantes. [...] Os arquétipos, ao que parece, são não apenas impressões de experiências típicas repetidas, mas, ao mesmo tempo, também se comportam empiricamente como forças ou tendências à repetição das mesmas experiências. Aliás, sempre que um arquétipo aparece no sonho, na fantasia ou na vida, ele traz consigo uma “influência” especial ou uma força, em virtude da qual ele causa um efeito numinoso, fascinante ou que impele à ação.”<sup>6</sup> (KAST, 2019, p. 33-34).

O autor continua afirmando que as imagens arquetípicas têm de ser formadas e traduzidas na linguagem do presente. A verdade eterna necessita da linguagem do presente.

Considero que o homem interpreta e age no ambiente de acordo com os mitos e arquétipos que constituem o inconsciente pessoal e coletivo, posto serem estes o pano de fundo de todas as elaborações conscientes humanas. Pondera-se que os mitos e as imagens primordiais (arquétipos) tenham influência ativa sobre as pessoas mesmo que conscientemente desconheçam histórias mitológicas e simbolismos, pois mitos e arquétipos, segundo a teoria do inconsciente coletivo de Jung (2000), vivem no inconsciente coletivo e são compartilhados do tempo e do espaço. (HUBER, 2015, p. 1).

A geografia enquanto disciplina que tenta se enquadrar no campo da ciência, passará pelo crivo do positivismo enquanto forma de se fazer ciência e ser legitimada por ela. Por falta de objeto de estudo e clareza epistemológica, a disciplina atravessará algo que ecoa até os dias atuais em suas bases, que é a repetição de padrões e modelos na forma de seu objeto de estudo e de como este é estudado e verificado: a continuidade dos arquétipos. Mesmo inserida na ciência aos moldes de mundo engendrado enquanto momento histórico que a ciência moderna experimenta, a geografia traz consigo o arquétipo de retorno aos fundadores da geografia descritiva de Ptolomeu e Estrabão.

Trazendo assim, algumas defasagens nas pesquisas geográficas já que a ciência geográfica será influenciada a tratar questões humanas e naturais de forma separada

---

<sup>5</sup> Jung: GW 15, 127.

<sup>6</sup> Jung: GW 7, 109.

como se o homem não fizesse parte da natureza e as práticas sociais deste não interferissem na dinâmica natural. Pois analisando a concepção de geografia desenvolvida por este autor tem-se que a geografia deve analisar os fenômenos naturais e físicos e suas especializações em sua complexidade de forma a ver a relação existente entre eles, gerando um conhecimento unitário. Além disto, a ciência moderna vai considerar que o mundo é muito complexo e para o seu entendimento “perfeito deveria ser dividido e classificado para depois serem feitas relações entre os fenômenos estudados separadamente. (SANTOS, 2008, apud SOUZA e FARIAS, 2013, p. 84-85).

Moldes, modelos e modelações são características marcantes da ciência e da ciência moderna que passarão todas as outras disciplinas e também o mundo em seus mais diferentes aspectos, sobretudo na corrida para se encaixar nestes padrões. Com isso, a geografia será permeada pelo retrocesso epistemológico ou a impossibilidade de avanço em suas descobertas tão necessárias para os ajustes de suas bases epistêmicas. Esse entrave atravessa as Academias, os discursos acadêmicos e políticas educacionais, desembocando na maneira de ensinar geografia no Brasil, inclusive nos conteúdos presentes em livros didáticos dos alunos de escolas brasileiras.

Quando o modelo engendrado pelo positivismo nas ciências e disciplinas deixa de ser uma representação e passa a ser uma classificação, traz para o ramo da geografia, a estagnação da sua evolução enquanto disciplina que pudesse ser capaz de explicar o mundo em seus variados aspectos. A geografia utilizar-se do arquétipo como modelo para essa nova fase científica em que vivenciara. Ainda como ciência, a disciplina continua necessitando de um objeto de estudo que possa se apropriar e como ainda não o tem, inicia o seu processo de perda dentro de si mesma. Neste momento, a geografia aos moldes positivistas e arquetípicos, repetirá padrões e visões de mundo baseados nos primeiros séculos, quando Estrabão e Ptolomeu ditavam o tom do conhecimento.

No caso do arquétipo como representação (uma das palavras que o denomina) há a sobrecarga das ideias que concebemos do mundo, registradas nas memórias do inconsciente pessoal ou coletivo. Seguindo os dois arquétipos marcantes na história da disciplina, o inconsciente coletivo influenciará a forma de apreensão e visão de mundo que se delineará nos próximos séculos.

A ciência é construída, gradativamente, no ritmo da abolição da “ética dos deuses”. A compreensão do advento do positivismo é essencial para o entendimento do papel do mito na atualidade, que traz à cena a ciência e a verdade dela decorrente. Na constituição dessa ruptura, a razão se contrapõe a crença e, relativamente pauperiza a realidade humana referente à afetividade e à emoção. No que tange ao recuo das concepções míticas e à elaboração de uma nova ética, que se fundamenta em valores advindos da racionalidade. (HISSA, 2002, p. 52).

Em relação aos moldes do positivismo - classificação como ação ou efeito de classificar, reunir em classes e grupos distintos segundo um sistema ou método, a geografia clássica será levada ao moldes da pirâmide do modelo positivista e posteriormente, a sistematização interna que será imposto a ela.

A forma pelo qual Jung e seu conceito de arquétipo se entrecruzam com os caminhos da geografia, norteará as ponderações, ora percorridas neste subtópico. O trajeto do encontro de dois sujeitos apresentados para desvelo do objetivo deste, remonta aos primeiros séculos da geografia, transportando a leitura para os principais dois personagens que nortearão a fase científica e epistemológica da disciplina.

Estrabão ou Estrabo (63 a.C – 24 d.C), nascido segundo seus próprios escritos, em Amasia, na Turquia, com família pertencente à aristocracia regional, participa em variados segmentos da época de Roma, bem como o da política. Estuda gramática e retórica, viaja para a Itália, Alexandria, Japão, África Europa Ocidental e Ásia menor tendo como mestres os gregos da Ásia Menor e aristotélicos. Escreve e utiliza-se da narrativa muitas vezes em locais públicos sobre seu vasto material a respeito das experiências que vivenciara nos diversos povos que conheceu em suas viagens. Quando esteve no Egito, entrou em contato com a Biblioteca pela qual já havia passado o matemático, gramático, astrônomo e geógrafo, Eratóstenes de Cirene (Alexandria, 276 – 194 a.C.), que viveu na Grécia antiga.

Estrabão declara-se estoico, e é tido sob a corrente geocêntrica com foco na descrição da paisagem a partir da leitura da superfície terrestre, estudando poesia, história e filosofia, produzindo sua maior obra conhecida como “Geografia”, um compilado de 17 livros que descrevem todos os conhecimentos adquiridos de suas viagens pelo mundo, sendo retomado durante a Idade Média Cristã, junto de Cláudio Ptolomeu (100 d.C – 170 d.C.), na Idade Média Árabe (século VII – VIII), sendo revisto pelo francês Isidore Auguste Marie François Xavier Comte (1798 - 1857) chegando ao geógrafo Johann Georg Adam Forste (1754 – 1794), no século XVIII, na linhagem corológica.

Durante o século I, Estrabão, segundo Ruy Moreira (2014), compreenderá o mundo a partir da observação à paisagem com significado fundamentalmente epistemológico. A sua percepção de mundo é significada a partir da diferença no que diz respeito ao sentido e a superfície terrestre sendo o objeto de atenção para o que observa, sob o aspecto horizontal em suas infinitas possibilidades nas variadas e diferentes paisagens. A corografia é por ele, considerado o tema que a geografia se apropria em saberes seguindo suas particularidades distintas. Estrabão contribuirá de forma significativa para a ciência geográfica.

O matemático, geógrafo e astrônomo grego Cláudio Ptolomeu, atuante durante principalmente o século II, apresenta uma vida um pouco mais fecunda em termos de conhecimento e experiência que seu antecessor, Estrabão. Nascido no Egito, em um período cuja hegemonia pertencia à Roma, reconhece-se como aristotélico, estuda geografia, matemática e física e reúne ao longo de sua coleta de informações, dados que capitulará o sistema cosmológico elaborado por ele, baseado na teoria de seu professor Aristóteles (384 a.C – 322 a.C.), descrito em “A grande síntese” que permanecerá aceita até que o polonês, astrônomo e matemático, Nicolau Copérnico (1473 - 1543) inicie a sua Revolução entre os anos de 1537 a 1543. Em sua outra obra intitulada de “Geografia”, Ptolomeu esboça todo o conhecimento geográfico que adquirira através do mundo greco-romano. Considerado pelas Academias, importante nos estudos de astronomia antes dos seus sucessores, Copérnico e Galileo di Vincenzo Bonaulti de Galilei, o Galileu Galillei (1564 - 1642), é abalizado cosmógrafo relevante para sua época.

Utilizou-se do sistema de linhas de grade para traçar as latitudes e longitudes de aproximadamente quase oito mil locais diversos do mundo em mapas. Chegou a trabalhar no Museu de Alexandria no Egito por volta dos anos de 120 d.C e 160 d.C. onde reuniu e inventariou quase todas as suas obras produzidas de cunho cartográfico mundial, tornando-se um pesquisador no museu, inspirado por Aristóteles, materialista realista que tinha por hábito e quase uma obsessão, a devida identificação de todas as suas falas, em mapas (hábito comum entre os estudiosos da época, haja vista que o Rei Alexandre, ávido pela cultura, carregava mapas e plantas de todas as escalas quase que pelos seus passeios matinais pelas ruas locais). Assim como seu sucessor, influenciará toda a história epistemológica da geografia.

Todos os principais ramos da geografia foram estabelecidos pelos gregos. A geografia matemática, desenvolvida por Thales (580 a.C.), Anaximandro (611 a.C.) e Aristóteles (384 – 322 a.C.) atingiu o seu apogeu com Eratóstenes (Alexandria 276 – 194 a.C.). Provou-se da esfericidade da terra, as suas dimensões foram computadas, de acordo com medidas surpreendentemente certas. Calculou-se a latitude e longitude de vários lugares e iniciou-se o trabalho de organizar mapas mundi sobre diagramas. (TATHAM, 1959, p. 198).

Uma distorção em sua jornada acadêmica, fora registrado quando ao se utilizar de cálculos da circunferência da Terra do astrônomo, geógrafo e filósofo estóico grego, Posidônio de Apanéia (135 a.C – 51 a.C.), comete um erro, ao afirmar que a Terra possuía proporções muito menores com as verdadeiras. Relatos históricos afirmam que se ele tivesse servindo-se dos dados de Eratóstenes de Cirene (276 a.C – 194 a.C), o erro não havia sido cometido. Destarte, produziu oito volumes com assuntos científicos greco-romano,

demonstrou habilidade e conhecimento geográfico, sobretudo à localização, coordenadas, latitudes e longitudes, projetando a cartografia para um patamar elevado, ainda que recorrentemente, se servisse de dados compilados de outros pensadores, como fizera com o geógrafo e cartógrafo, fundador da geografia matemática, o grego, Marino de Tiro (70 – 130). Assim como ocorrera com Estrabão, será retomado pelos mercadores durante a Idade Média árabe, nos séculos VII e VIII, bem como no século XVIII por Auguste Comte e com associações em J. R. Forste, na linhagem corológica.

Segundo Ruy Moreira (2014), Ptolomeu no século II, com os propósitos associados na forma de perceber o mundo ao de Estrabão, difere do seu antecessor em aspectos que apontarão seus interesses cartográficos. Este, percebe o mundo determinado pelo telúrico e ao realizar leitura da superfície terrestre a fará em detrimento da reciprocidade de relação da Terra e do Cosmos, sob o prisma da verticalidade e sob variadas paisagens. Pela corografia terrestre como tema da geografia como ponto de partida e de chegada, sob a égide da cartografia e cosmografia sob a visão generalizada da abrangência que a geografia pudesse alcançar.

Ambos os formuladores da geografia fincaram as bases, conteúdos e formas de se pensar, fazer e promover os amplos meandros que o estudo e ensino desta ciência pudesse ser capaz de permear. Forneceram o formato que os seus sucessores, nossos antecessores, estudaram e aperfeiçoaram a base epistemológica da geografia, perdurando sob a forma arquetípica pela qual a concebemos em pleno século XXI – era da ciência contemporânea.

Brunhes, um dos precursores da geografia moderna, consagrou uma seção inteira de seu clássico livro “aos novos fatos geográficos” (1956, p. 220). Mas o que vem a ser o novo? Ptolomeu, em sua Geografia, aconselhava-nos, com razão, a meditar no que representa o presente e no que representa o passado, bem como decidir o que é crível e aquilo que não o é.<sup>7</sup> (SANTOS, 2012, p. 13).

O tempo histórico não se congela ou transmuta em paralisações para que o homem se dê conta dos acontecimentos e mudanças que arrolam o espaço que ele participa. Uma ideia é válida enquanto suas explicações suscitam e preenchem as perguntas elaboradas por quem as fizerem, sendo abalada ou transportada, ao falhar no objetivo pela qual predomina. As formas e modelos pelos quais a humanidade vivencia os fatos, são arrogados ao presente e futuro, transmitidos e repassados vezes com prejuízos, vezes irretocáveis. Ainda que imperceptíveis,

---

<sup>7</sup> “É da natureza do sistema de produção capitalista que se produza sem levar em conta os limites do mercado” (Marx, 1965, p. 522). “O mercado expande-se mais lentamente que a produção [...] Ao fim do ciclo [...] o mercado se torna mais estreito que a produção.” (Marx, 1965, p. 524).



essas ideias pairam em busca de um repouso que traga solidez ou inquietação a depender do objeto de estudo e paradigmas impetrados.

Todavia, a máquina do tempo que nunca pára, visitou ou revisitou o momento pós Estrabão e Ptolomeu, ávida por novidades e retomadas de conceitos e padrões instituídos, transitórios, principalmente no campo científico.

De acordo com Moreira, 2014, “o século XVII vai fundir essas duas formas de olhar numa só. E caberá a Varenius realizar essa tarefa. O tempo é outro, e Varenius deverá fazer uma adaptação recíproca para reuni-las.”. (p. 58).

Simultaneamente, tentativas foram feitas para reescrever as antigas geografias. Os primeiros trabalhos representaram na maioria compilações de dados velhos e novos, mas gradativamente surgiu um novo estilo que se tornou expressivo no princípio do século dezessete, em duas obras formativas da época medieval e o princípio do período moderno. [...] De maior influência, entretanto, no desenvolvimento do pensamento geográfico foi a obra de Varenius. A sua *Geographia Generalis*, publicada em 1650, foi a primeira a incluir a nova teoria do universo. Tão impressionado ficou Varenius com os trabalhos de matemática de Copernicus, Kleper e Galileu, que definiu a geografia como um ramo das matemáticas mistas, e censurava os que a limitavam a uma descrição dos vários países. (TATHAM, 1950, p. 201).

Uma breve retomada dos fatos, torna-se importante diante de todo esse contexto. Segundo Moreira, 2014, à cosmografia geocêntrica de Ptolomeu e a astronomia heliocêntrica de Copérnico, esta última já engendradora nas novidades que o geógrafo alemão Bernhardus Varenius (1622 – 1650), capitulou, receberam ambas, a separação da astronomia da geografia e a incursão da nova cosmologia não aristotélica, presentes neste momento. A corografia horizontal de Estrabão e a verticalidade de Ptolomeu sofreram o engendramento das novas variadas formas de leitura do cósmico do mundo a partir de descobertas de oceanos e continentes, refletindo nas possibilidades diversas nas revisitações de diferentes paisagens da superfície terrestre.

Seguindo os avanços obtidos pelos dois pilares da geografia, o cosmos agora regido pela Lei Universal da gravidade do matemático inglês Isaac Newton (1643 - 1727), atualizará os sistemas de projeção da matemática moderna do olhar geográfico de Ptolomeu, (visão de mundo passado, que caberá bem nesta nova janela para novos tempos), bem como sua cosmografia e também da astronomia copernicana, reiterando o sentido corográfico do cerne ptolomaico, todos arraigados pelo conceito cartesiano desta época. Varenius representará a transição da geografia antiga e a geografia moderna, fornecendo ao formato da geografia, seus dois volumes, o primeiro advindo da *Geographia Generalis* e o segundo que deveria advir da “Geografia especial”. Seguindo Varenius em suas contribuições para a ciência geográfica, as

ideias de seus sucessores, geógrafo alemão Carl Ritter (1779 – 1859) e o também geógrafo alemão Alexander Von Humboldt (1769 – 1859), conceberão a ciência regimentada sob o segundo fundamento arquetípico. “[...] é sob esse formato que a Geografia estraboniano-ptolomaico chega ao nosso tempo, influenciando, se não inaugurando, a forma de representação de mundo da modernidade.” (MOREIRA, 2014, p. 59).

Contribuições de pensadores da geografia, formarão o modelo de se pensar e entender a ciência geográfica. De um lado, o geógrafo francês Emmanuel de Martonne (1873 – 1955), em 1953, apresenta sob molde arquetípico ptolomaico a obra: o “Tratado de Geografia Física”. Por outro lado, o geógrafo francês Paul Vidal de La Blache (1845 – 1918), em 1954, sob o modelo de arquetipo pelo formato estraboniano, a obra: “Princípios da Geografia Humana”. Da junção desses materiais, os manuais utilizados nas escolas e universidades, primeiramente na França, no século XIX, virão em formato estrutura conhecido hoje como arquetipo N-H-E. Esses manuais foram amplamente divulgados na França pós derrotas ocorridas no século XIX, inspirados na educação oferecida pelo governo alemão a seus alunos e a pertinência da geografia como disciplina de ensino.

Na segunda metade do século XIX na Europa Ocidental há forte influência do positivismo na ciência como um todo e na geografia em particular, levando a fragmentação e especialização dos conhecimentos em função das necessidades do desenvolvimento da civilização industrial-urbana. Na virada do século XIX para o XX, no contexto das relações à perspectiva de fragmentação da geografia por força da concepção positivista de ciência, resultante dos desdobramentos da biologia darwinista e do neokantianismo, desembocam na criação da geografia humana – J. Brunhes, F. Ratzel -, da geografia física – E. De Martonne -, da geografia regional – Alfred Hettner, Paul Vidal de La Blache – e da geografia da civilização – F. Ratzel, P. V. de La Blache (Moreira, 2008b); erigindo novo formato da pesquisa e do ensino de geografia que se reproduzirá até os dias de hoje. (COUTO, 2015, p. 116-117).

Seguindo a história do pensamento geográfico, o autor Ruy Moreira entra em contato com a literatura da psicologia analítica, detecta o conceito de arquetipo que servirá a contento às suas asserções do muito que capitulava. É bem verdade que, o N-H-E recebe aproximadamente treze adjetivos complementares presentes na obra do autor: O discurso do avesso - não que fosse necessários variados adjetivos para o entendimento do teor do que Moreira se propunha. Mais que uma mudança dos termos que seguem o N-H-E é a profundidade da escolha dos termos que desembocam todos a um quase único sentido do arquetipo.

Analisando as variadas possibilidades de termos que o autor utiliza como apêndice do N-H-E, surgiram as seguintes palavras em ordem de quantidade de vezes em aparição, respectivamente o número de vezes: acamamento e/ou camada (ora um ou outro) (11),

modelo e estrutura (10), arquétipo (5), esquema (4), forma e/ou formatação (ora um ou outro), clássico (3), padrão, situação-posição-estrutura (2), agregado, linha, circuito, sequência (1). Eleitos os quatro que mais surgem, acamamento (11), estrutura (10), arquétipo (5) e esquema (4). É notório que partindo do princípio etimológico e sintaxe das palavras eleitas, sugerirem o termo moldes e formas em prevalência. Sobretudo, das quase 40 vezes que os termos aparecem nos escritos do autor Moreira, 2014, em todas é possível relacioná-las com os termos moldes e formas: padrão. Tal fato, sugere que o N-H-E em todas as perspectivas, desde o uso de acompanhantes para sua explicação, até o esforço que leve a reflexão e compreensão do ensino, respeita o que de fato ele representa: um padrão engendrado aos moldes positivistas, sistematizado que coubesse às formas de visão de mundo da ciência. Porquanto, as transformações que a Geografia tem passado desde a sua fase mais clássica, legitimam com satisfação a escolha do autor Ruy Moreira pela etimologia de arquétipo da Psicologia analítica de Carl Gustav Jung (1875-1961).

## 2 A CIÊNCIA MODERNA E A VISÃO DE MUNDO

Um extenso caminho deverá ser percorrido até o advento do que a sociedade ocidental nomina como ciência moderna. Com o propósito de aprestar clareza aos objetivos a que se propõe o texto, expor-se-à momentos históricos e cronologias a fim de que haja uma orientação dos acontecimentos e desenredo das visões de mundo, instauradas em distintos momentos pelos quais a humanidade vivenciara até o nascimento da ciência moderna.

Reconhecer que a Europa não é a sede do conhecimento, já que ele é produzido em toda parte, é um passo essencial à crítica da ciência moderna. Ainda que a reflexão filosófica apresente antecedentes mais antigos e não possa ser atribuída especificamente a nenhuma sociedade, a ciência, enquanto instrumento técnico de apreensão da realidade, foi historicamente caracterizada como um processo de construção europeia, que se desenrolou à luz dos valores renascentistas e iluministas, tais como a centralidade da razão humana e seu potencial explicativo, o empirismo, a liberdade, o engajamento político-social e a expansão dos direitos civis. Com isso, associaram-se ao conhecimento científico as noções de progresso e desenvolvimento, tornando-o um atributo em ascensão à medida do desenrolar da modernidade. (LEMOS, 2018, p. 168).

A história da humanidade pode ser, do ponto de vista da ciência, ou melhor, da história da ciência, representada por momentos com diferentes características e determinações. Não há fôlego para a narrativa de todos os períodos históricos até o advento da ciência moderna, tampouco tempo para múltiplas explicações e perscrutações dos acontecimentos no campo das descobertas e normatizações dos saberes que a humanidade vivenciara. A partir do que se propõe discutir – que é a ciência moderna e a visão de mundo –, o recorte eleito se deu a partir da Idade Média já pelas ebulições em relação às observações que foram se delineando diante e a partir das sociedades em tempos diversos.

Deve-se procurar compreender com maior argúcia cada época da história em suas múltiplas apresentações, a fim de um possível entendimento das necessidades surgidas em cada uma delas. Projetar as impressões que são de nosso tempo sobre tempos passados pode ser equívoco de quem deseja compreender a história. “[...] Contudo, não o somos, em 1985, do mesmo modo que o éramos há quinze ou vinte anos.” Santos (2010, p. 17). Cada época traz consigo, inovações, superações e em certa medida, a valorização dos saberes instituídos até então. A cada etapa do conhecimento, o apreendido permanecerá no porvir, numa espécie de continuidade inculcada nos que nele experimenta. O avanço não significa atraso do tempo anterior ou anulação dos saberes adquiridos. O avanço reflete novas ideias e conhecimentos

modificados das mentes humanas que vivenciaram as experiências de seu tempo, sobretudo às que buscam respostas às novas demandas da sociedade em que atuam.

A Idade Média ou Idade das Trevas, idade intermediária entre a antiguidade e moderna, tem duração de aproximadamente mil anos, com início em 476 a.C, quando os povos germânicos - “bárbaros” colocaram fim ao Império Romano Ocidental.

A Idade Medieval, olhando a partir dos dias atuais, é sempre dividida em dois períodos: Alta Idade Média (do século V ao século X) e Baixa Idade Média (do século X ao século XV). Do ponto de vista historiográfico, considerando os fatos históricos demarcadores, o período medieval está compreendido entre a deposição do último imperador romano do Ocidente, Rômulo Augusto<sup>8</sup>, em 4 de setembro de 476 (século V depois de Cristo – d.C.), e a tomada da cidade de Constantinopla pelos turcos sob o comando do sultão Maomé II, em 29 de maio de 1453. Esse é o fato histórico que marca não só o fim da Idade Média como também o fim do outrora poderoso Império Romano do Oriente, com a morte de Constantino XI Paleólogo. Além do mais, esse acontecimento foi decisivo para a conquista e o domínio dos turcos otomanos das rotas comerciais do Mar Mediterrâneo oriental e dos Balcãs. (XAVIER; CHAGAS; REIS, 2017, p. 311).

A religiosidade e o misticismo, eram senso comum para as leituras e ou visão de mundo presentes em diversas questões da sociedade, uma vez que “o senso comum representa o mundo, como um mundo familiar”. (GEERTZ, 1975, p. 25 apud MUNHOZ, 2017). Os que não seguiam essa perspectiva de visão de mundo, eram considerados místicos e heréticos. Compreende-se que a heresia apresenta um forte cunho de denúncias aos interesses políticos, ideológicos e sociais, porém, ao que o trabalho se propõe, não haverá o debruçar-se nestes aspectos, pelo menos nesse momento.

Os mitos manifestavam a forma de representação de conhecimento até o advento do nascimento da ciência, apresentando-se de formas distintas para cada sociedade (egípcia, indiana, babilônica, grega, entre outras), uma vez que exprimiam divindades e ofereciam elucidações aos acontecimentos manifestados. Neste trabalho, não será esquadrihado a importância e validade dos mitos para cada sociedade (Oriental e Ocidental), tampouco o aprofundar sobre o conceito de mito em diversas correntes filosóficas, sociológicas e antropológicas, pois poderia ocorrer o tangenciamento de assuntos, abstraindo o tema principal a ser discutido.

“Mitos são histórias que procuram viabilizar ou reafirmar sistemas de valores, que não só dão sentido à nossa existência como também servem de instrumentos de estudo de uma determinada cultura”. (GLEISER. 2006, p. 20 apud TINTI. 2016). (CHRÉTIEN. 1994, p. 13

---

<sup>8</sup> Romulus Augustus, em latim; ou depreciativamente, como também ficou conhecido: Rômulo Augústulo, “o pequeno”.

apud FRANCELIN, 2004) afirma que “[...] o mito geralmente põe em cena deuses e heróis, demiurgos das origens, que lançam as bases da nova ordem. Ele retrata sua epopéia lendária que fixa, no imaginário coletivo, os signos e modelos que postulam os procedimentos comuns de significado e comunicação”.

O mito permeou a história do homem desde tempos remotos. Um exemplo é “O mito de Epimeteu: a criação do homem”, que remonta ao diálogo entre o filósofo ateniense Sócrates (470 a. C – 399 a.C.) e o sofista Protágoras (492 a.C. - 411 a.C.) sobre as disparidades que existem entre a filosofia e a sofística. Há tantas outras histórias oriundas de mitos antes mesmo do período do mito de Epimeteu. Neste tempo histórico, o mundo era explicado por essas histórias – mitos - que buscavam esclarecer através de narrativas, os fenômenos da natureza que o homem compreendia a partir dos conhecimentos de sua época, sobretudo sobre a origem dos acontecimentos e experiências vivenciadas pelos povos. Em meados do século VII a.C. a investigação por respostas mais concretas iam se delineando na imaginação e inquietação dos homens, preparando o terreno para os primeiros filósofos gregos - os pré socráticos - expandirem suas teorias e, pela razão através da comprovação e comparação formular teorias sobre as questões humanas, bem como sua existência. Os mitos iam sendo deixados para o campo que nesta visão de mundo, tornava-se “passado”.

Cada humanidade, desde as mais remotas criam e vivenciam os seus mitos, e as histórias criadas por estes são repassadas para as futuras gerações como verdades absolutas e passíveis de crença e credibilidade. Os mitos vertem-se em contingência para a cultura, tradição, educação e pertencimento do ambiente vivenciado.

Jung afirma que o ser humano, desde a sua época primitiva, tem a necessidade de assimilar a experiência externa sensorial a acontecimentos psíquicos, tornando-se portanto, mitificada. Assim, os mitos seriam revelações originárias da própria psique que, através de projeções, podem ser assimiladas pela consciência humana. O mito ilustra como a psique vivencia a realidade física, sendo uma forma da representação do arquétipo. Dessa maneira, Jung afirma que “[...] qualquer arquétipo torna-se consciente a partir do momento em que é representado, e por esta razão difere de maneira que não é possível determinar, daquilo que deu origem a representação” (JUNG, 1947/2000, p.150 apud SILVEIRA, 2017).

O mito expressava a representação visual e perceptível que o homem se utilizou durante muitos séculos, para explicar os fenômenos da natureza bem como a origem dos acontecimentos humanos. O mito atendia às respostas daquele momento histórico, visão de mundo de um dado momento da história da humanidade.

Para o mundo contemporâneo, que assume todas as contradições da modernidade, os “mitos primitivos” não são mais do que fantasias transformadas em lendas. O que é o mito, no entanto, para os povos primitivos? O mito é um meio através do qual os povos primitivos buscam explicar a realidade. A primitividade dispensa o conhecimento, tal como concebido na modernidade pelos parâmetros. Entretanto, mais do que um meio de interpretação, os povos primitivos têm, no mito, um instrumento de viabilização de sua existência e sua situação no mundo. (HISSA, 2002, p. 49).

Até que venha a crise deste paradigma, o mito servirá de explicação e janela para o entendimento cultural da época. “A sociedade está intimamente ligada e, muitas vezes, estruturada sobre ou ao redor de valores míticos, de crenças e de dogmas que podem ser, em determinadas sociedades/comunidades, sinônimos de verdade.” (FRANCELIN, 2004, p. 29). O novo se apresenta trazendo com ele, a necessidade de comprovações observadas, testadas, medidas e quantificadas.

Uma vez iniciado o período pré-socrático, (VII a.C – V a.C.), as postulações cosmogônicas presentes durante a mitologia grega serão substituídas pela cosmologia dos pré-socráticos, vertente da astronomia. O estudo do Universo pautado pela razão se utilizará da ciência e razão possíveis naquele momento da história, sobretudo pelos cálculos avançados que a Física proporcionava. O filósofo, matemático, grego, Tales de Mileto (625 a.C. – 546 a.C.), é considerado um dos primeiros cosmólogos a se utilizar da observação para através da água, explicar o surgimento de tudo no Universo, dentre tantos outros que virão, inclusive, com novas postulações.

No entanto, o senso comum é simples: são “verdades simples, auto evidentes [...] que não precisam de sofisticação para entender e nenhuma prova para aceitar”. (ROSENFELD, 2014:1 apud MUNHOZ, 2017). “[...] vasto conjunto de concepções geralmente aceitas como verdadeiras em determinado meio social recebe o nome de senso comum”. (COTRIM, 2002, p. 46 apud FRANCELIN 2004). “Além do senso comum estar associado a um sistema mais ou menos fraco de crenças óbvias, ele também é associado a um repositório de tais crenças ou conhecimentos.” (MUNHOZ, 2017, p. 14).

Mito e senso comum ainda hoje (Idade contemporânea), estão presentes na vida diária dos povos também como um saber, mesmo que não o considerado científico ou erudito. Saberes que se complementam e constroem o saber hoje conhecido pelos povos.

A finalidade da ciência é justamente contestar o mundo dos objetos do senso comum, rompendo com as evidências do mundo real, construindo um novo código de leitura através de um corpo de novos objetos e das novas relações entre eles, e de novos sistemas de conceitos e as novas relações entre esses conceitos. Para tanto, a ciência supõe construção, não comportando a imediatividade nem a espontaneidade próprias do senso comum que não se enquadraria no conceito de conhecimento

científico justamente por ser um conhecimento imediato, carente de construção, não passando de um punhado de opiniões que caracterizariam uma forma de conhecimento falso que pensa o que existe tal como existe, sendo necessariamente conservador, fixista, ausente da crítica. (BACHELARD, 1996, p. 36 apud MACIEL, 2013).

Senso comum, “[...] inestimável o valor daquilo que o povo levanta de suas experiências cotidianas, pois este é o seu saber. Mais ainda: não se pode negar que é do conhecimento vulgar que parte a atividade científica”. (MORAIS, 1988, p. 23 apud FRANCELIN, 2004).

A caracterização do *sensu comum* não passa, necessariamente, por critérios de verdade ou falsidade, mas sim pela "falta de fundamentação sistemática", ou seja, recebem e emitem opiniões sem saber por que e o que significam. São processos acríticos nos quais um indivíduo concebe um conjunto de informações como conhecimentos, sem saber realmente o que significam, e os utiliza na prática cotidiana como se fossem verdadeiros e definitivos, sendo estes últimos apenas "conhecimentos provisórios e parciais". (COTRIM, 2002, p. 47 apud FRANCELIN, 2014).

Para que o primitivo pensamento e forma de viver e vivenciar o mundo fique para trás, o novo carecerá de novidades e expectativas que possam ser alcançadas a fim de que a humanidade assegure-se de sua existência e razão para tal, em um mundo repleto de novidades. Hodiernos surgem com e a partir de crises que nem sempre exprimem rupturas totais e absolutas.

Nada mais inexato, porém, do que essa concepção da Idade Média e, portanto, nada mais impróprio do que a palavra com a qual essa época é designada. Muito longe de ter sido um simples período de transição, sem originalidade, entre duas civilizações originais e brilhantes, é, ao contrário, o momento em que se elaboraram os germes fecundos de uma civilização inteiramente nova. E isso nos é mostrado notadamente pela história do ensino e da pedagogia. A Escola, tal como a encontramos no início da Idade Média, constitui com efeito uma grande e importante novidade; distingue-se por traços cortados de tudo quanto os antigos chamavam com o mesmo nome. É claro, já o dissemos, que ela retira da civilização pagã a matéria do ensino; mas essa matéria foi elaborada de uma maneira totalmente nova, e dessa elaboração nasceu algo inteiramente novo. É o que acabo de mostrar. Mas pode ser dito que nesse momento é que apareceu a Escola, no sentido próprio do termo. Pois uma escola não é apenas um local onde o professor ensina; é um ser moral, um meio moral, impregnado de certas ideias [sic], de certos sentimentos, um meio que envolve tanto o professor quanto os alunos. Ora, a Antiguidade [sic] não conheceu nada semelhante. Teve professores, mas não teve Escolas de verdade. Na pedagogia, pois, a Idade Média foi inovadora. (DURKHEIM, 1995, p. 37 apud XAVIER; CHAGAS; REIS, 2017).

Haverá a crise e ruptura dos moldes desses povos apregoados primitivos que se utilizam das histórias mitológicas como forma de perceber, entender e explicar o mundo em



suas práticas sociais. Contudo, neste contexto histórico, o próprio homem é validado como um ser primitivo, num sentido primeiro ou primeira forma de ser e existir, à espera do avanço mental e cognitivo a fim de que atinja o estágio de civilização, como um homem agora que abandona o período da ignorância e cegueira para avançar ao seu destino à experimentação e verificação da realidade a que se insere.

Santos (2004) afirma que “colocar a crise em evidência com espírito crítico, isto é, não apenas examinando as suas aparências, mas o seu fundamento”. Ademais, segundo Hissa (2002, p. 63) “a crise implica a instalação de um ambiente de dúvidas e indefinições, sugere transformação, pode significar mudança, estimular crescimento, além de criar alguma condição para rupturas”. Ainda segundo Hissa (2022):

[...] a crise não é obstáculo para ampliação e a reprodução da modernidade. [...] A crise não implica necessariamente em “decadência” e, muito menos deve ser entendida como sinônimo dela. [...] Assim, a crise da razão - crise da própria ciência permite e abre espaço para a discussão de novos formatos de saber, de novos métodos e de posturas alternativas. Discute-se a emergência de novas sensibilidades, também no âmbito da ciência. (HISSA, 2002, p. 64).

Uma pergunta ou até mesmo um pensamento pode desencadear uma crise epistemológica. Ainda que a resposta não seja obtida de imediato, é principiado um pensamento e raciocínio mais prolongado, uma vez que sua memória afetiva ou cognitiva será ativada a fim de que se encontre uma resposta à pergunta proferida. Se a resposta se concretiza, será expressa com a possibilidade de uma negativa ou concordância. Perguntas são necessárias, assim, como as ideias para que o novo surja.

Tal como noutros períodos de transição, difíceis de entender e percorrer, é necessário voltar às coisas simples, à capacidade de formular perguntas simples, perguntas que, como Einstein costumava dizer, só uma criança pode fazer mas que, depois que são feitas, são capazes de trazer uma luz nova a nossa perplexidade. Exemplo de criança para ele de 235 anos, foi Jean Jacques Rousseau. No seu célebre *Discours Sur Les Sciences Et les Arts* (1750) formulou várias questões enquanto responde à que, também razoavelmente infantil, lhe for a posta pela Academia De Dijon<sup>9</sup>: o progresso das ciências e das artes contribuirá para purificar ou para romper os nossos costumes? Rousseau fez as seguintes perguntas não menos elementares: Há alguma relação entre a ciência e a virtude? Há alguma razão de peso para substituímos o conhecimento vulgar que temos da natureza e da vida e que partilhamos com os homens e mulheres da nossa sociedade pelo conhecimento científico produzido por poucos e inacessível à maioria? Contribuirá a ciência para diminuir o fosso crescente na nossa sociedade entre o que se é e o que se aparenta ser o saber dizer e o saber fazer, entre a teoria e a prática? Com tais perguntas, ganhou o primeiro prêmio, ganhou algumas inimizades e as respondeu simples: não!. (SANTOS, 2010, p. 15-16).

---

<sup>9</sup> Jean-Jacques Rousseau, *Discours sur les Sciences et les Arts*, in *Oeuvres Complètes*, vol. 2, Paris, Seuil, 1971, p. 52 e ss.

Inquietações como essas, estiveram presentes no fim da Idade Média e já apontavam indícios de um período que estaria por vir: o da ciência fortemente expressa durante o Renascimento no mundo, mas principalmente na Europa na transição e a partir dos séculos XII ao XV. O mundo fervilhava de novidade na arte, pintura, arquitetura e até mesmo política. Pós feudalismo, o capitalismo necessitava se legitimar como sistema econômico, bem como avançar em todas as esferas que possível fosse buscando aliados para a sua sanha do capital.

A Idade Moderna pode além de outras denominações, ser considerada o período de transição da Idade Média para a Idade contemporânea, uma vez que períodos históricos não são irrompidos para que o início da próxima advenha. Esse período denominado moderno arrogou o cientificismo, método e rigores que permitiram a recapitulação da forma de entendimento do mundo naquele momento.

Na ciência ocidental, o método utilizado para legitimar a anuída ciência, será o modelo a partir do conceito empírico e de observações dos objetos de estudos eleitos. Os fenômenos serão distribuídos pela linguagem matemática, por repetições regulares e constantes, sendo assim, preditivos e previsíveis. Os números/cálculos nortearão a forma de pensar ciência inclusive, as teorias de Galileu não escaparão da interpretação dos números.

Além do mais, a ciência assume a prerrogativa de interpretação dos fenômenos de modo fidedigno, inferiorizando os demais saberes. Porém, ao promover a deslegitimação de outras fontes de conhecimento, a ciência recai na perigosa tendência de, ao invés de praticar o que entende por destruição criativa, fomenta a completa destruição destrutiva de todas as falas que não são consonantes ao seu discurso. (LEMOS, 2018, p. 100).

Freire-Maia, 1998, p. 24 apud FRANCELIN, 2004:

Como alternativa, Freire-Maia (1998) propõe colocar “de lado” as fundamentações epistemológicas e, a partir do uso de princípios elementares, proceder a uma “tosca” definição de ciência que contemplaria um “[...] conjunto de descrições, interpretações, teorias, leis, modelos etc., visando ao conhecimento de uma parcela da realidade [...]”, através de uma “metodologia especial”, no caso, a metodologia científica.

No entanto, a nova sociedade, dita aqui moderna, edifica-se a partir de uma nova concepção de mundo, referenciada pelo Renascimento e Iluminismo. O Renascimento apresenta-se fortemente em alguns aspectos da sociedade e em outros, sob o cunho da transição. No âmbito religioso, a igreja católica começa a ser retratada aos moldes artísticos em representação aos seus deuses ou Deus, acompanhando a visão de mundo que se instaura, buscando sua sustentação diante da modernidade.

A ciência moderna foi alçada à condição de “instância moral suprema”, convertida à uma espécie de “nova religião”, capaz de solucionar os problemas da humanidade, lidando com eles de modo pragmático. (SANTOS, 2002, p. 51 apud LEMOS, 2018).

Na arte, parte da confecção de quadros deste período estava sob o cunho humanista ou antropocentrista – uma das características do Renascimento – deuses expressos ganhavam aspectos humanizados em seus corpos, emoções, atitudes e histórias, onde todos podiam ser dispostos em mesma escala de hierarquia celeste diferente das pinturas no período medieval, onde o mestre Jesus situava-se no lugar mais alto, seguido em escala decrescente posicional de anjos da igreja católica.

O artista arquiteto romano Marco Vitrúvio Polião nascido em 80 a.C. em Roma, durante o século I, apresentou seu conceito na obra “De Architectura Libri Decem” (Dez Livros sobre a Arquitetura) onde tentava arregar as proporções do corpo humano dentro de figuras geométricas: quadrado e círculo, sem nunca ter ilustrado o desenho ou esboço. Porém, por volta de 1490, século XV, Leonardo di Ser Piero da Vinci que viveu entre os anos de 1452 a 1519, após leitura das descrições gráficas de Vitrúvio, alcança a simetria aos padrões matemáticos e segundo o ideal clássico de beleza, expressa o desenho em seu diário, conhecido pela história da Arte Renascentista como o “Homem vitruviano” ou “Homem de Vitrúvio”, monumento presente na Praça de Belgrave em Londres. Na Filosofia humanista e no antropocentrismo, o pensamento racional extingue os padrões do teocentrismo de parte da Idade Média. Deus desloca-se do centro do universo para dar lugar ao homem racional, bem proporcionado e mensurado.

Entretanto, certas concepções renascentistas – como o antropocentrismo e a ideia do domínio do homem sobre a natureza – contribuíram para a separação entre ciência e a espiritualidade. Com o antropocentrismo, que concebia o homem como centro, a medida, do universo, a vida sagrada se foi tornando cada vez mais profana. Afastando-se o divino, eliminando-se o princípio ordenador superior, tudo se reduzia à proporção puramente humana: a finalidade da vida se convertia, essencialmente, na busca e conquista de bem estar material. Essas novas concepções sobre o homem e sobre o mundo fizeram crescer a confiança na possibilidade do conhecimento e do domínio da natureza. Mas, querendo conquistar a terra, o homem se afastou cada vez mais do céu. (CAVALCANTI, RAÍSSA op. Cit., p. 27 apud SOUZA 2018).

No campo da ciência, o racionalismo ganha força, uma vez que os fenômenos naturais e crenças serão observados e apreendidos pelo prisma do ceticismo e da razão. Um exemplo dessa transição é a substituição da teoria geocentrista do cientista que viveu nos séculos I e II d.C., início da era cristã, o grego Cláudio Ptolomeu (90. d.C – 168 d.C) para o heliocentrismo do polonês astrônomo e matemático, Nicolau Copérnico (1473 – 1543), após quatorze

séculos. Como dito anteriormente, as idéias e formulações teóricas não precisam necessariamente sofrerem rupturas para que idéias novas venham surgir. Os períodos históricos e os campos da ciência, são pautados pelas transições e continuidades mesmo quando de forma contributiva. A teoria heliocêntrica de Copérnico já estava presente desde a civilização grega clássica, não tão de forma embrionária quanto possa parecer. Durante o ano III a.C., o astrônomo e matemático grego Aristarco de Samos (310 a.C. – 230 a.C.), já desenvolvia o que viria a ser a teoria heliocêntrica de mil anos depois, propondo que a Terra é que girava em torno do Sol.

Avanços foram obtidos com Copérnico, o que lhe rendeu o título de pai da astronomia moderna em companhia com outros cientistas, uma vez que ele expende corretamente a origem dos equinócios, o tamanho do universo (sendo maior do que propunha Aristóteles), queda dos graves ou dos corpos, ordenação dos planetas a partir de cálculos mensurados pela distância dos planetas em relação ao sol, arguição de proporcionalidade do tamanho da órbita e sua velocidade, afirmando que quanto menor a órbita, maior sua velocidade, assentido pelo método da observação e de cálculos matemáticos, ou seja, hipoteticamente, sem a utilização de sofisticados instrumentos e experimentos que pudessem comprovar cientificamente suas ideias. Outros cientistas serão legitimados como tais, por apresentarem seus métodos comprobatórios a partir de observações e cálculos matemáticos, bem como a inserção da metodologia como caminho que levaria mais adiante aos padrões da ciência moderna.

O inglês, filósofo e cientista, Francis Bacon (1561-1626) enceta o método racional científico antecipando a sociologia do conhecimento apreendida na ciência moderna. Imputava aos ídolos, os equívocos empreendidos pela ignorância humana durante os períodos que o antecederam, nomeando a ciência de origem aristotélica a um passatempo mental, repletos de ídolos e preconceitos.

Galileo di Vincenzo Bonauti de Galilei (1564-1642) durante o século XVII reforça e comprova com base em observações, sua teoria heliocêntrica, legitimada pelo uso da luneta holandesa – revolucionando as teorias até então instauradas, provocando impacto nas crenças até então aceitas e vigentes. Suas ideias permanecem cristalizadas a partir de sua negativa, até que a Idade contemporânea ou Ciência Moderna datada em 1922 viesse a chegar. Suas teorias serão aperfeiçoadas pelos cientistas que o sucederão: o alemão Johannes Kepler (1571-1630) e o inglês Isaac Newton (1643-1727).

Apenas em 1980, segundo Oliveira e Saraiva (2013), o Papa João Paulo II ordenou que fosse realizada uma reavaliação do processo contra Galileu, o que culminou com a eliminação dos resquícios apresentados pela Igreja Católica à revolução

Copernicana. Contudo, Galileo seria redimido somente em outubro de 1992. (OLIVEIRA E SARAIVA, 2013, p. 15 apud SIMON, 2016).

Galileu institui no método científico pelo Renascimento da ciência, aprimora o telescópio e o seu uso para fins científicos, e pela observação dos astros chega à descoberta da Via Láctea, como uma miríade de estrelas. Inaugura uma nova cosmologia daquela inicial, bem como a visão de um universo infinito, a partir das incursões pela Astronomia e Física. Fora Galileu que observou os satélites de Júpiter e conseqüentemente defendeu a teoria heliocêntrica proposta por Copérnico, indo contra os autores medievais Aristóteles e Ptolomeu, que acreditavam na teoria geocêntrica (a Terra estaria no centro do universo e os astros estariam ao seu redor girando ininterruptamente).

A Igreja temerosa do protestantismo que avançava pelo mundo, refutou por várias vezes Galileu que defendia as ideias de Copérnico – onde os planetas se moviam ao redor do Sol, apresentadas na obra de Galileu: Diálogos sobre os dois máximos sistemas do mundo, publicado em 1632. Esta obra o levou à prisão por confinamento e à Inquisição e Giordano Bruno (1548-1600) condenado à morte por heresia, por salvaguardar as mesmas ideias de Galileu. A Igreja Católica apoiava a teoria geocêntrica, por entender que o homem como imagem e semelhança de Deus, estaria presente no centro do Universo.

Entretanto, evidências recentes mostram que Galileu, na realidade, havia tropeçado em uma teoria científica muito mais perigosa, uma teoria que, se provada, teria ameaçado a doutrina em um tempo em que os homens que comandavam a Igreja estavam se sentindo particularmente vulneráveis. Galileu havia escrito com detalhamento sobre essa teoria em um livro chamado *Il saggiaiore* (O experimentador), publicado em outubro de 1623. O novo conceito que se continha possuía tal potencial de dano que, quando a magnitude do perigo foi percebida pelo papa Urbano e por seus cardeais, eles rapidamente concluíram que nenhuma alusão à ideia poderia ser permitida fora do Vaticano. (WHITE, 2009, p. 14).

A célebre frase: “Eppure se muove!”, representa a revolução científica latente na ciência moderna, pois dentre outras características, introduz o método como forma de comprovação de suas teorias, o que leva Galileu ser considerado o pai da ciência moderna.

Seguindo os grandes nomes da ciência, outro cientista que contribuiu significativamente para os rumos que a ciência contemporânea tomou, têm-se René Descartes (1596 – 1650). Nascido ainda durante o feudalismo, onde a Igreja ainda dominava a forma de pensamento dos homens, Descartes, filósofo, advogado, matemático francês obteve notoriedade no período da Revolução científica, sobretudo na matemática quando, pela união da álgebra e geometria revoluciona a matemática com a dádiva da geometria analítica em 1637, pelo texto apêndice do Discurso do Método, chamado de Geometria. Neste texto,

Descartes aponta a matemática como método para obtenção do conhecimento em todos os ramos da ciência. Fornece ao mundo o sistema de coordenadas, encontrando-se geometria e álgebra, ramos distintos da matemática antes dele. Tal proeza eleva-o ao título de pai da matemática moderna e do racionalismo. A partir dele, inaugura-se o racionalismo pautado pela dúvida como instrumento para se chegar ao conhecimento, na Idade Moderna contrapondo-se ao empirismo do inglês John Locke (1632 – 1704). Discurso sobre o método e medições torna-se a base da ciência contemporânea e o seu método de investigação que consiste por quatro parâmetros que são a evidências, análise, síntese e enumeração dos objetos estudados.

Não aceitar jamais alguma coisa como verdadeira que “eu” não conhecesse evidentemente como tal; Dividir cada uma das dificuldades que “eu” examinasse em tantas parcelas possíveis e que fossem necessárias para melhor resolvê-las; Conduzir por ordem os pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer até o conhecimento dos mais compostos; e por fim, fazer em toda parte enumerações tão completas, e revisões tão gerais, até ter certeza de nada omitir. (DESCARTES, 2009, p. 54 apud LEITE; ASSUNÇÃO; FEITOSA, 2016).

Os filósofos ingleses darão conta do empirismo para concretizar a ciência moderna que desembocará em novos cientistas, como os físicos: os alemães: Albert Einstein (1879-1955), Werner Karl Heisenberg (1901-1976) e o estadunidense David Joseph Bohm (1917-1992), no século XX.

O método matemático alicerçará a ciência em fins do século XVII e início do século XVIII e servirá de ferramenta que o cientista utilizará, para apresentação das observações do objeto estudado. Segundo Santos (2010, p. 28), “O que não é quantificável é cientificamente irrelevante [...] Conhecer significa dividir e classificar para depois determinar relações sistemáticas entre o que se separou.” Ainda assim, Richardson (1985, p. 29), conceitua o método, em se tratando de pesquisa científica, como uma “escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos”.

Com o advento da ciência moderna surge o preconceito que acentua seu caráter de *novo*, que a diferencia da antiga e medieval por um critério realista de comprovação. Pensando à luz da noção de decisão de Heidegger<sup>1</sup> explora, é neste momento que acontece uma de-cisão, isto é, uma ruptura no interior da ciência, colocando o que passou para trás. Até a Idade Média, a ciência grega não era negada, e a precedência da teoria deste ou daquele autor se alternava, especialmente entre as de matrizes platônica e aristotélica. (PAOLLA, 2008, p. 70).

Se na Idade Moderna, a ciência apresentava-se com novidades tecnológicas e ou sob metodologias, a ciência moderna estará a serviço da epistemologia, bem como dos rigores

científicos. O homem terá que “abandonar” o ser primitivo que habitava nele para ser agraciado pela ciência, seus instrumentos e técnicas (necessárias para comprovação das teorias formuladas). Suas crenças deverão ser postas de lado e holisticamente, ele deverá ser enquadrado aos moldes científico – para ser considerado moderno e adepto à ciência. “[...] Ao questionar-se sobre a possibilidade de avanço do conhecimento científico, Bachelard acaba por criar o termo ‘obstáculo epistemológico’ com o qual a ciência deverá romper para que haja progresso científico.” (BACHELARD, 1996, pp. 29 apud MACIEL, 2013).

Para Lévi-Strauss, a sensação de ruptura da ciência com o senso comum – e a própria constituição da ciência moderna já no contexto positivista – produziu nos cientistas a expectativa de que se distanciavam dos outros homens. É na Idade Moderna que se centralizam no sujeito, e mais especificamente na racionalidade, todas as expectativas referentes ao problema do conhecimento. (DESCARTES apud HISSA, 2002).

Para Santos (2010, p. 88-89), a ciência moderna construiu-se contra o senso comum que considerou superficial, ilusório e falso. E a ciência pós-moderna procura reabilitar o senso comum por reconhecer nesta forma de conhecimento algumas virtualidades para enriquecer a nossa relação com o mundo. Ainda segundo ele, na Ciência moderna, a ruptura epistemológica simboliza o salto qualitativo do conhecimento do senso comum para o conhecimento científico. (SANTOS, 2010, p. 90).

De acordo com Gomes (2007, p. 69), a enorme importância atribuída à objetividade, fetiche do discurso científico, vem desta possibilidade de construir um objeto do conhecimento por intermédio do método.

O mito da modernidade, construindo-se na oposição entre o tradicional e o novo, resulta no fato de que a circularidade própria aos mitos poderia apenas ser rompida ao preço da renúncia da valorização do novo e a seu sistema de legitimação. Desta maneira, é também ilusório tentar escapar desta retórica do novo refugiando-se no discurso da tradição, pois sabemos que a tradição, como um dos momentos do ciclo e é, portanto, portadora dos germes de um novo vindouro. (GOMES, 2007, p. 341).

“Explicar tornou-se a busca por uma única verdade para os fenômenos em realce, a partir do cálculo das regularidades e generalidades dos processos objetivamente investigados”. (GIDDENS; TURNER, 1999 apud LEMOS, 2018, p. 41). Com o advento da ciência, a emoção, as crenças, os mitos, os deuses serão catapultados no passado, pois há que se ter espaço para a ciência se estabelecer com seus novos padrões, moldes, modelos, enfim, sua forma de agora explicar ao mundo, as coisas.

Já no século XVIII a Ciência Moderna surge incrementando e trazendo uma transformação das relações sociais, políticas e econômicas ao mundo. Se o novo deve periodicamente ser imposto no lugar do tradicional ou do antigo, o mecanismo primeiro desta substituição é a ruptura. É pela negação daquilo que existia, pela prova de sua inadequação, pelo desvelamento do tradicional, que o novo deve se afirmar. (GOMES, 1996, p. 49).

Então, a partir deste pensamento, pode-se afirmar que modelos e matrizes serão construídos e edificados para e no ser humano e na sociedade vigente.

Em meados do século XVIII, numa altura em que a Ciência Moderna, saía da revolução científica do século XVI pelas mãos de Copérnico (1473-1543), Galileu (1564-1642) e Newton (1643-1727), e como ressalta Boaventura de Sousa Santos (1987, p. 33) “a consciência filosófica da ciência moderna, que tivera no racionalismo cartesiano e no empirismo baconiano as suas primeiras formulações, veio a condensar-se no positivismo oitocentista”, modelos e matrizes serão ferramentas para a padronização da ciência, principalmente a partir do século XVIII. O que torna-se real neste momento que o mundo passa pelo cientificismo? A janela dos modelos e matrizes. Estes serão impostos e aceitos como paradigmas, realidade concreta e fonte ou fundamento para as formas de se enxergar o mundo científico. O que antes da instituição da ciência era chamado de mito ou conhecimento vulgar, perderá credibilidade aos olhos deste mundo, agora moderno, e as verdades começarão a serem estabelecidas, forjando modelos e matrizes para a ciência e sociedade em seus demais aspectos.

Fui aprendendo que só se vê o que se crê ou dito de outra forma, que o que não se compreende não se vê, fui começando a ver o que antes não via, na medida em que o que até então acreditava ser a verdade científica, era na verdade, uma verdade provisória, pois só se mantinha como verdade até que outra verdade (que passava a ser mais verdade) jogava aquela então verdade no limbo das não verdades. Eu ia aprendendo que a ciência sempre se fez e continua se fazendo por rupturas e que é um espaço feroz de luta por poder – o poder de deter a verdade. (GARCIA, 2001, p. 115 apud VAZ E PRATES, 2016).

Foucault (2018, p. 60) afirma que “a verdade, espécie de erro que tem a seu favor o fato de não poder ser refutada, sem dúvida porque o longo cozimento da história a tornou inalterável.”<sup>10</sup>

O homem contemporâneo especializou-se, fez recortes restritos da realidade sobre os quais concentra seus conhecimentos. Parafraseando Ianni (1993), a explosão do saber ocorrida no último século obrigou os intelectuais a delimitarem seus campos de conhecimento –

---

<sup>10</sup> Friedrich Nietzsche, A gaia ciência, 265 e 110.



processo que levou às especializações e as superespecializações que caracterizam a ciência hoje.

Para Japiassu (2006), a especialização apresenta-se como oposto da síntese imaginativa que, sem limites, culminou na fragmentação do horizonte epistemológico. Ela repartiu ao infinito o território do conhecimento, no qual cada especialista ocupou seu lugar de saber, ou seja, a especialização do conhecimento e sua fragmentação em inumeráveis afluentes e compartimentos estanques. A especialização permite aprofundar a investigação, a experimentação, a busca de informações e conhecimento; mas determina também, como consequência negativa, a fragmentação do saber, do conhecimento, ou melhor, das formas de produção, difusão, disseminação desse saber, e por conseguinte das formas/maneiras de ver, entender e interpretar o mundo.

Há uma sensação generalizada e causadora de mal-estar de que o conhecimento está excessivamente fragmentado; de que cada disciplina trata isoladamente de um determinado aspecto - econômico, histórico, sociológico, psicológico, filosófico, artístico etc. - e que, assim, não é possível adquirir uma visão de conjunto dos objetos estudados. O resultado disto é uma formação construída com fragmentos desconexos e justapostos. Em consequência dessa visão fragmentada da realidade, a intervenção prática para o enfrentamento dos problemas sociais também se vê comprometida, levando a buscar soluções isoladas. (TONET, 2013, p. 726).

Apesar do aprofundamento da especialização disciplinar ter marcado o século XIX, a divisão crescente do saber intensificou a fragmentação disciplinar principalmente a partir de meados do século XX, com o crescimento e a complexidade dos conhecimentos, pela multiplicação e sofisticação das tecnologias.

Tonet (2013) continua sua argumentação, onde afirma que para a formação fragmentada colaboraria, também, a intensa especialização, que levaria a uma concentração cada vez maior, e por consequência, um indivíduo incapaz de perceber da totalidade.

É um fato que houve, ao longo da história da humanidade, mas especialmente, nas últimas centenas de anos, e mais ainda nas últimas dezenas, uma grande complexificação da realidade social e uma enorme ampliação do território do saber. Também é incontestável que isso levou a uma especialização crescente, dada a impossibilidade de um indivíduo só dominar o conjunto do saber e dado o surgimento de novos campos de atuação profissional. Ao longo desse processo, foram sendo criadas inúmeras disciplinas sem conexão entre si, fazendo da pesquisa e do ensino uma autêntica colcha de retalhos. Em consequência, a formação se dá pela justaposição de pedaços desconexos, impedindo uma visão de totalidade. Do mesmo modo, também são visíveis os variados e complexos problemas sociais que foram surgindo a partir da revolução industrial e a impossibilidade de resolver cada um deles de modo isolado. (TONET, 2013, p. 728).

## 2.1 A ciência moderna e a fragmentação do saber

A Ciência sempre esteve ligada à atividade institucionalizada, sobretudo no século XVIII, seguindo seus modelos experimentais apoiada pela razão generalizante e verdadeira. Prepara terreno para a modernidade, repleta de razão, metodologias e sistematizações. Santos, 1998, p. 69, afirma ter “a geografia iniciado o processo de modernização de suas práticas pelo abandono, senão pela crítica, dos métodos do passado entendidos como não científicos.”

A natureza é tão só extensão e movimento; é passiva, eterna e reversível, mecanismo cujos elementos se podem desmontar e depois relacionar sob a forma de lei; não tem qualquer outra qualidade ou dignidade que nos impeça de desvendar os seus mistérios, desvendamento que não é contemplativo, mas antes ativo, já que visa conhecer a natureza para a dominar e controlar. A matemática fornece à ciência moderna, não só o instrumento privilegiado de análise, como também a lógica da investigação, como ainda o modelo de representação da própria estrutura da matéria. [...] Deste lugar central da matemática na ciência moderna derivam duas consequências principais. Em primeiro lugar, conhecer significa quantificar. O rigor científico afere-se pelo rigor das medições. [...] O que não é quantificável é cientificamente irrelevante. Em segundo lugar, o método científico assenta na redução da complexidade. [...] Conhecer significa dividir e classificar para depois poder determinar relações sistemáticas entre o que se separou. [...] As leis da ciência moderna são um tipo de causa formal que privilegia o como funciona das coisas em detrimento de qual o agente ou qual o fim das coisas. É por esta via que o conhecimento científico rompe com o conhecimento do senso comum. (SANTOS, 2000, p. 62-64 apud SIMIONE, 2016).

Gomes (1996), afirma que “a modernidade se renova, como um mito, a cada vez que o combate entre o novo e o tradicional se constitui em um discurso sobre a realidade” (p. 49-50). Essa afirmativa contribui para o entendimento da evolução do pensamento científico desde tempos remotos. A perspectiva de mudança, sem grandes rupturas, tampouco abandono das ideias tradicionais em detrimento às novas, encontra-se presente desde sempre na história da humanidade. O conhecimento é atravessado por contribuições de todos os tempos, continuando flexível e aberto às novas demandas e teorias vindouras. Ainda que presente na idade contemporânea, o conhecimento não escapará de ser considerado mito se negar suas origens arquetípicas, ainda que de alguma forma, as mais remotas.

Uma vez que a geografia apresenta problemas epistemológicos, bem como ausência de objeto de estudo para a disciplina estruturada enquanto ciência, a forma de apresentá-la ainda é quase que a mesma dos séculos I e II quanto à descrição, sobretudo corográfica, bem como em seu formato corológico. A forma e o conteúdo ainda se repetem como um arquétipo no sentido etimológico da palavra – original ou velho na forma de se pensar geografia, bem

como repetição de padrão, modelo ou tipo. A divisão, quantificação e separação em camadas ocorrem na geografia, no período conhecido como positivismo. Por positivismo, segundo o autor Ruy Moreira (2014, p. 27) “(...) a essência do pensamento positivista é a redução dos fenômenos a um conteúdo físico ao passo que os fragmenta por seus conhecimentos em diferentes campos de objetos e métodos específicos.”

O positivismo representa uma corrente, escola filosófica, sociológica e política surgida na França na segunda metade do século XIX e começo do XX, tendo como seus principais idealizadores, Auguste Comte (1798 – 1857) e John Stuart (1806-1873), dando continuidade ao Iluminismo sob a égide do desenvolvimento sociológico de uma sociedade industrial e concomitante com os resultados da Revolução Francesa (1789-1799). Defendia entre outros aspectos, a existência e valores humanos confrontados pelo racionalismo (relegando o teológico, credulidade, superstições e metafísica), e defesa do conhecimento científico como caminho do verdadeiro.

Sob uma linguagem permeada pela lógica, o positivismo implementa o raciocínio indutivo a partir da observação, a fim de estabelecer a classificação e comparação de fenômenos e leis que regerão este período no Brasil. O positivismo estabelecerá em termos gerais, duas correntes distintas entre o ramo científico e o religioso abrangendo neste último, as necessidades sociais, políticas e religiosas. Para a ciência, extrema valorização das ciências tidas naturais bem como o Método Científico Experimental, separando homem-observador do objeto-analisado.

A geografia já fora considerada uma ciência apta para explicar todos os assuntos que coubessem ao homem e a natureza, creditada pelo rigor científico em ambos os componentes. Para efetivar o cientificismo do homem, é criado o ramo da ciência humana, amparada pela Física, denominada Sociologia - ciência Física Social que debruçará atenção às nuances que são passíveis aos homens. Para a natureza, as ciências naturais, empiristas e naturalistas. No entanto, a epistemologia da geografia continua abalada, uma vez que assuntos diversos e termos variados estariam sendo utilizados como objetos de estudo desta nova ciência, porém com a frivolidade da distinção do objeto.

Segundo Claval, no século XVII, o geógrafo é um personagem reconhecido. A palavra suplanta a de cosmógrafo e designa “aquele que desenha cargas geográficas e, eventualmente, as comenta, mais do que aquele que descreve a terra com discursos”[...] Assim concebida, a geografia é uma arte útil: ela faz parte da bagagem do homem culto. [...] O século XVIII inicia um novo ciclo na construção científica da geografia. Ela dura mais de dois séculos. (CLAVAL, 2010, p. 91-92).

Segundo Moreira (2014, p. 66), o positivismo manterá a referência do cartesianismo-newtoniano que promovia o reducionismo da natureza a partir das leis da física e da matemática (invariáveis), afastando o homem da natureza. Kant afirma que a geografia precede a história, pois para haver o acontecimento histórico, antes seja preciso o espaço e local para tal. Portanto, homem e natureza são indissociáveis no sentido que ambos se correlacionam a partir da história e da geografia. Para o cartesianismo-newtoniano, homem e natureza encontravam-se dissociados. O positivismo incluirá o homem na abrangência da natureza a partir e pela física social, a sociologia, considerando as esferas do orgânico e inorgânico em suas diferenças, sobretudo com bases comuns, se visitados pelas leis que regem a física e a matemática, sendo esta última, a base sistêmica das ciências. Esses parâmetros e padrões chegam à geografia conforme George Tatham:

A geografia física é, portanto, um esboço geral da natureza (*einallgemeiner Abriss der Natur*) e constitui não apenas a base da história como também de quaisquer outras geografias. Essas outras geografias definidas por Kant são: 1) Geografia matemática – que trata de formas, tamanho, movimento da terra, de sua posição no sistema solar [...]. (1959, p. 207).

Logicamente que a geografia não passou e não podia deixar de passar pelo crivo da modernidade para necessariamente se instituir como disciplina presente nos currículos acadêmicos, bem como nas universidades e escolas. Os autores do período moderno desta ciência demonstraram as fragilidades compostas na disciplina, nos seus ímpetos de se colocarem na prateleira da modernidade que o mundo tanto exigia.

Lacoste já oferecera as bases alicerçadas pelos anteriores sobre o caminho tortuoso e árduo pelo qual a geografia passara. Ele cita:

Quanto aos jovens mandarins que se lançam na epistemologia, eles chegam a ousar questionar se a geografia é mesmo uma ciência, se esse acúmulo de elementos do conhecimento “emprestados” da geologia, da economia política ou da pedologia, se tudo isso pode pretender constituir uma verdadeira ciência, autônoma, de corpo inteiro. (LACOSTE, 2012, p. 22).

A geografia seria mesmo uma ciência autônoma de corpo inteiro? Essa é uma questão que os autores que permeiam a ciência se colocam a tentar responder e desmistificar. Aliás, nenhuma ciência pode ser considerada autônoma, pois nada existente no espaço encontra-se inerte e indiferente às interferências e atravessamentos de outros campos do saber. Geografia em sua etimologia significa descrição da terra. Então seria ela apenas a ciência que descreveria a terra? E o homem, o espaço, as interferências humanas na terra, a construção do

espaço terrestre? onde estariam todos estes temas senão imbuídos na própria ciência geográfica? caberia a ela estudar todos os fenômenos, realizando paralelo e permeando outros campos da ciência? e ao fazê-lo estaria entrando e encapsulando outras disciplinas em seu saber e até mesmo em seus principais ou seu principal objeto de estudo que seria o espaço? e que espaço estaríamos falando? o terrestre, o da física, da metafísica, da psicologia, da antropologia? “Acabamos por ter, como disse Jean Dresch (1948, p. 91), uma geografia ‘cortada em pedaços’”. (DRESH, 1948, p. 91 apud SANTOS). “Acabamos, por isso, tendo uma multiplicidade tão grande de geografias que justificaria a um espírito irônico dizer que, nos dias de hoje, há muitas geografias, mas nenhuma geografia.” (SANTOS, 2012, p. 119).

São perguntas que autores do passado e os contemporâneos até hoje não definiram e tampouco entraram em consenso. Estes mesmo que debruçados ao passado da disciplina e seu caminhar pela ciência, não obtiveram resposta e nos deixaram a continuar nesta busca sobre o que é a disciplina, o que deseja e seu objeto de estudo. Seria ela corológica, cronológica, um emaranhado de informações acerca da terra e do homem? e a economia e política onde estariam em todo esse contexto terrestre? Sobretudo, mesmo que se encontrassem todas as respostas, ainda restaria a que mais inculca os pensadores modernos: os desafios de apreender e repassar sobre os conhecimentos e sobre tudo que a geografia possa ensinar. E mais, como ensinar, o que ensinar e como dar conta de uma disciplina tão vasta em conhecimento e tão carente de objeto de estudo.

Em relação ao seu objeto de estudo, o que seria o seu eixo central? o espaço? o terrestre? a paisagem? A vegetação? a superfície? o relevo? os mapas? a cartografia? o estudo entre o homem e o meio? as práticas espaciais? Todas em seus mais diversos e amplos prismas, levam a questões que inculcam desde os primórdios, os homens que pensam as ciências naturais e humanas ou as ciências ditas modernas e que até os dias atuais geram e delineiam outras perguntas, arguindo cada vez mais a investigação do caminho da história do pensamento geográfico.

### 3 SOBRE O TEXTO TOTALIDADE HOMEM MEIO: ALGUMAS INQUIETAÇÕES

O autor Ruy Moreira em seu texto intitulado “Geografia, Ecologia, Ideologia: A ‘Totalidade homem-meio’ hoje”, de 1980, inicia uma discussão acerca da reflexão fundamental sobre a natureza da totalidade com que lida a Geografia. (MOREIRA, p. 245). O autor discorre as diversas nuances e possibilidades que a totalidade apresenta dentro do contexto geográfico e sua relação entre o homem e o meio. Para uma reflexão mais clara sobre o assunto, o texto se apresenta, dividido em tópicos, sendo eles: o método, o sistema, o saber geográfico (Homem-Meio), Ideologia (Geografia Física X Geografia Humana), Homem e Meio pelo arranjo espacial, capital, capital monopolista e por fim, o socialismo.

Pelo método, o autor destaca que pelo empirismo sem uma prática orientada, não se consegue sozinho determinar as categorias que guiam o processo do conhecimento, uma vez que as construções teóricas nascem da prática e de contradições de uma teoria real vivenciada pelo homem e, sobretudo, dessa prática surgirá a práxis (unidade entre a prática e a teoria). Uma categoria geográfica e espacial que guiada somente pela teoria sem a prática, transforma-se em empirismo e teoricismo.

Pelo sistema, a totalidade se vista como um conjunto total de relações interatuantes será sucumbida de seu caráter dialético e, conseqüentemente reduzida ao mecanicismo. A mesma, frequentemente é confundida no campo das ideias, se passando por sistema, levando-a à neutralização do seu papel transformador do conhecimento. A totalidade, portanto, é o movimento cristalizado em formas e contraditória em suas formas definidas, revertendo-se em movimento e categoria. O todo como processo global é unidade e diversidade. Se dividirmos o todo em partes, o processo global se evapora, saindo do eixo do movimento, uma vez que o todo é o movimento dos opostos, imbuídos de um sistema. Pelo movimento haverá a transformação de todas as partes envolvidas durante os fenômenos do movimento e não um todo definido como um agregado de partes diferentes.

A partir do sistema, a totalidade homem e meio a partir do saber geográfico necessitará de uma reformulação epistêmica, uma vez que é dessa totalidade generalizante que nascem os saberes geográficos, muito apoiados pela visão da ciência geográfica ser uma ciência de síntese. Uma ciência que sintetiza a relação homem-meio e todos os sistemas envolvidos nesse processo, resultando em imprecisões em seu método, sobretudo na superficialidade de uma profunda reflexão epistemológica desta ciência.

A totalidade do saber geográfico é o global, o que permite a afirmação após reflexão sobre, que homem e meio ambiente estão unidos por uma mesma identidade e futuramente por uma relação de entrelace espacial: todos os envolvidos em um sistema, portanto, divididos em diferentes partes, sem o movimento dos fenômenos decorridos a partir desta divisão.

Pela dicotomização ideológica do discurso vigente na época, a geografia será dividida em partes, denominadas Geografia Física X Geografia Humana. Desde os primórdios a Geografia é considerada um saber global, ou seja, um discurso do homem com a natureza sistematizado. Por Kant, homem e meio encontravam-se unidos, por Aristóteles, separados e pela concepção holista do todo, sob a costura das unidades dos elementos caminhando em direção do determinismo imposto na época.

Não só a geografia, mas todas as ciências sofrerão uma quebra da identidade dialética do todo em um sistema de elementos a partir da ideologia capitalista: servir à classe dominante desse sistema. A geografia fornecerá dados cartográficos e catalogará informações locais como instrumentos de dominação da classe dominante sob a classe dominada. Essa ciência penderá para as áreas naturais, uma vez que o interesse da burguesia naquele momento era conhecer e explorar o território a fim de dominá-lo.

Após a quebra da geografia em duas partes: Geografia Física e Geografia Humana, o concreto e o visível tomam lugares distintos e o arranjo espacial torna-se o real. Uma vez que o arranjo espacial é tomado como o real e concreto, ele torna-se o “campo” do método, perdendo sua identidade que é a expressão dos fenômenos do real. O arranjo espacial é a expressão do real e não o real e o concreto, uma vez que ele é parte do visível e da relação homem-meio a partir das observações das paisagens. Ele é somente parte do visível uma vez que há fenômenos que nem sempre encontram-se desnudos, tendo como o exemplo toda a ideologia presente no arranjo espacial. O fenômeno do real que acontece quando o arranjo espacial é separado, restando apenas o real visível e o concreto observado existente, ou seja, a Geografia Física (importante e necessário na ideologia capitalista burguesa).

Sob o capital, as forças produtivas adquirem as formas concretas das relações de produção que as separam em capital constante e capital variável. O homem (força de trabalho) e a natureza (objeto do trabalho) exprimem-se como capital. A “totalidade homem-meio” exprimem-se como formação econômica-social capitalista. (MOREIRA, 1980, p. 253).

Sob a égide do capital, seguindo o raciocínio da totalidade e a partir da divisão da geografia em duas partes distintas, homem e natureza encontraram-se cativos do capital e, subjugados a ele. Pode-se fazer um paralelo entre homem e natureza (homem-meio) pela lógica do capital quando a natureza representa o capital constante e o homem representa o

capital variável, respectivamente pela visão paralela da Geografia Física e Geografia Humana. Prosseguindo com os paralelos, pela divisão de classes sociais dentro do modelo capitalista, a burguesia detentora dos meios de produção, representa a natureza e o proletariado e/ou o homem como oferta da sua força de trabalho.

E toda essa exploração e apropriação da mão de obra do proletário pela burguesia, seguirá em âmbitos internacionais orquestradas pelo monopólio imperial nacional e internacional a partir do século XIX. Moreira afirma que “a ‘totalidade homem-meio’ se converte em uma ‘aldeia global’”. Este monopólio de ambos (homem-meio) reverberará na relação homem e meio entendidas neste século não somente no arranjo espacial, sobretudo, no espaço planetário. Torna-se necessário reafirmar que a totalidade do saber geográfico é de um cotidiano global que a cada dia tem sido sedimentada pela visão de que essa unidade ou totalidade só existe na concretude do modelo capitalista de produção como um desdobramento de todo esse processo ideológico.

### **3.1 A epistemologia presente em seus pensamentos: pensar e ser em geografia**

Sendo a geografia a ciência da organização do espaço, as relações e o contexto histórico e formação econômico-social fazem parte também desse contexto. Essa será a primeira questão trazida na obra: *Pensar e Ser em Geografia* (2015), que arrolará outras questões que servirão de apoio para o entendimento epistemológico da geografia. Moreira continua buscando o entendimento e a clarificação deste processo de movimento ocorrido entre homem e meio ao longo do espaço e tempo na história da ciência e humanidade.

“O arranjo espacial é a própria estrutura da totalidade social, e como base dessa estrutura está a natureza do processo de reprodução social, é no conhecimento das leis que regem esse processo de reprodução que deve se apoiar a análise do espaço”. (MOREIRA, 2015, p. 63). Analisar a totalidade homem-meio dentro desse arranjo espacial tem sido tema de debates dos mais variados segmentos nas últimas décadas. Isso porque entender o objeto de estudo da geografia e seu papel para o conhecimento científico torna-se necessário a fim de compreensão e leitura de como e por que ocorre a produção social do espaço também pelo prisma ideológico. Entender que o “espaço geográfico é um espaço produzido” (MOREIRA, 2015, p. 64) auxiliará no desmonte da visão dicotômica entre Geografia Física e Geografia Humana, uma vez que o meio ou espaço não são somente o substrato das atividades humanas,



tampouco a natureza é o repositório das necessidades humanas ou a fornecedora de matéria prima para o modelo capitalista vigente no mundo. Seja ela “primeira natureza” ou “segunda natureza”, ambas encontram-se inseridas no processo de produção do espaço geográfico. A primeira, uma condição concreta preexistente e a segunda, já como resultado do processo da totalidade entre homem-meio.

Uma vez que o espaço é o objeto de estudo da geografia, analisar a sua formação auxiliará muito o entendimento dos elementos envolvidos neste processo. O autor Ruy Moreira afirma que “durante todo o tempo, os geógrafos trabalharam seu objeto tendo uma noção dicotômica de tempo e espaço. Estranhamente, sempre viram a relação homem-meio com o tempo (porque vista numa relação com o trabalho), mas raramente como espaço”. (MOREIRA, 2015, p. 66). Justamente por isso, tornou-se difícil compreender os movimentos do todo da relação homem-meio, alargando o entrave epistemológico que a ciência geográfica vivencia até os dias atuais. Moreira já com essas primeiras explicações sobre sua leitura acerca do assunto demonstra ter encontrado o fio condutor de um grande problema epistemológico da geografia. Compreender que o espaço social é espaço-tempo, permitirá a sequência de seu raciocínio para uma geografia que poderá encontrar não só o caminho do seu objeto de estudo, mas toda a totalidade que esse objeto carrega em si.

O arranjo espacial é fruto do próprio arranjo e de seus objetos em um processo contínuo e em movimento, quando o homem pelo meio passa a converter a terra (meio) por meio do trabalho. Esse processo se constrói também pela acumulação de técnica transformadas em bens de consumo ao homem e por sua vez, os objetos de uma “segunda natureza” se convertem em possibilidade para a existência humana, principalmente do capital (circulante ou fixo), desembocando na sociedade capitalista experimentada pelo homem. Ambos se reproduzem em uma estrutura permanente, cada um ao seu modo, mas sempre interligados em uma coexistência de reciprocidade, ainda que por vezes, ostensiva.

As relações de propriedade se metamorfoseiam dentro do movimento de produção capitalista, assim se diferenciando e multiplicando em outras formas como a relação de trabalho (divisão social e técnica), a relação de trocas, a relação de repartição da riqueza socialmente produzida, a relação de consumo, todas elas complexificando o universo das relações de produção. E são essas relações de produção que configuradas como espaço, a exemplo da divisão territorial do trabalho ou da escala dos mercados, fazem do espaço uma instância de regulação das relações societárias por excelência, De modo que as relações de produção que dão ao arranjo do espaço toda a complexidade estrutural que conhecemos. (MOREIRA, 2015, p. 72).

O autor nessa obra, afirma que “a formação espacial é um conceito de totalidade que pode auxiliar os geógrafos em sua tarefa de analisar as formas de organização das sociedades

nos diferentes tempos da história.” (MOREIRA, 2015, p. 75). O mesmo também retorna ao seu texto da década de 80 sobre a totalidade homem-meio, quando apoia-se em Marx na busca pela apreensão da essência nas aparências. (MOREIRA, 2015, p. 75). Inclui também a apreensão do todo e das partes como método geográfico. Além daquela totalidade proposta na obra de 80, o autor adiciona outras três categorias de totalidade, com facetas de uma mesma realidade pelo arranjo espacial: a formação econômico-social, o modo de produção e a formação espacial. Sendo assim por ele definidas: “A formação econômico-social, o modo de produção define-se como uma totalidade social, a formação econômico-social é uma totalidade concreta, ao passo que o modo de produção é uma totalidade social abstrata”. (MOREIRA, 2015, p. 76), reafirmando o texto da década de 80.

Pautado sobre Lacoste, 1988, o autor Ruy Moreira em seu livro: “Pensar e Ser em Geografia”, de 2015, traz na segunda parte da obra, o título: As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. Esse capítulo tem como objetivo construir um roteiro de “teoria e método capaz de nortear um exercício de práxis na geografia.” (MOREIRA, 2015, p. 82), uma vez que o mesmo afirma que “a construção geográfica de uma sociedade é o resultado das práticas espaciais”. (LACOSTE, 1988 apud MOREIRA, 2015, p. 81). E que “são as práticas espaciais que constroem a sociedade geograficamente e criam a dialética de recíproca determinação em que a sociedade faz o espaço ao tempo que o espaço faz a sociedade. (SANTOS, 1978 apud MOREIRA, 2015, p. 81).

Este método norteador de práxis na geografia, bem como as práticas espaciais, reafirmam todo o pensamento do autor pela sua busca acerca do entendimento epistemológico que permeia a geografia. Desde a década de 1980, o autor já vinha escrevendo e publicando textos que traziam à tona essa carência epistemológica pela qual a geografia carrega em suas raízes, bem como caminhos para que as rupturas consolidadas pelo projeto fadado do Positivismo viessem a ser esclarecidos e resolvidos, sobretudo, no sentido de uma possibilidade para a resolução dessa lacuna deixada na ciência geográfica: a fragmentação.

Para se entender a totalidade é preciso analisar as partes de um todo, ou seja, os agregados que em movimentos opostos complementam e transformam-se uns nos outros. Como o autor afirmara no texto sobre totalidade da década e 1980, “o todo é a parte e a parte é o todo [...] e cada ‘parte’ é a expressão fenomênica do movimento”.<sup>11</sup> (MOREIRA, 1980, p. 247). Nesse caminho, o autor propõe três fases das práticas espaciais de forma dinâmica e

---

<sup>11</sup> Sobre totalidade ver O Todo e as Partes, in Dialética da Cultura, Lucien Goldmann, Paz e Terra, 1977; Totalidade e Contradição, José Barata Moura, Livros Horizonte, Lisboa, 1977; Dialética do Concreto, Karel Kosik, Paz e Terra, 1969; A “Última Instância...”, in Elementos de Autocrítica (Posições I), Louis Althusser, Graal, 1978. (notas de rodapé do autor Ruy Moreira).

combinadas entre todas elas e que mediam a compreensão do espaço e da sociedade, e da teoria do espaço uma teoria da sociedade, e vice-versa. (MOREIRA, 2015, p. 82).

As fases se apresentam pela seguinte sequência: a fase da montagem, do desenvolvimento e do desdobramento.

Pela primeira fase de uma forma geral, (a fase da montagem), o homem seleciona um local fixo no espaço pela prática de suas ações. As escolhas dos locais são as mais diversas a partir do tempo da história do homem na Terra. A partir de suas escolhas para fixação de um local para viver, o homem desenvolve técnicas como uma “ação de ‘construir destruindo e destruir construindo’ (MOREIRA, 2015, p. 85), sobretudo em um processo histórico evolutivo na atuação do homem pela transformação da “primeira natureza” para uma “segunda natureza”.

Na segunda fase denominada de desenvolvimento, o homem já instalado no espaço e apropriado da técnica, perceberá que o espaço é múltiplo e repleto de diversidades em suas distribuições, e o povoamento que nesses espaços surgirem, acompanharão as diferenças naturais do próprio espaço. Pelo uso da técnica, os movimentos serão mais fluidos e por essa transitoriedade, as rugosidades surgirão, aumentando as variedades e o desenvolvimento dos mais diversos gêneros de vida. Sobretudo, o espaço é unidade; “a unidade do espaço é função do símbolo e do valor” (MOREIRA, 2015, p. 86) e por essa unidade, esse conjunto de homens diversos, são unidos pelo termo “comunidade”. Pelo símbolo, o poder político orquestrará o conjunto de formas e leis internas que regerão esse processo. Pelo valor, duas vertentes estarão presentes: a moeda (unificação e combustível para o capitalismo) e a técnica (como construtora forte dessa unidade do espaço). Essas duas funções do espaço, o símbolo e o valor, nortearão a relação entre homem e meio na prática espacial mantida por ambos.

Essa relação será atravessada pelas tensões contraditórias, desde a escolha do local, marcado pela seletividade, até a busca das identidades locais que o homem buscará para se encontrar e se reconhecer no espaço. Haverá espaços e relações espaciais hegemônicas e de coabitação quando as comunidades hegemônicas, buscam coabitar quase que no local de intersecção, o espaço movido pelas práticas espaciais. Eleito o local, as tensões não desaparecerão e para que essas tensões sejam dirimidas, recortes espaciais-geográficos servirão de delimitações dos espaços coabitáveis ou habitáveis por determinadas comunidades. Esse recorte poderá ser de escala nacional ou regional. O de escala nacional está inserido na competência do mercado e da classe hegemônica, o regional ligado às regiões homogêneas (acumulação mercantil) e a região polarizada (acumulação industrial). (MOREIRA, 1999<sup>a</sup> apud MOREIRA, 2015, p. 91).

Todo esse recorte territorial desembocará na escala do espaço. “A escala é, assim, um complexo entrecortado de domínio de território, tomando por referência o conceito de espacialidade diferencial de Lacoste.” (LACOSTE, 1988 apud MOREIRA, 2015, p. 92). Como uma espécie de representação, a escala representada por símbolos, assistirá toda a tensão dos agentes que se apresentam durante as práticas espaciais. É a escala que apresentará o recorte tempo-espaço à humanidade, sobretudo pela regulação dessas práticas a partir da estrutura primeira de cada espaço.

Por fim, a fase do desdobramento estruturado pela mobilidade inerente às práticas espaciais e à totalidade. A ordenação e reordenação espacial darão o fluido para o movimento que a humanidade necessita para transformar-se e cada vez mais com suas ações, promover as ações de coabitação com o meio pelo qual encontram-se inseridos. Um exemplo citado pelo autor para a prova da mobilidade é o processo de urbanização pelo qual o mundo e a humanidade vivenciaram. Pela evolução da técnica, o homem desloca-se do espaço rural para o espaço urbano, para ali recomeçar a experimentar todas as etapas propostas pelo autor, desde a seletividade até a regulação. Nesse local selecionado para suas práticas espaciais e após muita tensão, o momento de compreensão minimizará as fronteiras dadas pelo recorte e pelo território. Essa compreensão pode ser exemplificada pela diminuição das diferenças espaciais de diferentes locais, muito apoiadas pela fluidificação nos movimentos das mobilidades espaciais, seja ela no campo ou na cidade. Os movimentos tão importantes para a totalidade são aqui representados pelos fluxos em todos os aspectos deste espaço-tempo, onde a técnica avança para a tecnologia que encurtará distâncias e invisibilizará barreiras.

Moreira, p. 100 afirma que: “o espaço então se hibridiza. Signos e coisas de diferentes culturas se encontram e se misturam em todas as cidades de todos os continentes.” Retoma-se à idéia do texto do autor da década de 80 que o todo é a parte e a parte é o todo, numa relação ao mesmo tempo síncrona e assíncrona das práticas espaciais promovidas pelos diferentes e agora similares lugares. Os espaços serão sociodensos, uma vez que as fronteiras híbridas já não mais existirão. Tensões ocorrerão justificando a diversidade de culturas e relações estabelecidas e vivenciadas em cada espaço, porém, a fluidez transmitirá novas culturas e pela adaptação espacial, o homem conseguirá se estabelecer por uma co-relação com a sociedade e o meio pelo qual encontra-se inserido.

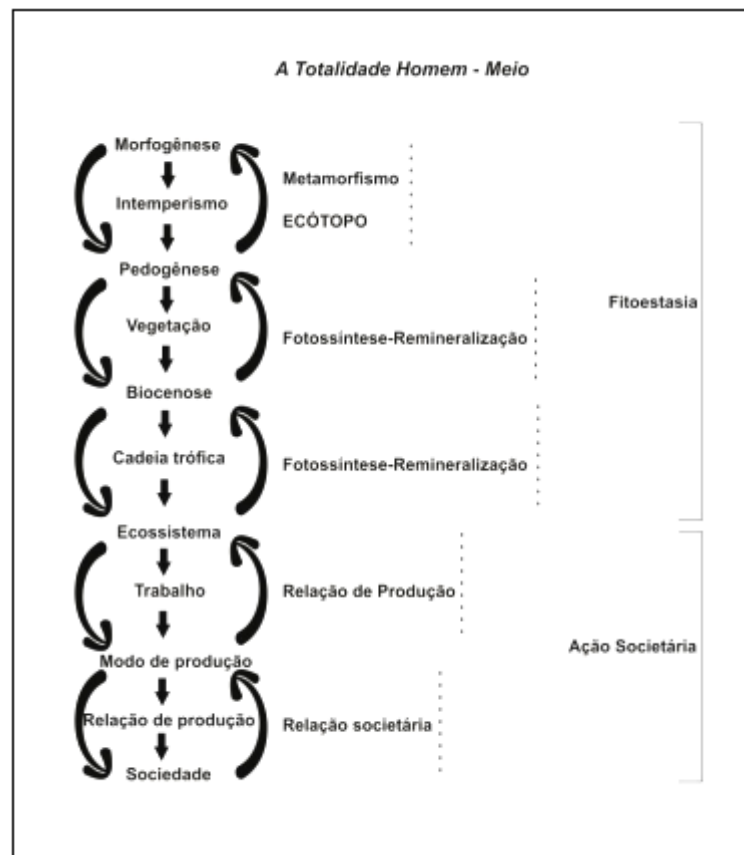
O espaço se satura socialmente e agora é necessário reestruturá-lo, de modo a comportar a escala mais ampla da complexidade que o invade. Considerando que a construção geográfica das sociedades é um processo de movimento dinâmico, a reestruturação espacial é um dado constante na história. Monta-se a paisagem por seletividade. Desenvolve-se o arranjo por agregação de práticas espaciais que se

adicionam à medida que a armadura ganha peso e desdobra no seu porte escalar. Até que a complexidade ultrapassa a capacidade de assimilar coisas novas e um ciclo de reestruturação se faz necessário. A reestruturação acontece, e por isso, ao fim e ao cabo, como diz Sorre, “todo o equilíbrio espacial da sociedade encontra-se modificado”, dando um novo início de período. (MOREIRA, 2015, p. 101).

### 3.2 De volta ao passado: a torre, o palimpsesto e a expropriação: olhando Tricart, Ab`Saber e Quaini pelos olhos da totalidade homem-meio

No texto: “A torre, o palimpsesto e a expropriação: olhando Tricart, Ab`Saber e Quaini pelos olhos da totalidade homem-meio”, o autor pretende retomar o texto: “A totalidade homem-meio”, ajustando-o aos tempos atuais, incorporando ao texto primeiro, três teorias de autores eleitos pelo mesmo, sob o fio condutor da teoria do ser social de Lukács, a partir da ontologia sobre a totalidade homem-meio.

Gráfico 1 – A Totalidade Homem – Meio



Fonte: MOREIRA, 2019, p. 17 A torre, o palimpsesto e a expropriação: olhando Tricart, Ab`Saber e Quaini pelos olhos da totalidade homem-meio. Revista Entre-Lugar, 10(19), 15–37.

O organograma acima representa a totalidade homem-meio a partir da visão do autor Ruy Moreira, através de artigo publicado pela Revista Entre-Lugar no ano de 2019. Neste, a estrutura representa a totalidade homem-meio a partir da alusão de uma viga de torre ou o sistema de troncos e galhos de uma árvore frondosa.

Esta torre é composta por ciclos, níveis, sistemas de regulação, circuitos e esquemas numa combinação de sobreposição dos ciclos, com um todo circuito-global.

Analisando a torre em sua estrutura, ela é apresentada a partir da base de chão da relação homem-meio aqui, denominada ecótopo. Em camadas interligadas, o topo representa a sociedade – o corpo global. Combinado por pares estão presentes os níveis em movimento ascendente, a biocenose, o ecossistema e o modo de produção.

Do chão ao topo, o autor designou os pares morfogênese-pedogênese, para representar cada nível do ecótopo-biocenose, reunidos em pares agrupados em cinco níveis de ciclos movimentados num estilo espiral. A torre é dividida por cinco níveis de ciclos, também chamados de nível de estrutura, presentes por pares conectados por uma ponte de ligação que permite a movimentação espiral da torre.

Algumas formações vão sendo construídas a partir dessas movimentações, tais como: quatro circuitos de reprodução, coordenados por outros quatro fenômenos, dois sistemas de regulação, cinco níveis de estrutura, cinco pontes de ligação, quatro circuitos de reprodução e dois esquemas de regulação. Essa estrutura, segundo Ruy Moreira: “*ad perpetuum* de autopoiesis”. (MOREIRA, 2019, p. 19).

Essa estrutura denominada “A torre” é uma incorporação do autor sobre sua leitura da teoria da dialética da natureza de Jean Tricart, de 1977, entre outros. A teoria de Tricart remete a uma classificação ecodinâmica que ocorre a partir de matéria e energia dos fenômenos em contexto global, juntos por co-dependência dos envolvidos, em perpétuo movimento de um sistema de entidade global que embora seja apresentada em partes, encontram-se necessariamente em conjunto sobre o meio ambiente. Um texto que embora tenha sido produzido na década de 70, retorna, organizado aos pensamentos de Moreira e o auxilia na análise dessa totalidade homem-meio já pensada por ambos desde então.

Certamente, essas ideias já estavam também presentes quando o texto sobre Totalidade homem-meio do autor fora produzido na década de 80, sendo retomado no presente, junto a outros três autores a fim de fomentar e embasar ainda mais essa discussão tão importante e necessária.

### 3.2.1 Jean Tricart

A torre encontra-se em constante e interminável movimento. Por isso, o autor Ruy Moreira dividiu os ciclos em etapas dessa relação ecodinâmica ocorrida no ecótopo.

Nessa primeira etapa, a morfogênese (modelado do relevo) e a pedogênese (formação do solo), em contraponto, demonstrarão os resultados de suas ações nesse substrato da natureza. Em conjunto, intemperismo e fitoestasia movimentarão esse ciclo do ecótopo. Segundo Moreira, 2019, p. 21, o intemperismo somado à ação mecânica dos elementos climáticos, alterará simultaneamente todo o processo de morfogênese e pedogênese, ficando para a fitoestasia regular o equilíbrio funcional de ambas, uma vez que a cobertura vegetal é o elemento que põe em consonância a morfogênese e a pedogênese.

Moreira, 2019, p. 22 afirma que, a segunda etapa é a relação entre a esfera do inorgânico (abiótico do ecótopo) e do orgânico (biótico da biocenose). Em espiral, a relação será mediada pela vegetação e edafologia. A vegetação – as plantas – servirão de transporte para o fluxo de minerais e composições químicas num transporte tanto de subida quanto de descida nesta etapa. Os sais minerais que foram fornecidos pela água presente no solo, utilizarão as plantas como transporte de subida e descida, para o nitrogênio e carbono num retorno ao solo. Para cima, num processo de reprodução fotossintético-rem mineralizador, junto à remineralização que é a camada climática. Para baixo, após o processo de fotossíntese, uma retroalimentação da natureza como um fenômeno autogerativo, auto-regulativo e autorregenerativo. Essa relação ecótopo-biocenose em escala micro, revolve e areja o solo pela movimentação dos micro-organismos. Em escala intermediária, retira e carrega o regolito erodido pela ação climática e em macro escala, após toda essa transformação, prepara o meio para a estadia do homem nela, a partir do fio vermelho que é o modo de produção.

Pela terceira etapa, Moreira, 2019, p. 22, aponta a relação biocenose-ecossistema pós trabalho da fotossíntese. O agente principal é a cadeia trófica em seu papel de continuidade do processo dos agentes no processo alimentar.

Pela relação: solo-ecótopo (abiótico/inorgânico) biocenose (biótico/orgânico) e da etapa ecotrófica, bem como a relação geologia-geomorfologia-pedologia-climatologia-hidrologia-biogeografia e da etapa ecossistêmica, todos num global que designa a natureza. Para unificar a cadeia trófica o circuito remineralização-fotossíntese-rem mineralização (circuito ocorrido na segunda etapa), estará ligado pela parte superior do biótico/orgânico: planta-animal-homem e pela parte inferior: abiótipo/base ecotópica/inorgânico: pedogênese-

morfogênese. Todos, autorregulados pela fitoestasia, inseridos na biosfera num ciclo de vida e morte.

A quarta etapa é chamada por Moreira, 2019, p. 23, de relação ecossistema-modo de produção e é considerada por ele como a ponte de ligação da torre. Nela, haverá a troca metabólica entre força e energia e homem e natureza. O ecossistema e o modo de produção representam o ponto que servirá de referência da integralidade do meio, uma vez que a história da natureza e do homem são uníssonas e pelo trabalho, denominado aqui como troca metabólica fornecendo a todos esse ecossistema: o salto de qualidade para todo o processo.

Duas relações importantes serão retomadas: no plano de reprodução, temos a primeira: relação de produção acoplada ao processo de fotossíntese-remineralização (forma de relação de propriedade da natureza) e a segunda: no plano da regulação, a relação societária acoplada à fitoestasia (forma da ecologia política). Essas, representam planos de acoplagem pelo trabalho que moverá a torre desde a sua fase inicial – a da pedogênese-morfogênese do ecótopo, fase intermediária – biocenose-ecossistema, até o plano global – da sociedade. Pontos que promovem fissuras, sobretudo, unidos na torre da totalidade.

O autor encerra as etapas, com a relação modo de produção-sociedade, quinta etapa sob o prisma de Jean Tricart. Numa relação integralizadora, “natureza segunda a partir da primeira natureza” (MOREIRA, 2019, p. 23), respectivamente, social-natural/natural-social representados em ciclos de idas e vindas.

A sociedade/natureza socializada volta a ser natureza primeira e a natureza primeira volta a ser sociedade/natureza segunda a cada momento de troca metabólica de regulação da torre numa forma inusitada: a geografia física e a geografia humana integradas numa combinação desigual. (MOREIRA, 2019, p. 24).

Nesta integralidade construída pela totalidade da torre num movimento de ida e vinda, de vai-e-vem a partir de um espiral, natureza e sociedade sofreram transformações. Solos apresentam as mesmas substâncias biogeoquímicas. Porém, a reprodução pedológica restabelece apenas a composição química e textura, sobretudo, o conteúdo biogeoquímico em si e a contextura do solo são diferentes, não se repetindo. A reprodução pedológica utiliza os mesmos componentes e leis que são regidas naturais anteriores, mantendo o seu ciclo. O solo, bem como os componentes e ciclos, são socialmente modificados em seus grupos, relações e entrelaces. Pelo ecótopo interno e em sua relação com a fotossíntese-remineralização, ocorre a reciclagem e a relação que mantém com a superestrutura –



biocenose – que se renovam e não se repetem, nesta integralidade construída pela totalidade da torre num movimento espiralado.

### 3.2.2 Aziz Ab'Saber

Do autor Aziz Nacib Ab'Saber, o Ruy Moreira, somou a teoria do refúgio-reduto, que é a teoria onde Ab'Saber afirma:

Na sua essência, a "teoria dos refúgios", tal como ela foi elaborada no Brasil, por diversos pesquisadores, diz respeito a identificação das áreas máximas de retração de florestas tropicais, as quais, à moda dos "brejos" nordestinos, teriam sobrevivido em sítios, áreas ou faixas privilegiadas, por ocasião da desintegração de uma tropicalidade relativa preexistente. Enquanto as ilhotas de florestas dos diferentes tipos de "brejos" restam pontilhando o universo das atuais caatingas, os refúgios do Pleistoceno foram submersos por um gigantesco processo recente de coalescência das florestas amazônicas e atlânticas. (AB'SÁBER, 1992, p. 30).

O autor inicia afirmando a utilização do texto - ainda que o domínio da teoria do refúgio do AzizAb'Sáber tenha ocorrido nas paisagens de 18 séculos antes, - como aporte válido a qualquer tempo.

Moreira promove uma alusão entre Jean Tricart Ab'Sáber em relação ao que tange totalidade homem-meio. Ele afirma que as paisagens hoje configuradas fazem parte de um passado coevolutivo e de coabitação de diversos elementos que permitiram a chegada até aqui. Retornando ao passado geológico do planeta, no pleistoceno (última glaciação), a paisagem em todos os seus aspectos geográficos era completamente diferente da que conhecemos hoje. Nos trópicos e subtropicais, havia o ecótopo, a biocenose (biota) e um ecossistema também muito distinto aos tempos atuais e que ia sofrendo adaptações ao longo do tempo, o que também aconteceu com as formações vegetais, nichos ecossistêmicos e processos morfogenéticos. O ambiente na glaciação era frio e seco com chuvas torrenciais e constantes inundações. As florestas (brejos) estavam dispersas por diversas áreas e o cerrado ia se retraindo à medida que a caatinga e os campos limpos e sujos predominavam.

A morfogênese e pedogênese, sobretudo, onde tinha vegetação, sofriam seus efeitos mais longos, porém, com curto espaço de tempo. Com as chuvas fortes constantes, a formação vegetal, inclusive as florestas, não alcançava o suporte de uma continuidade de feições densas e fechadas. Separadas a partir de sua fragmentação, ocorria o movimento de recuo para os

sítios onde elas pudessem melhor se adaptar, se tornando florestas remanescentes. Esses locais proporcionaram uma diversidade de ilhas isoladas nos espaços usados como refúgios dessa vegetação e os espaços deixados entre as manchas das matas foram sendo preenchidos por outras formações vegetais – mais esparsas e rarefeitas, como as savanas e pradarias brasileiras.

A partir desse movimento, ecossistemas variados surgirão, com formações ralas e dispersas de entremeio, com seu séquito de ecótopo e biocenoses, desde as ilhas de matas e lagos dispersos. Com todo esse processo de intemperismo, aumento de erosão regressiva e diferencial, somadas à oscilação do nível geral dos oceanos (costa atlântica no Brasil), a geomorfologia sofrerá mudanças notáveis a partir de toda essa compartimentação e estratificação morfológica do relevo. Num cenário de chuva, áreas abertas somadas ao intemperismo físico, o intenso desgaste atacará e rebaixará as cimeiras, o que resultará em sedimentos mais grosseiros carregados para as regiões mais deprimidas e nas encostas e os sedimentos mais finos, depositados nas baixas depressões fluviais e interplanálticas. Sedimentos que ocuparão um solo de vegetação rala e sem proteção de outras vegetações de médios e grandes portes.

Todo esse processo de intemperismo químico e físico resultará na transformação das rochas em areia e argila, formando os regolitos que consolidados formarão os ecótopos.

Nota-se a relação entre os autores nas formações de milhões de anos passados com os anos atuais, uma vez que os circuitos e ciclos da torre são formados em um arranjo territorial de ecótopos e biocenoses, frutos desse primeiro quadro ambiental do pliopleistoceno. Em cada espaço desse paleogeográfico, se construía uma torre de totalidade do homem-meio que fora evoluindo e se transformando em múltiplos a partir da evolução das eras geológicas.

Como o recuo da linha glacial de volta aos círculos polares, o planeta assistirá a chegada do holoceno, bem como a coevolução da comunidade vegetal e humana, concomitante à reexpansão das matas e do cerrado e do recuo da caatinga e dos campos limpos e sujos. O ambiente quente e úmido do trópico e subtropical restabelecerão as paisagens alteradas que retornarão às anteriores extensões territoriais formando-se as biocenoses com a biodiversidade atual, complementados pela chegada de grupos humanos vindos da Ásia e posteriormente de outros lugares.

### 3.2.3 Quaini – a reprodução

Em Quaini, Moreira busca a estrutura ecológico-territorial, intitulada por ele de “A reprodução”. Em um texto reescrito e ampliado para publicação, pelo autor Ruy Moreira, no ano de 2004, fruto de um texto inicialmente escrito para mesa-redonda no 6º Congresso dos Geógrafos Brasileiros, promovido em Goiânia, sob o título: “Marxismo e Geografia (A Geograficidade e o diálogo das Ontologias)”. O autor já demonstra acerca de suas reflexões sobre o assunto Totalidade homem-meio pelo prisma da reprodução, quando afirma que “três categorias gerais têm em comum o marxismo e a geografia numa perspectiva ontológica: a natureza, o trabalho e o homem.” (MOREIRA, 2004, p. 23). Inclusive ainda neste texto, o autor também discorre sobre a importância de Lukács, trazendo-o para o diálogo cinco anos mais tarde, para construção do texto de 2019: “A torre, o palimpsesto e a expropriação: olhando Tricart, Ab’Saber e Quaini pelos olhos da totalidade homem-meio”, sob o que ele denomina de “fio vermelho da visão orgânica da teoria do ser social de Lukács”. (MOREIRA, 2019, p. 16).

A história da totalidade homem-meio das comunidades primitivas num contraponto à história da totalidade homem-meio da era moderna bem pode ser a “história da separação do produto ou trabalhadores dos seus meios de produção, ou seja, a história da expropriação do homem em relação à natureza e a comunidade primitiva ou natural”, dizer de Marx sobre a acumulação primitiva que Quaini incorpora a seu conceito de estrutura ecológico territorial. Assim se distinguindo duas formas de estrutura ecológico-territorial, duas ordens de totalidade homem-meio. A primeira em que homem e natureza são o recíproco do pertencimento e a segunda em que homem e natureza são os reciprocamente excluídos – o homem expropriado da natureza e a natureza expropriada do homem–numa quebra da relação unitária. “A fitoestasia deixa de ser aí ao fato regulador por excelência da reprodução da totalidade e a relação de produção passa a ter o papel principal. (MOREIRA, 2019, p. 30).

Sob o título “A expropriação”, Moreira, 2019, p. 30, apresenta em seu texto a história da totalidade homem-meio nas eras primitiva e moderna. Na era primitiva, homem e natureza se pertencem e na era moderna, ambos são excluídos um do outro. Na reprodução da totalidade homem-meio, dentro da sociedade pré-capitalista, a natureza passa a ser um componente indireto e o homem, um componente direto.

A primeira natureza vira segunda natureza a partir da técnica utilizada pelo homem em relação a esta. Será a partir da técnica e da cultura que o homem passará a enxergar o mundo. A reprodução e regulação social-natural do capitalismo retirará de cena a regulação natural-

social da comunidade primitiva, uma vez que a natureza se transforma em uma das condições de reprodução do meio e do próprio homem.

O autor pontuará dois momentos da história do homem e sua relação com a natureza, ou seja, homem-natureza: o primeiro momento é a relação que ocorre durante a coevolução holocênica apresentando-se inicialmente ainda natural-natural e depois evoluindo para natural-social, regidos pelo valor de uso, tendo a natureza, a condição de produção para os meios da reprodução do homem. No estado natural-natural, pela cadeia trófica, no estado natural-social, mediada pelo trabalho comunitário.

Num segundo momento, homem e natureza se separam. É o momento que nasce a sociedade capitalista moderna, separando trabalho-meios de trabalho da acumulação primitiva. O trabalho estará presente como relação metabólica de troca entre o homem e a natureza (forças naturais dos elementos do ecótopo, da biocenose, e do ecossistema, como as condições climáticas).

A totalidade homem-meio/natural-natural apresenta-se como um mecanismo reprodutivo no movimento biótico-abiótico da natureza - a reprodução é aí uma categoria do movimento de reciclagem. Ora, na totalidade homem-meio natural-social: aparece uma relação comunitária, ora, na totalidade homem-meio social-natural: uma sobre determinação da regra societária regida pelo mercado. A repetição tem o circuito da espiral (reprodução ampliada) – num sentido da concretude, já que a mudança é uma condição de permanência. Reprodução e mudança são uma categoria que se conduzem.

A partir da torre, na reprodução do todo abaixo ou acima do ecossistema, os ciclos se renovam de forma desigual e simultaneamente pela reprodução em espiral que atinge o ecótopo da relação para baixo, os gêneros e modos de vida, e para cima, como um sistema de capilaridades como o tronco de uma árvore e seus galhos com a analogia que o autor traz no texto. Sociedade e natureza não são mais as mesmas, bem como o metabolismo do trabalho e o seu entorno. Ambos sofrerão mudanças profundas em suas relações, gerando cada vez mais mudanças por tantas alterações ao longo do tempo.

Esse metabolismo do trabalho passará por tantas metamorfoses a fim de adaptar-se a novos conteúdos e contexturas pelos quais passam homem e natureza, sobretudo, as formas de relações de trabalho que também acompanharão o desenrolar do metabolismo mutante. Mudam: reprodução, regulação, relações de classes, todos reagindo na continuidade do metabolismo nas diversas relações entre homem e meio. Muda todo o movimento da totalidade homem-meio: da interação para baixo, a relação vegetação-ecótopo, da interação para cima, a relação vegetação-cadeia trófica.

O autor a fim de incorporar Quaini na questão totalidade-meio, trará as questões sobre a estrutura ecológico-territorial da totalidade homem-meio, bem como as variantes a partir dessa estrutura. Buscando um paralelo entre os autores para a construção e arranjo da torre, o autor sinalizará a expropriação-separação entre homem e natureza e entre homem e terra (vistas de forma territorial), bem como a separação entre a cidade-campo. Discorrerá sobre as diferenças existentes entre a cidade e o campo, desde a o modo de produção, divisão territorial do trabalho até as trocas apoiadas pela interdependência de produção resultantes desses dois espaços.

Nos modos de produção pré-capitalista a relação homem-natureza é, assim, uma relação ecológico-territorial de estrutura integrada. O arranjo espacial segue esse compasso. No modo de produção capitalista é uma estrutura ecológico-territorial quebrada. E o arranjo do espaço uma estrutura marcada pela falha metabólica. (Quaini, 1979; Forster, 2005 apud MOREIRA, 2019, p. 35).

### 3.3 Debate contemporâneo: geografias ou geografia? fragmentação ou totalização?

Trazer esse texto para o diálogo sobre totalidade homem e meio, tornou-se necessário e imprescindível, uma vez que a Suertegaray, 2017, reflete sobre a fragmentação da geografia, bem como a busca pela unidade na mesma. Pensar sobre fragmentação e totalidade em tempos atuais, é por vezes, colocar em suspensão uma das principais fragilidades pela qual a disciplina vem experimentando há décadas. É também estar disposto a abrir o leque de autores e assuntos dos mais variados para que pela intersecção de ambos, os caminhos possam surgir e por tais, a construção de novas ou repaginadas ideias possam aparecer, trazendo à disciplina algumas respostas ou novas perguntas tão aguardadas pela mesma.

O título do texto por si só já levanta algumas questões importantes acerca do nascimento da geografia. Existiria uma Geografia ou várias Geografias? Segundo Lacoste, 2012, p. 31, “desde o fim do século XIX pode-se considerar que existem duas geografias (...)”. Retornando mais ao passado e para ser mais preciso: o da Antiguidade clássica de Ruy Moreira, “chega-lhe o discurso da geografia como o estudo das relações sistemáticas que descrevem a paisagem, e que, orientadas por esta, se localizam e se sintetizam para formar o fenômeno regional, de Estrabão (63a.C-63 d.C.)” (MOREIRA, 2014, p. 14).

Tanto se fala em fragmentação na geografia, na maioria das vezes como um aspecto negativo ou problemático para a ciência, advinda de séculos anteriores e que tem se arrastado

e chegou até este século. Tema que tem sido alvo de publicações nos mais variados campos acadêmicos, bem como em discussões nos diversos níveis educacionais. Uma fragmentação que impossibilita o entendimento do funcionamento do meio em que o homem vivencia. Quando em um livro didático, a natureza encontra-se em um volume, o homem em outro e a economia em outro e os assuntos são todos “quebrados” e desconectados – como em gavetas independentes quase que vivendo em tempos diferentes e antagônicos -, o aluno fica completamente impossibilitado de realizar uma conexão do todo. O todo aqui citado é a análise das partes que compõem o que virá a ser o todo a partir da apreensão dos elementos (que são as partes) e compreensão do processo evolutivo pelo qual, todas as partes experimentaram.

O exemplo do material didático serve para a demonstração do local que essa fragmentação encontra-se cristalizada em formato físico. A fragmentação é uma estrutura do pensamento geográfico, é a forma pela qual se pensa acerca não só dos elementos apropriados pela disciplina, sobretudo pela ideologia de percepção do espaço geográfico e suas práticas espaciais. Por outro lado, seria a totalidade, o processo que promoveria a articulação dos elementos: natureza, homem e economia?

### 3.3.1 Fragmentação e totalização

Suertegary inicia o texto falando sobre a necessidade de se pensar sobre compartimentação, fragmentação e/ou totalidade. Opta por falar dos dois últimos - fragmentação e totalização a partir do entendimento que representam processos. Divide-os em duas partes: a fragmentação como um processo de ruptura, parcelamento e o de totalidade como um processo de articulação, contextualização.

A autora separa os geógrafos a partir de seus posicionamentos sobre fragmentação:

De um lado estão aqueles geógrafos que consideram a fragmentação como uma possibilidade analítica ampliada. De outro, estão aqueles geógrafos que consideram como fundamental a necessidade de tratar a Geografia na perspectiva totalizante. Quais as implicações de uma ou outra perspectiva? (2017, p. 96).

A autora afirma que fragmentação e compartimentação são assuntos que a ciência, sobretudo a geografia tem carregado de muitos anos passados. Porém, [...] “a fragmentação

atual e a compartimentação que foi discutida, em fases anteriores da Geografia, são expressões diferentes.” (2017, p. 96-97). Após definir os dois termos, a autora exemplifica os compartimentos ocorridos na geografia, bem como críticas recebidas por essa divisão em pedaços, constituídos aqui, como compartimentação. Pelo termo totalizante, abarca o mesmo da geografia crítica que entende esse processo como:

uma associação de diferentes dimensões envolvidas na explicação de um determinado objeto de pesquisa, portanto, articulada e dialética, ou seja, está em constante processo de transformação, portanto, em processo de totalização. (SUETERGARAY, 2017, p. 97).

Uma vez divididos termos como fragmentação e compartimentação, torna-se necessário por parte da autora uma discussão breve sobre fragmentação, e a mesma realiza, revelando três momentos da geografia: num primeiro momento sobre a concepção que a geografia trataria seus assuntos, ou seja, quando a disciplina torna-se a ciência que tratará da relação entre Homem e Natureza ou esta e a Sociedade. Em um segundo momento sobre a ciência dos estudos de Geografia Física e Geografia Humana, aqui por ela chamado de compartimentação. Ressaltando que Suertegaray define compartimentar: “um processo que consiste em dividir um espaço, sem, necessariamente, separá-lo por completo. Pode-se “compartimentar” determinado espaço, sem deixar os ‘compartimentos’ ausentes de relação entre si”. (2017, p. 97). Por fim, o terceiro momento quando a ciência em seus diferentes temas, sofre com o processo de fragmentação.

Sobre totalidade ou totalidades, a autora considera as múltiplas maneiras de se conceber a totalidade, exemplificando com a totalidade sistêmico-funcional e a totalidade dialética (aspectos da totalidade). A primeira sobre a perspectiva da funcionalidade atemporal e a segunda pela perspectiva temporal e processo em movimento. Santos afirma que o exercício da totalidade é um trabalho fundamental e básico para a compreensão do lugar real e epistemológico que dentro dela, têm suas diferentes partes ou aspectos. 2012, p. 141.

Uma análise sobre esse aspecto totalidade deverá ser salientada, uma vez que há o atravessamento das ideias do autor Ruy Moreira em seu texto sobre a Torre e o Palimpsesto e o termo totalidade retratado pela Dirce Suertegaray.

Pela perspectiva sistêmica, a busca de possíveis equilíbrios e desequilíbrios nos sistemas e seguindo o texto, “uma abordagem aberta, dotada de incertezas e imprevisibilidade”. (in FLICKINGER e NEURER, 1934, p. 34 apud SUERTEGARAY, 2017,

p. 97). Ou seja, uma perspectiva funcional e atemporal, assim como proposto pelo autor Ruy Moreira sobre totalidade homem e meio:

A totalidade homem-meio é, assim, uma combinação e uma sobreposição de ciclos, ao tempo que uma conjunção unitário-diferenciada da totalidade da relação sociedade-natureza. O todo que forma em si um circuito global-diferenciado de unidade na diversidade do mundo do homem, há tempo esboçado nos seus elementos por Humboldt. (MOREIRA, 2019, p. 19).

Pela perspectiva dialética, a totalidade/totalização - temporal e um processo em movimento “que se expressa numa espiral ascendente onde o conflito, a contradição, é o fundamento do movimento e da transformação. “Portanto, sempre teremos mudanças, estas poderão ser para retroceder, conservar ou para transformar, mudar...”. (SUERTEGARAY, 2017, p. 97). Esse texto encontra-se em consonância com o texto da Torre e Palimpsesto quando Moreira afirma que:

E assim também com o intemperismo, o metamorfismo, a pedogênese, a morfogênese, a biocenose, o ecossistema, cada componente ou grupo de componentes e cada relação de entrelaçamento de estrutura do ecótopo mudando perceptiva e realmente. Isto para componentes e ciclos. O ecótopo, internamente e na relação de interação com a relação de fotossíntese-remineralização que o recicla e a de superestrutura que mantém com a biocenose, e esta mesma, e o próprio todo do ecossistema, se renova, mas não se repete. O mesmo valendo para o conteúdo e textura de cada nível de ciclo e a totalidade dos ciclos da torre do homem-meio. O todo se refaz à guisa de um espiral, não de um círculo. (MOREIRA, 2019, p. 24).

### 3.3.2 Geografias ou geografia

A autora traz para esse debate alguns autores que suportam o peso de explicar sobre o significado da geografia em tempos atuais, bem como a promoção de ideias sobre a fragmentação presente na ciência geográfica. Assim como Ruy Moreira traz para o seu texto, o autor Massimo Quaini para justificar “A reprodução”, Suertegaray (p. 101) dialoga com Milton Santos sobre uma geografia científica e de ação social.

Tal fragmentação é decorrente de um lado da crescente impossibilidade socialmente gestada, de percebermos que todos os elementos agem conjuntamente. (SANTOS, 2000, p. 106 apud SUERTEGARAY, 2017, p. 101). Isto se reflete, na continuidade de sua concepção, na consagrada fragmentação do ensino e especialização com vistas ao mercado de trabalho.



Ambos os textos são atravessados pelo fio vermelho que o autor Ruy Moreira cita em seu texto. O fio é representado pelo autor Georg Lukács em sua visão orgânica da teoria do ser social, que atravessa também o texto da Suertegaray quando a conclusão que seu trabalho apresenta, dentre outros: “Por isso arrisco-me a pensar o mundo geograficamente, construindo uma perspectiva epistemológica que oriente uma reflexão-ação”. (2017, p. 101). Em seu texto, o fio condutor atravessa todo o raciocínio e análise sobre as questões que a geografia tem enfrentado. Essa totalidade está presente nas finalizações do texto da autora: Um espaço geográfico enquanto conexão da sociedade e natureza, espaço como uno e múltiplo e constituinte de uma totalidade em movimento. (SUERTEGARAY, 2017, p. 101).

### 3.4 Os caminhos e atravessamentos do arquétipo N-H-E

O arquétipo N-H-E é fruto da modernidade pela qual a geografia passou, conhecida por geografia da civilização. Essa geografia tentou pulverizar a fragmentação pela qual as ciências tiveram que enfrentar para se enquadrarem no padrão imposto do momento. A geografia vivenciou este momento, na transição do século XIX para o XX, período denominado por Moreira como “A modernidade industrial e a geografia fragmentária dos séculos XIX e XX”. (2014, p. 24).

Os padrões pelos quais a geografia passou, foram ao longo do tempo, delineando seu discurso, método e até acerca de seu (s) objeto (s) de estudo. Desde Estrabão e Ptolomeu, a disciplina já nasce apresentando uma dicotomia em suas ideias e essa característica só foi se agravando com a chegada de novos padrões que cada momento histórico oferecia. Durante a modernidade, a geografia será atravessada pelo positivismo e as consequências desse período, desembocam em um dos problemas mais sérios que a geografia enfrenta: perda de identidade epistemológica e carência de um objeto de estudo que permita uma visão total de todos os elementos aos quais ela se propõe a trabalhar. Pelo padrão classificatório, a geografia ainda traz em sua essência, a corologia, a descrição, corografia e a síntese como marcas de sua identidade, sobretudo, como o modelo classificatório para apresentar seus conteúdos. Essa classificação tem se materializado, principalmente, nos livros didáticos de escolas públicas e privadas do país, bem como nos discursos dos que fazem uso da geografia.

O autor Ruy Moreira, um dos pioneiros no Brasil em dialogar sobre essas questões na modernidade, vem desenvolvendo ao longo de sua jornada acadêmica, um levantamento

bibliográfico bem como a confecção de artigos que discutem acerca do assunto, sobretudo, das capilaridades que o assunto assume. São inúmeros artigos, projetos e livros que trazem esse assunto, bem como infinitos debates em universidades, congressos, encontros e palestras pelo país.

Quando o autor propõe na década de 1980, um texto sobre: “Geografia, Ecologia, Ideologia: A’ totalidade homem-meio’ hoje”, o N-H-E já está sendo amplamente discutido e debatido a partir de uma totalidade tão integral a ponto de abarcar o campo ideológico, servindo-se tanto da epistemologia quanto da ontologia. “Como toda aparência do real, o arranjo espacial traz toda uma carga ideológica”. (MOREIRA, 1980, p. 253).

É perceptível na obra do autor Ruy Moreira, o apoio bibliográfico de autores marxistas. Em algumas obras mais, em outras menos. E esse apoio é de fundamental importância para o entendimento do papel que a geografia representou no passado e até hoje tem desempenhado diante de um Estado que segue o modelo econômico capitalista. Em sua origem, a geografia dos Estados-maiores é utilizada como instrumento estratégico de poder para atender, sobretudo, as minorias dirigentes (LACOSTE, 2012, p. 31) e assim tem servido de alguma ou de muitas formas, até esta década. Compreender a ideologia política e econômica do país, muito esclarece os rumos que a disciplina vem enfrentado, principalmente a partir do neoliberalismo imposto ao mundo global.

Desde “O discurso do avesso (para a crítica da Geografia que se ensina)”, passando pelo livro: “Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica”, até o segundo volume do “Discurso do avesso” e o “Pensar e Ser em Geografia”, essas questões acerca do arquétipo estão presentes. Em cada livro, o autor avança um pouco mais sobre o assunto, incorporando elementos que o direcionam a uma resposta sobre o arquétipo. Em suas pesquisas e publicações, o espiral é marca registrada de sua visão de mundo a partir do prisma da geografia. Moreira afirma que pelo espiral, a visão torna-se ampliada e assume um movimento ida-e-retorno, no estilo de uma espiral (MOREIRA, 2019, p. 17), referindo-se aos níveis de ciclos no ecótopo da Torre. Esse pensamento que vai e volta está incrustado em seus escritos desde a Totalidade homem e meio da década de 1980 até a “Torre, o Palimpsesto e a Expropriação: Ab’Saber e Quaini pelos olhos da totalidade homem-meio) desde o ano de 2019. As publicações que ficam em entremeio a essas duas obras também se apresentam por um espiral, uma vez que os pensamentos do autor, se unem numa espécie de juntar/agrupar seus pensamentos e leituras a fim de sempre dar viço e contemporaneidade a seus escritos sobre um assunto pertencente também ao século anterior. Ou seja, a cada pensamento, o

espiral está presente, mas sempre com a inserção e intersecção de elementos que somam e cada vez mais clarificam as ideias expostas.

Esse último texto – A torre, o palimpsesto e a expropriação – abre caminhos, senão a porta que leva à visão de arquétipo, completamente oposto da visão tida até então. De um modelo classificatório, o N-H-E pode agora, ser pensado como um modelo estrutural, uma vez que: “o todo não é o composto agregado de diferentes partes, um sistema, embora um sistema seja um todo. O todo é movimento de opostos, aspectos da unidade que se transforma uns nos outros. Razão porque o todo é a parte e a parte é o todo.” (MOREIRA, 1980, p. 247).

Unindo as primeiras reflexões sobre o tema realizado pelo autor Ruy Moreira e a sua retomada a partir de seus diálogos com autores que os atravessam, sobretudo Quaini, Aziz e Tricart, expostos no último artigo sobre a Torre e o palimpsesto, a apresentação de uma roupagem atualizada de um eixo estruturante: a totalidade espacial, capaz de esclarecer os vieses do arquétipo bem como aglutinar os três elementos da tríade: natureza, homem e economia.

Quando se separam N-H-E, eles passam a ser partes. Porém, partes de um todo. Partes que se movimentam em opostos, mas que pela coabitação infinita, vão sendo atravessados uns pelos outros. “Da interação para baixo da relação vegetação-ecótopo para a interação para cima da relação vegetação-cadeia-trófica, muda todo o movimento da totalidade homem-meio. Como um *moto perpetuum*”. (MOREIRA, 2019, p. 34).

É um sujeito social-natural, quando visto da reciprocidade de transformação da natureza em sociedade, e natural-social, quando visto da reciprocidade da sociedade transformada em natureza, num movimento *ad perpetuum* de autopoiesis. O movimento autorregulado que nunca para de autocriar-se e automover-se. (MOREIRA, 2019, p. 19).

## CONCLUSÃO

O padrão N-H-E encontra-se ainda hoje materializado em livros didáticos das escolas do país, representando um entrave epistemológico da disciplina enquanto geografia como disciplina dos bancos escolares que para se encaixar aos moldes da modernidade tivera que se enquadrar ao Positivismo. Sendo o N-H-E composto por três elementos: Natureza (N), Homem (H) e Economia (E), apresenta-se fragmentado em seus aspectos e desconexos em sua síntese.

O termo arquétipo advém do contato que o autor Ruy Moreira traz à tona pelo ramo da Psicologia. Em suas obras, o autor adjetiva o arquétipo com variados adjetivos, porém o mais propício ao trabalho é o modelo-padrão, pois posiciona seu teor positivista e arquetípico engendrado na ciência geográfica. À fim de acompanhar visões da modernidade pela qual a humanidade experienciava, a geografia alçará voos de ares modernos. Para que o “novo” surja é necessário que o “velho” venha a desaparecer. A humanidade avança no caminho para o futuro, sempre trazendo ideias de certa forma, já incrustadas, inserindo a realidade atual e momentânea em tais ideias.

A geografia parece ser uma ciência da síntese em vários momentos de sua jornada epistemológica. Desde Estrabão e Ptolomeu até os grandes filósofos e pensadores da história da humanidade, as questões da disciplina vêm sendo apontadas como grandes entraves para o seu desenvolvimento e assertivas no seu caminho enquanto ciência. O arquétipo N-H-E vem sendo discutido por diversos autores e pensadores como uma questão às vezes já ultrapassadas e de certa forma já aceitas, uma vez que tem permanecido em seu cerne materializando-se em livros didáticos e até mesmo em discursos colegiais e acadêmicos.

O N-H-E se apresenta como modelo classificatório na forma de ensinar geografia enquanto disciplina da atualidade, aqui proposto como estrutura. O autor que mais tem discutido essas questões é o Dr. Ruy Moreira, desde a década de 80 até os dias atuais. Mesmo que as denominações acerca do arquétipo se modifiquem e ganhem nova roupagem, as questões ainda aparecem materializados em livros didáticos que são vendidos no mercado editorial escolar destinados aos ensinamentos fundamental e médio de escolas públicas e privadas do país.

Ainda no passado, o padrão mítico, aceito como senso comum, era capaz de explicar as demandas daquele tempo, tornando-se senso comum à todos. Os mitos aqui vistos como histórias que reafirmavam valores que davam sentido à existência humana e que servia de

instrumento de estudo de uma determinada cultura (GLEISER, 2006, p. 20 apud TINTI, 2016).

Segundo Santos, 2010, p. 83-89, a ciência moderna construiu-se contra o senso comum que considerou superficial, ilusório e falso. Janelas da modernidade foram abertas para que novos ares pudessem permear a história. A fragmentação e a especialização tornaram-se padrões modernos para o avanço que se impunha. Denominada ciência, a geografia inicia seu processo, abandonando métodos que não poderiam ser considerados sob o crivo da ciência, pagando um alto preço que fora a perda de seu objeto de estudo e o rompimento de sua epistemologia.

Pelo cartesianismo e reducionismo da natureza, a geografia fica órfã tanto de seu objeto como de seu método. Ela se vê obrigada a romper com seus alicerces para enquadrar-se na linguagem positivista (pelo raciocínio indutivo como carro-chefe). Como ciência moderna, a disciplina receberá pensadores que estarão debruçados em textos e ancorados em ideias que pudessem nortear a ciência: um desses autores é o autor Ruy Moreira que desde a década de 80, vem publicando textos que permitem o direcionamento da disciplina em seu caminho acadêmico.

Em 1980, o autor publica o texto “Geografia, Ecologia, Ideologia: A totalidade homem-meio hoje”, que revoluciona o meio acadêmico. Neste, o autor traz à tona as inquietações acerca do que ele mesmo denomina “totalidade homem-meio”, um ensaio para o texto que viria a ser publicado no ano de 2019, sob o título: “A torre, o palimpsesto e a expropriação: olhando Tricart, Ab’Saber e Quaini pelos olhos da totalidade homem-meio”. Este último texto representa a totalidade homem-meio a partir da alusão de uma viga de torre ou sistema de troncos e galhos de uma árvore frondosa, permitindo aos leitores o entendimento acerca das bases ontoepistemológicas da disciplina.

A ciência geográfica vem passando por um movimento muito forte de crítica e de reformulações em suas bases. Há um fervor de discussões sobre que categorias ou objetos, a geografia possa de fato utilizar-se a fim de minimizar esse padrão fragmentado que a mesma ainda apresenta. Perguntas simples podem remeter a soluções que antes permaneciam incrustados nas entrelinhas. Para tal, é preciso um olhar investigativo para dentro das categorias da ciência geográfica. Um apontamento sobre um nexos estruturante que permita que a ciência se torne fluida em sua dialética e práxis. Portanto, propõem-se neste trabalho, a totalidade espacial, o elo que pelo movimento em espiral, possa ser capaz de diluir as rupturas incrustadas neste arquétipo.

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida [...] o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente [...] o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (SAQUET; SILVA apud SANTOS, 1978, p. 122).

Por totalidade espacial entende-se a globalidade entre os elementos formadores da geografia, bem como as suas categorias de base que a mesma está acostumada a trabalhar.

Uma totalidade não totalizante e não geral e sim globalizante. Santos, 2012, p. 84, “quando K. Goulding (1996, p. 108) escreve que a geografia, de todas as disciplinas, é aquela que ‘interpretou a visão do estudo da terra como um sistema global’ devemos receber esse elogio muito mais como um voto.”

Para o termo espacial, é considerado o espaço vivido e produzido pelos elementos que o compõem. Não o espaço cósmico de astros, estrelas e planetas, não o espaço da Física, mas sim a construção do espaço social vivido e modificado frequentemente pela ação sofrida e acarretadora de transmutações.

Isso supõe que se reconheça um objeto à geografia e que se hajam identificado suas categorias fundamentais. É bem verdade que as categorias mudam de significação com a história, mas elas também são uma base permanente e, portanto, um guia permanente para a teorização. Em nosso caso, trata-se da produção do espaço. (SANTOS, 2012, p. 141).

A Totalidade espacial é aquela que engloba e de forma espiralada atravessa todos os elementos possíveis tangenciais que a natureza, o homem e a economia possam apresentar. É uma totalidade espacial que aglutina tais elementos, bem como as categorias tão caras à Geografia.

A totalidade espacial é capaz de aglutinar e romper com o abismo dos elementos do N-H-E, uma vez que os componentes vistos por ela ganham sentido e o discurso torna-se uníssono, permitindo que os elementos saiam do abismo, de suas gavetas, e dialoguem de forma espiralada, num movimento de *ad perpetuum* de autopoiesis. (Moreira, 2019, p. 19). Ela permite uma visão integrada não só dos elementos geográficos, como os das categorias da disciplina. Segundo Moreira, 2014, p. 168, “é a relação Homem-Meio mediada pela sua formação de organização de espaço o campo ao mesmo tempo epistêmico e linguístico do discurso geográfico”.

O resultado da pesquisa apontou que não só em livros didáticos de décadas anteriores, mas em livros atuais, utilizados em redes de ensino no Brasil, o modelo N-H-E ainda aparece,

mesmo invertidos ou camuflados. Isso significa dizer que há necessidade e urgência de novas discussões sobre os objetos e categorias da ciência geográfica.

Nos livros de sexto ao nono anos e do ensino médio permanecem os conflitos, coerências e incoerências entre geografia geral e geografia regional; permanecendo, em grande parte, o modelo N-H-E. Existem livros em que a presença humana é quase um enfeite, reproduzindo o que se pode denominar de geografia febvriana (de Lucien Febvre), na qual cabe à investigação geográfica apenas o estudo do solo, e não do Estado ou dos homens. (COUTO, 2015, p. 124).

As categorias da geografia enquanto análogas, auxiliam o entendimento dos processos que os englobam, e nisso enquadra-se o espaço que é o principal objeto de estudo da geografia. Encarar a totalidade espacial como eixo aglutinador dos elementos natureza-homem-economia – NHE, é dar um salto globalizante e não totalizante do pensar geográfico.

A totalidade espacial em suas dimensões múltiplas, fornece parâmetros e caminhos para o pensar a disciplina, sobretudo em suas práticas espaciais:

Como o homem é um ser da natureza e isso significa uma relação de dentro e de fora que deva se repetir continuamente, é a reprodução a categoria-chave do jogo das múltiplas determinações. Sucede que a reprodução até na medida em que ela mesma encontra a categoria de mediação que a mantenha o seu fluxo contínuo, agindo como uma forma de argamassa que ligue o todo o tempo todo, permanentemente. Isso significa uma categoria de ação cujo caráter mediador seja exatamente esse de juntar e manter as peças da engrenagem da reprodução se movendo em uníssono continuamente. Essa categoria é o espaço. MOREIRA, 2014, p. 171.

O autor Milton Santos em seu livro: *Por uma geografia nova*, de 2002, p. 239, traz algumas inquietações sobre totalidade e espaço indissociáveis para a consciência de classe. Pensar nos elementos que até então parecem desconexos e soltos em sua própria órbita geográfica é compreender que os elementos da tríade do arquétipo encontram-se isolados em gavetas levando a perda de consciência de classe por exemplo dos que estão inseridos nesse espaço e na totalidade, remetendo-os ao homem atópico e à natureza dessacralizada a fim de servir uma economia capitalista feroz e perversa.

Avançar nesse requisito – o de conectar os elementos -, é tarefa árdua, mas necessária, uma vez que manter os elementos soltos só desencadeiam cada vez mais a perda de consciência da classe majoritária no país que é a classe dos operários, por exemplo.

No livro *Por uma Geografia Nova* (1978), Santos diante da constatação de uma “negligência geográfica” estabelece como preocupação central nesta obra, a definição do objeto da Geografia, bem como intensas discussões entorno deste, ou seja, entorno do espaço social. Mesmo diante de uma variedade considerável de objetos e significações e múltipla usabilidade proferidas desde Platão e Aristóteles

permeando o senso comum e científico o autor busca delimitar o espaço que de fato representa o objeto desta ciência moderna. (MARQUES, SANTOS, 2018, p. 5).

É preciso ter coragem para expor a ferida ontoepistemológica que a geografia tem atravessado. Avanços foram feitos e recuos também. Porém, para toda crise, há o renascimento de novas ideias e proposições. Não é por acaso que mesmo sendo “atacada”, a geografia sobrevive e tem tido fôlego para repensar suas fraquezas e reforçar seus parâmetros ideológicos. Sobretudo, o geógrafo tem em mãos, uma disciplina capaz de transformar pensamentos, modificar atitudes e recriar novos alicerces. A geografia é antes de tudo “um instrumento eficaz para compreender o mundo (...)”. (LACOSTE, 2012, p.188).



## REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **A Teoria dos refúgios: origem e significado**. Anais - 2º Congresso Nacional sobre Essências Nativas - 29/3/92-3/4/92 - REVISTA V.4, Nº1.

BAUAMAN, Zygmunt – **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro. J. Zahar, 1999.

CLAVAL, Paul. **Terra dos homens: a geografia**. 1ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo. Contexto. 2015.

COUTO, Marcos Antônio Campos. **Ensinar Geografia na escola pública de hoje**. SACRAMENTO, Ana Cláudia Ramos; ANTUNES, Charlles da França; FILHO, Manoel Martins de Santana. **Ensino de Geografia: produção do espaço e processos formativos**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 109-130.

ÉVORA, Fátima Regina Rodrigues. **A revolução copernicana – galileiana: origem, significado e inserção na história do pensamento científico-filosófico antigo e medieval**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, SP, p. 347. 1987.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo. Paz e Terra. 2018.

FRANCELIN, Marivalde Moacir. **Ciência, senso comum e revoluções científicas: ressonâncias e paradoxos**. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, nº 3, 26-34, set/dez. 2004.

GOMES. Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade**. 6ª edição. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2007.

HALL, James A. **Jung e a interpretação dos sonhos: manual de teoria e prática**. 1ª Ed. São Paulo. Cultrix, 2007.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2002.

HUBER, Renata. **Os arquétipos da relação sociedade/natureza na cidade de Santa Maria – RS**. Tese (Doutorado) – Universidade de Doutorado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós Graduação em Geografia. Porto Alegre. Rio Grande do Sul, p. 231. 2015.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao Pensamento Epistemológico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

\_\_\_\_\_. **O sonho transdisciplinar e as razões da filosofia**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

JÚNIOR, Amauri Gouveia. **O conceito de modelo e sua utilização nas ciências do comportamento: breves notas introdutórias.** Estudos de Psicologia, Campinas, v. 16, nº 1, p. 13-16, janeiro-abril. 1999.

KAST, Verena. **Jung e a psicologia profunda: um guia de orientação prática.** 1ª edição. São Paulo. Cultrix. 2019.

LACOSTE, Yves – **A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** 19ª edição – Campinas, SP. Papirus, 2012.

LEITE, Danielle Thaís Barros de Souza Leite; ASSUNÇÃO, Sara Julliane Ribeiro; FEITOSA, André Luis Oliveira. **Sobre o método de Descartes e sua contribuição para a ciência moderna.** In: Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional, 2016, Sergipe. v. 9, n. 1, Sergipe, 2016. p. 1-11.

LEMOS, Marcelo Rodrigues. **Um contradiscurso à ciência moderna.** Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista – Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências. São Paulo. SP, p. 179. 2018.

MACHADO, Mônica Sampaio. **A trajetória espacial e intelectual de Ruy Moreira e sua contribuição à geografia brasileira.** Geo UERJ, Rio de Janeiro, n. 35, p. 2-23, julho-dezembro. 1981.

MACIEL, Raquel Elena Rinaldi. **A desvalorização do senso comum.** Quaestio Iuris, Rio de Janeiro. RJ, v. 6, nº 2, p. 1-11, 2013.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein.** 7ª edição. Rio de Janeiro. Zahar. 2011.

MARQUES, Marcos Antonio Pinheiro; SANTOS, Matheus Wallison Bezerra. **O espaço na Geografia de Milton Santos.** XIX Encontro Nacional de Geógrafos – Pensar e fazer a Geografia brasileira no século XXI: Escalas, conflitos socioespaciais e crise estrutural na nova geopolítica mundial. 2018. p. 1-11.

MARTONNE, Emmanuel de. **Tratado de geografia física.** Lisboa: Cosmos, 1953.

MOREIRA, João Carlos – **Geografia geral e do Brasil: ensino médio** / João Carlos Moreira, Eustáquio de Sene. – 3. Ed. – São Paulo: Scipione, 2016. Obra em 3 volumes. 1. Geografia (Ensino Médio) I. SENE, Eustáquio de. II. Título.

MOREIRA, Ruy. **A torre, o palimpsesto e a expropriação: olhando Tricart, Ab`Saber e Quaini pelos olhos da totalidade homem-meio.** Revista Entre-Lugar, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 15–37, 2019.

\_\_\_\_\_. **Geografia, ecologia, ideologia: A “Totalidade homem-meio” hoje.** Anais do 4º encontro nacional dos geógrafos. Rio de Janeiro. 1980.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e Geografia (A Geograficidade e o diálogo das Ontologias).** Universidade Federal Fluminense. Congresso dos Geógrafos Brasileiros (6º. CBG, Goiânia), 2004.

\_\_\_\_\_. **O discurso do avesso: para a crítica da geografia que se ensina.** Editora Dois Pontos – Editora Ltda. Rio de Janeiro. 1987.

\_\_\_\_\_. **O discurso do avesso: para a crítica da geografia que se ensina.** São Paulo. Editora Contexto, 2014.

\_\_\_\_\_. **O pensamento geográfico brasileiro**, vol. 1: as matrizes clássicas originárias. 2ª edição. 3ª reimpressão. São Paulo. Contexto, 2015.

\_\_\_\_\_. **Para onde vai o pensamento geográfico?: por uma epistemologia crítica.** 2ª edição. 2ª reimpressão. São Paulo. Contexto, 2014.

MUNHOZ, Hugo Neri. **As fronteiras do senso comum.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Departamento de Filosofia. SP, p. 183. 2017.

OLIVEIRA FILHO, K. S. S.; SARAIVA, M. F. O. **Astronomia & Astrofísica.** 3ª ed. São Paulo. Livraria da Física. 2013.

PAOLLA, Cauê Cardoso - **O Partido das Coisas: Modernidade, Ciência e Decisão.** Dissertação (Mestrado) – Faculdade, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia. Universidade de São Paulo. SP, p. 143. 2008.

RAFAELLI, Rafael. **Imagem e Self em Plotino e Jung - Teorias contemporâneas sobre a modernidade.** Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas. Santa Catarina – SC. n. 22. Julho/2001.

ROSA, Margareth de Abreu Rosa. **Inquisição moderna: Os tormentos como meio de prova nos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós Graduação em Direito. Belo Horizonte. BH, p. 181. 2017.

SACRAMENTO, Ana Cláudia Ramos; ANTUNES, Charlles da França; FILHO, Manoel Martins de Santana. **Ensino de geografia: produção do espaço e processos formativos.** 1 edição. Rio de Janeiro; Consequência, 2015.

SANTOS. Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências.** 7ª edição. São Paulo. SP. Editora Cortez, 2010.

SANTOS. Luz maria Cláudia dos.; BATISTA, Gustavo Araújo. **As contribuições do pensamento cartesiano para a prática da educação.** Cadernos da Fucamp. n. 29; v. 17. p. 101-111. 2018.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem.** 5. ed. 3 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica** – 6ª edição. 2 reimpr. – São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2012. – (Coleção Milton Santos).

SAQUET, Marcos Aurelio Saquet; SILVA, Sueli Santos da Silva. **MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território**. N. 18; v. 2. p. 24-42. 2008.

SILVA, Edilza Maria. **Aspectos do Positivismo em Machado de Assis**. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) – PUC. São Paulo. SP, p. 86. 2009.

SILVEIRA, Luiz Henrique Lemos. **Perspectivas junguiana sobre a religião na contemporaneidade**. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Belo Horizonte, 2017. 197 f.

SIMIONE, Albino Alves. **A Crítica da modernidade e crise dos paradigmas revisitadas: construção coletiva como alternativa de produção do conhecimento científico**. Natal. RN, v. 1, 181-201. Out. 2016.

SIMON, Rodrigo de Almeida. **Do geocentrismo à gravitação universal: proposta e implementação de uma sequência didática para o ensino médio**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos – UFScar. São Paulo. SP, p 164. 2016.

SOUZA, Gabrielle Martins; FARIAS, Josilene Ferreira de. **Para além da fragmentação da geografia: o ensino de geomorfologia costeira de forma integrada na educação básica**. Revista Eletrônica Geoaraguaia, Barra do Garças – MT, v. 3, nº 1, p. 82-96, janeiro-julho.2013.

SOUZA, Rubiel Cardoso de. **A secularização e o sagrado: uma relação dialética com implicações na religiosidade contemporânea**. Dissertação (Mestrado em Teologia), Área de concentração em Teologia Sistemática. Porto Alegre. RS, p. 103. 2018.

SUERTEGARAY. Dirce Maria Antunes. **Debate Contemporâneo: Geografias ou Geografia? Fragmentação ou Totalização?** GEOgraphia. Niterói, Universidade Federal Fluminense. Vol. 19, nº 40, 2017; maio/agosto.

TINTI, Shyrleine Aparecida Pedrota. **Os desafios da escola pública paranense na perspectiva do professor PDE – Produções didático pedagógicas**. Paraná. Governo do Estado – Secretaria de Educação. v. II, p. 86.

TONET, Ivo. **Interdisciplinaridade, formação humana e emancipação humana**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 116, p. 725-742, out./dez. 2013.

VAZ, Ângela Omati Aguiar; PRATES, Eliane Guimarães de Campos. A influência da idade média em nossos dias: cultura, representações e festividades. **Revista Don Domênico – Periódicos de Divulgação Científica da Faculdade Don Domênico**. Ano, 2016, junho. 2016.

WALDEMAR, Feller. **Descartes e as humanidades**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de Campinas. São Paulo. SP, p. 226. 1998.

WHITE, Michael. **Galileu Anticristo**. Rio de Janeiro. Record. 2009.

XAVIER, Antônio Roberto; CHAGAS, Eduardo Ferreira; REIS, Edilberto Cavalcante Reis. **Cultura e Educação na Idade Média: Aspectos histórico-filosóficos-teológicos.** Dialectus Revista de Filosofia, Ceará, n. 11, p. 310-326, agosto-dezembro. 2017.